FEIRA
DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro
Tomo *NONO*

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1940

N.º 1

FEIRA DA LADRA

Fêz-se uma tiragem especial
de 8 exemplares
em papel de linho azul

FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO NONO

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1940

NOVO ANO... VIDA NOVA?

ABRE com êste número o volume IX da nossa revista. Embaraços de vária ordem, os mil óbices que entre nós conseguem quebrar as mais enérgicas vontades e desfalecer as mais desinteressadas dedicações, já acusados em anos precedentes, dilataram o aparecimento dêste número e têm retardado o dos anteriores. Infelizmente, estes impedimentos não só se não arredaram do nosso caminho, mas porventura se têm acrescido e avigorado com a incerteza angustiosa da época que estamos vivendo.

E o pior é que se nos não antolham fàcilmente superáveis, coagindo-nos à custosa declaração de que não podemos assegurar a regular periodicidade da *Feira*, essa periodicidade ambicionada que é, até certo ponto, uma das condições de triunfo de publicações como a nossa.

Felizmente, que só na regularidade do seu recebimento os colaboradores, assinantes e amigos da revista se podem sentir um tanto ou quanto prejudicados. Essa incerteza cronológica não os lesará materialmente, pois, desde o início da *Feira*, estabelecido

ficou que ela seria paga por séries de números, e não por períodos de saída.

Os afeiçoados à revistinha alguma coisa podem fazer—e muito têm alguns feito—procurando-lhe assinantes entre as pessoas das suas relações, e contribuindo assim para a sua manutenção. Para todos, pois, que com a sua ajuda preciosa, a sua bôlsa e a sua propaganda nos têm aliviado os encargos e trazido o seu aplauso, aqui referendamos o testemunho público da nossa gratidão.

O Director

O Editor

UM CURIOSO LEQUE... MILITAR

IVEMOS, há dias, o feliz ensejo de ver na conhecida casa de antiguidades dos Srs. Carvalho e Aguiar, da rua do Alecrim, por amável deferência dos seus proprietários, um curioso leque com motivos militares.

É um leque de papel com dezasseis varetas de marfim, de trabalho chinês. No papel vê-se, no centro, uma gravura, que representa uma banda militar, com figuras de meninos, num fundo de arcadas ornamentadas com flores.

Esta gravura, de que juntamos a reprodução segundo o exemplar que, por dádiva nossa, pertence ao Arquivo Histórico Militar, está assinada por *S.* (Sebastião) *J. Lemos inv. et sculp. Lx.ª*.

Devemos observar que a dêste arquivo não tem qualquer subscrição.

Aos lados da mesma gravura patenteiam-se seis medalhões suspensos de fitas, simètricamente dispostos, três na direita e três na esquerda.

Nos da esquerda lêem-se estas curiosas quadras:

1.ª

Deixai Saudozas Nerinas
os Amantes embarcar;
cheios de sangue, e triunfos
mais gentis hão de voltar.
Tum, tum, tum, tum, tum zabun.ba
bella vida miltar (sic)

2.ª

Não se molhem vossos olhos
vendo as vellas desfraldar;
vão ser mais dignos de vos
vão a Patria segurar.
Tum, tum, &. &.

3.ª

Não estranhão nossas Quinas
as bravas ondas do Mar;
já com susto, alheios Climas
as tem visto tremular.
Tum, tum, &.

Nos medalhões da direita inscrevem-se estas, igualmente, curiosas quadras:

4.ª

Costuma a Guerra, em seu céio,
da Paz o ninho formar,
ao fuzilar dos Canhões,
já avemos adejar.
Tum, tum, &.

2

O LEQUE

5.ª

Cedo vencedoras armas
haveis dever pendurar;
hão de cedo as vossas maos
peitos de aço dezatar.
Tum, tum, &.

6.ª

Preparando finas roupas
ide a saudade a doçar;
cedo nos braços de Vénus
virá Marte descançar.
Tum, tum, &.

Pelos uniformes que ostentam os figurantes, atribuímos êste leque aos fins do século XVIII.

Conjecturamos, também, que as quadras se referem à campanha do Roussillon, em que uma Divisão Auxiliar Portuguesa, sob o comando do tenente-general escocês João Forbes Skellater, partiu, em 20 de Setembro de 1794, a bordo dos navios *S. José* e *Mercês* (Regimento de Gomes Freire de Andrade); *Polifemo* e *Providência* (Regimento de Olivença); *Neptuno* e *Príncipe* (Regimento de Cascais); *Trovoada* e *Águia Lusitana* (Corpo de Artilharia); *Mercúrio, Olinda* e *Cana Verde* (Regimento de Peniche); *Boa Fé* e *Trindade* (Segundo Regimento do Pôrto); *Santos Mártires* e *Nossa Senhora das Mercês* (Primeiro Regimento do Pôrto), comboiados pelas naus *Medusa*, comandante o chefe da Divisão Pedro Maris de Sousa Sarmento; *Bom Sucesso*, comandante o capitão de Mar e Guerra José Caetano de Lima; *S. Sebastião*, comandante o capitão de Mar e Guerra João Dilkes, e fragata *Vé-*

nus, comandante o capitão de fragata Sampson Mitchel, com destino ao pôrto de Rosas, na Catalunha, a-fim-de de ali cooperar, com o exército espanhol, na guerra contra a França republicana (1).

¿ De quem serão os versos que transcrevemos? Atribuímo-los ao poeta brasileiro P.e Domingos Caldas Barbosa, *Lereno Selinuntino* na Arcádia Romana, autor da *Viola de Lereno.*

Efectivamente, no 1.º volume desta colecção de cantigas depara-se-nos uma composição, intitulada *Zabumba,* de que transcrevemos a primeira quadra, seguida do estribilho:

Amor ajustou com Marte
Vãos mancebos alistar,
Hum lhes dá trabalho honrozo,
Outro os faz rir e zombár.

Tan, tan, tan, tan tan Zabumba
Bella vida Militar;
Defender o Rei e a Patria
E depois rir, e folgar.

Como se vê há nela um verso igual – *Bella vida Militar;* idêntica rima em *ar,* que se repete em tôdas as quadras de ambas composições; e um verso semelhante – *Tan, tan,* etc.

---

(1) Soriano, nos *Excerptos historicos,* só indica os navios de guerra. Copiámos esta lista de uma relação impressa na «Regia Officina Typographica, 1793», que tem o n.º 49, dos navios que saíram e entraram no pôrto de Lisboa.

Estas e outras relações idênticas (1780-1812) existem no Arquivo Histórico Militar.

O mulato Caldas ainda apresenta, no mesmo volume, uma *Marcha depois da vinda do Roussilhon* (1), de que transcrevemos duas quadras e o respectivo estribilho:

Correi ás Margens do Tejo
Generozos Portuguezes
As armas e os Arnezes
Dos vossos vereis brilhar.

E vóz adoradas Ninfas
Ide as vestes enxugar
Vem burrifadas do Sangue
Que a honra fez derramar.

Estribilho

Hide ápreça que os Tambores
Já se escutão ressoar.

Nesta segunda composição repete-se a mesma rima em *ar.*

Parece-nos bem semelhante o tom destas três composições marciais, o que nos leva a supor que a primeira será do mesmo autor das restantes, isto é, o P.e Domingos Caldas Barbosa, famoso improvisador, tão impiedosamente chasqueado por Bocage e pelo P.e José Agostinho de Macedo.

Os nossos leitores que venham confirmar ou contradizer a nossa conjectura.

---

(1) Que se realizou nos dias 10 e 11 de Dezembro de 1795.

No verso do leque lêem-se as palavras *Amor* e *Console*, junto de uma borboleta e de um ramo de cravos.

Muito bem estaria êste leque, pelo seu assunto, no nosso Museu Militar.

Henrique de Campos Ferreira Lima
(da Academia das Ciências de Lisboa)

NÓTULAS DE VIAGEM

XV — **No castelo de Palmela**

À entrada da porta lateral da igreja de S. Tiago, do castelo de Palmela, outrora residência dos freires desta ordem, foi enterrado em sepultura raza o ilustre Diogo de Gouveia, grande figura do período quinhentista, prior-mor do convento, e nela a seguinte inscrição:

AQVI IAS D... DE GOV...
PRIOR MOR Q FOI DESTE
COMV.^{TO} E ORDEM DE SAM
TIAGO E DO CONS^{O} DELR
EI D. S.^{BAM} N. S. EMBA
X.^{OR} DELREI D. IOAM 3^{O}
EM O CONCI
LIO DE TRENTO FALE
CEO NESTE CONV.^{TO} A 2
DE ABRIL DE 1576

Algumas das letras são inclusas, mas a falta dêsses grupos nos caixotins obriga-me a desdobrá-las.

XVI — Na Peninha

Sôbre o arco da capela-mor da igreja da Peninha, nos aros de Sintra, vê-se uma estrêla dentro de um disco, tudo de pedra, e em volta a legenda:

O I. P.º FES ESTA OBRA COM ESMOLAS
DOS FIEIS ANº DE 1690

I. P.º significa *Irmão Pedro*. Chamava-se Pedro da Conceição e foi o primeiro ermitão daquela tebaida (séc. XVII-XVIII).

A meio da coxia dorme êle o sono eterno, sob uma lousa com estes dizeres:

Sᴬ DO IRM
ITAÕ P.º
DA CÕCEI
ÇAÕ PED.
HV P. N. E HVA
AVEMᴬ PELOS
BEFEITORS
FALº IM
18 DE SETRº
DE 1726 Ã

C. M.

VILLEGAIGNON EM RIO-DE-JANEIRO

ICOLAU Durand de Villegaignon, o homem escolhido para abrir as portas do Brasil ao domínio da França, nascera em Provins em 1510. Contemporâneo de Calvino na Universidade de Paris, licenciado em Direito, oriundo de uma família de magistrados, homem de espada e de pena, êle era um dos mais típicos representantes do espírito aventureiro e eclético da Renascença. Na sua condição de cavaleiro de Malta, tomara parte na expedição de Carlos V contra Argel, onde se comportou com bravura; mas já aí era um agente informador de Francisco I.

Segundo os seus biógrafos, Villegaignon tinha a compleição de um Hércules. Sob a figura de Hércules nos foi transmitido o único retrato que dêle se conhece. Na sua carreira aventurosa avultam os episódios romanescos. Espécie de *condottiere* de grande estilo, encarregado de missões na Turquia, navegador, guerreiro e letrado, Villegaignon foi incumbido do

rapto de Maria Stuart do castelo de Dumbarton (1548), quando os inglêses ameaçavam invadir os seus estados, e comandou o navio que trouxe para França a pequenina raínha da Escócia. Foi a êste bravo aventureiro—já ao tempo vice-almirante da Bretanha—que o almirante Coligny confiou a emprêsa de fundar no Brasil uma colónia. Era a repetição da tentativa da *Pélérine* em Itamaracá; e como, já naquela época, o empreendimento se mascarara com o aspecto de uma expedição particular, também agora se dissimulava com o carácter de proselitismo religioso.

Saíu Villegaignon do Havre em 12 de Julho de 1555 com dois navios artilhados. Nesse ano, Carlos V preparava-se para abdicar. Recolhida a águia ao mosteiro de S. Justo, as flores de lis reviveram. Era a ocasião propícia para Catarina de Médicis levar por diante o plano de Francisco I, seu sogro.

A 10 de Novembro de 1555, Villegaignon chegava à baía da Guanabara.

A baía fôra avistada pela primeira vez, creio, por João Dias de Solis, que, seguindo do cabo de Santo Agostinho para o sul, aqui aportou, indo depois pagar com a vida a glória de haver dado, por algum tempo, o seu nome ao actual Rio da Prata. Em 1515, realizou-se a viagem de Solis; e, quatro anos mais tarde, Fernão de Magalhãis entrava na soberba baía, a 13 de Dezembro de 1519,—que êle denominou de Santa Luzia, por ter reconhecido que não era a foz de um rio—e no fim de duas semanas prosseguiu sua derrota, em busca do estreito que devia levar o seu nome glorioso às gerações futuras. Sete anos mais tarde, Cristóvão Jacques, em outra viagem de exploração, e tendo de assentar padrões em vários portos das novas possessões portuguesas, escolheu para o primeiro a enseada dos Marcos (na latitude de 6 graus); para o segundo a enseada da Baía de Todos-os-Santos

(a 13 graus); e para o terceiro a barra de Cananeia (a 25 graus). Ora, constituindo a barra do Rio-de-Janeiro uma notável posição para ser nela assentado o terceiro marco, foi razoável supor que o demarcador tivesse passado àvante sem ter visto essa baía maravilhosa, talvez por haver-se afastado muito da costa, ainda pouco conhecida, ou porque houvessem, nesse dia, espessos nevoeiros encoberto a estreita embocadura (1).

Em 1531, resolvendo D. João III mandar conhecer melhor os seus domínios do novo mundo, enviou a Martim Afonso de Sousa uma armada, que reconheceu a costa, de norte a sul, e entrou na esplêndida baía a 30 de Abril, confirmando Pero Lopes, no seu *Diário*, a primitiva denominação de Rio-de-Janeiro. Aí demorou-se Martim Afonso três meses, estabelecendo em terra uma ferraria para consertar os seus navios (2), seguindo para o sul em 1 de Agôsto, encantado pela beleza do sítio, bem como pela posição e fertilidade de tôda a magnífica região, sendo encarregado da demarcação dos lotes, que iam ser distribuídos pelos primeiros donatários. De posse do almejado lote, Martim Afonso cometeu o êrro de não

---

(1) Justificando a denominação Nicterohy (água escondida), pela qual era apelidada pelos indígenas. Outros davam-lhe o nome de *Guanabara, Ganabara* ou *Guaná-pará* (seio do mar), como supõe Varnhagen. Parece que as duas denominações Nicterohy e Guanabara se aplicavam, aquela à margem oriental e esta à ocidental.

(2) «Não é fora de propósito supor que êsse estabelecimento fôsse situado na bôca do riacho (hoje Catete), e que daí se originasse o nome *cary oca*, casa de branco», diz Varnhagen no 1.º tômo da *História Geral*, pág. 439.

A opinião mais seguida é que Martim Afonso desembarcou e ocupou o sítio onde está hoje o hospício de Pedro II, que por muito tempo conservou a denominação de Pôrto de Martim Afonso.

tratar logo de fundar um núcleo de população, e deixou essas paragens entregues à natureza, de modo que, quando vinte anos mais tarde nela aportou o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, encontrou tudo ainda no seu primitivo estado selvagem. Três anos depois da vinda de Tomé de Sousa, em 1555, Villegaignon investiu a barra, que encontrou sem defensores.

Sabendo-se isto, no fim de quatro anos (!) mandou-se ordem expressa e reforços ao terceiro governador geral Mem de Sá para que restaurasse o território ocupado: o que êste executou, saindo da Baía em 16 de Janeiro de 1560 e chegando ao Rio-de-Janeiro em 21 de Fevereiro. Intimou o inimigo a que se rendesse. Em virtude da sua recusa, atacou-o no dia 16 de Março, embora com vigorosa resistência de 150 franceses e mais de mil tamoios. Mem de Sá contentou-se em arrasar o forte, e abandonou o território, conduzindo a artilharia e um navio inimigo. A data dêsse combate é a que consta da carta de Mem de Sá à raínha regente D. Catarina, transcrita na *Memória* de Duarte Nunes. Alguns autores, e entre êles Fr. Francisco de Santa Maria (*Ano Histórico*) e Joaquim Norberto (*Memória sôbre os aldeamentos*), dizem que o combate tivera lugar a 20 de Janeiro...

Deixando ainda de fundar a povoação, repetiu o êrro de Martim Afonso, êrro agora menos justificado, pois que não devia ignorar a opinião que dera e a ordem que recebera seu antecessor Tomé de Sousa, como se depreende das seguintes palavras que, em 1552, dirigira ao rei: *parece-me que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa, porque já nesta costa não há rio em que entrem franceses senão êste. E se não fiz fortaleza êste ano no dito rio, como V. A. me escrevia, foi porque a não pude fazer, por ter pouca gente e não parecer siso derramar-me por tantas partes...*

Os franceses, ao verem o abandono de Mem de Sá, não se afastaram do litoral e «porque como aos lírios a que se não arrancaram de todo as raízes, lhes foi fácil tornar a florescer» (como diz Rocha Pita ao citar êste facto) êles voltaram às antigas posições, entrincheiraram a aldeia indígena de Uruçumirim, no sítio em que é hoje a praia do Flamengo (1), assim como mais para dentro da baía a ilha de Paranápuam (2), e nelas se mantiveram, estreitando suas relações com os tamoios — e sem terem quem os incomodasse, durante outros seis anos.

Os missionários Nóbrega e Anchieta conseguiram negociar a paz com os chefes indígenas da capitania de S. Vicente, e entendeu o govêrno que era a ocasião mais azada para se tratar da completa expulsão dos franceses do Rio-de-Janeiro e de fundar a cidade como o aconselhara Tomé de Sousa; e, nesse intuito, Mem de Sá enviou o seu glorioso irmão Estácio de Sá com alguns reforços a seu tio, ordenando-lhe que auxiliasse eficazmente tão grande emprêsa.

Villegaignon desembarcara no ilhéu com a intenção de ali se fortificar. Aproximadamente no meio da barra, deparou-se-lhe um ilhéu quási raso com as águas: grande laje, em óptima situação estratégica para a defesa da entrada no âmbito da baía envolta pelo grandioso anfiteatro de montanhas. Villegaignon desembarcou no ilhéu, mas a submersão par-

---

(1) Não concordam os escritores no modo de designarem esta aldeia. Casal escreve *Urussumiri*; Fr. Agostinho de Santa Maria, *Urassumiri*; Vasconcelos e Abreu Lima, *Uraçumiri*; Varnhagen, *Uricumerim*; Pizarro, *Uruçumiri*; Duarte Nunes, *Urasumery*; Joaquim Norberto, *Urucumirim*, etc.

(2) Varnhagen escreveu *Paranáguam* (ilha do mar) que designa essa ilha (hoje do Governador), situada no lugar em que a baía tem maior largura.

cial da laje nas marés vivas não lhe permitiu pôr em prática o intento. Transferiu-se então para um ilhéu maior: o primeiro que se apresentava do lado esquerdo da baía, e que os tamoios chamavam Seregipe. Baptizou-se a minúscula e inhóspita ilha, onde não havia água, com o nome de Coligny, e à vila que se projectava fundar na terra firme assentou-se que se daria o nome patronímico do rei. Seria *Henry Ville* ou *Ville Henry,—laquelle fantastiquement il nous avoit bastie en l'air en l'Amerique,* observava espirituosamente Lery. Ao país chamar-se-ia *França Antártica,* por proposta de André Thevet: *Ville Imaginaire*—e propõe um nome que corresponde à verdade (1).

Depois de fortificado o ilhote, Villegaignon mandou construir casas de madeira cobertas de palmas, transferiu para lá parte da tripulação dos navios, e escreveu a Coligny narrando-lhe a fácil façanha, pedindo reforços e alguns teólogos de Genebra.

Os reforços chegaram em 10 de Março de 1557. Eram mais de trezentos homens embarcados em três navios, comandados por Bois-de-Comte, sobrinho de Villegaignon. Vinham também seis mulheres e a notícia da abdicação de Carlos V. Calvino mandava na esquadrilha os pastores protestantes Pierre Richier e Guillaume Chartier, acompanhados de Jean de Lery, o futuro cronista da efémera França Antártica.

---

(1) Talvez a actual de Santa Luzia, tratando de angariar a afeição dos tamoios, que habitavam nas circunvizinhanças. O escritor Thevet deu como fundada a cidade francesa de Henriville. Acreditamos, porém, que nunca tal fundação passou de projecto ou de fantasia. Diz o 7.º capítulo da obra de Lery, que melhor do que ninguém devia saber disto: ... *quãd nous partismes de ceste terre du Bresil qui fut plus*... *qu'il avait aucune forme de bastiments, moins village ni ville a l'endroit on il nous a marqué et forgé une vraiment fantastique.*

Já Villegaignon fôra acometido de uma espécie de crise alucinatória (1), caracterizada pelo delírio das grandezas e da autoridade. Mudava de roupas seis vezes por dia, emquanto a sua gente mal tinha com que se vestir. Violento de génio, dominado por uma concepção inflexível de justiça, passava o tempo em discussões religiosas e impunha aos subordinados uma disciplina rigorosa, infligindo-lhes castigos bárbaros. Quando o déspota acordava com boa disposição, vestia *une longue robe de camelote jaune bandée de velours noir*. Quando, porém, amanhecia genioso, vestia-se de sêda verde e amarela. Assim vestido, Lery compara-o a *Rolando furioso*. Prendia em correntes de ferro os seus companheiros e obrigava ao casamento os que viviam em concubinato com as tamoias. Calvino, com quem se correspondia, acabou por considerá-lo herético. José de Anchieta nota que Lery se desaveio com Villegaignon porque êste era católico e mandara ir de França sete ou oito frades de hábitos brancos... Era um semi-louco, que parecia comprazer-se com os suplícios, a ponto de muitos dos franceses preferirem fugir para entre os selvagens e compartilhar da sua vida bárbara a sofrer o jugo do déspota.

Emquanto Villegaignon esperava com confiança, metido no seu ilhéu, que o rei da França mandasse

---

(1) «De taille pantagruélique et de construction cyclopéenne, riche et rude en poil, les épaules hautes et larges, les poings comme des marteaux, le torse fait pour la cuirasse, rêvant de Turcs assomés, de galères sentant la mer, vrai chevalier d'une chevalerie d'ou les femmes sont bannies, avec cela bourré de Cicéron et de Plutarque, adroit prompt aux armes, aux chevaux, à tous les exercices du corps, vrai fils de la première Renaissance...» (*Villegaignon, roi d'Amérique*, por Arthur Heulhard, pág. 6).

tomar conta do domínio de que êle se instituíra o vigilante, inesperados acontecimentos alteravam os destinos da Europa. As tropas francesas sob o comando de Montmorency, tinham sido batidas em Saint-Quentin pelos espanhóis, comandados pelo duque de Saboia, sobrinho do rei de Portugal. Com a vitória de Gravelines, em 1558, a casa de Áustria mais uma vez ditava a paz à França vencida. Quando estas notícias chegaram ao Brasil, Villegaignon embarcou numa nau, que se fêz de vela para França.

Os grandes projectos de Francisco I, sustentados por Catarina de Médicis, tinham caído no chão daquela batalha. Não tardaria que o próprio rei Henrique II, no torneio com que se celebravam os casamentos de sua irmã e de sua filha, estipulados no tratado de paz, caísse também morto pela lança de Montgommery. Assim acabava o neto de Francisco I com os sonhos da sua dinastia, que haviam agitado em guerra a Europa, a Ásia e a América portuguesa durante tantos anos.

Villegaignon não pensava mais em voltar para o Brasil. Com êle, desistiam também de partir cêrca de mil colonos, que se preparavam para passar à *França Antártica* em urcas da Flandres. Quem passou, e em grande fôrça, foram os donos da casa, os portugueses, a retomar o que era seu.

A guerra colonial das duas Catarinas encerrava a luta entre os Valois e os Habsburgos, casa de que era oriunda a viúva de D. João III, irmã de Carlos V, e regente de Portugal na menoridade de seu filho D. Sebastião. E assim os habitantes das florestas brasileiras, levantados pelos franceses contra as fôrças de Mem de Sá e de Estácio de Sá, participavam nas grandes guerras da Europa, eram os instrumentos dos ambiciosos projectos políticos dos príncipes da Renascença.

No paço da Ribeira, em Lisboa, velava um homem encanecido nos negócios do Estado, filho e neto de outros, que haviam exercido o mesmo ofício. Fôra o seu pai quem redigira e lavrara a carta de capitania da frota que descobrira o Brasil. Êle próprio interviera, por direito e dever do cargo, nos preparativos da colonização... Êste homem, conhecedor como nenhum outro no seu tempo, dos pensamentos dos reis e dos interêsses do Estado; profundamente identificado pela experiência e pelas aquisições herdadas com a política imperialista inaugurada por D. Manuel; tendo acompanhado os vários sucessos da longa luta travada entre Francisco I e Carlos V; conhecendo as origens, as causas e os objectivos da animosidade francesa para com Portugal, não ignorava que a Índia ia acabando e compreendia que, para consolidar o imenso domínio da América, era preciso dar a D. Duarte da Costa um sucessor, que reünisse às capacidades de um magistrado austero as de uma energia inquebrantável, *capaz de ser, na hora precisa, juiz para julgar, estadista para governar, guerreiro para comandar* — Pedro de Alcáçova Carneiro, emfim — obteve da raínha regente D. Catarina que mandasse lavrar a carta de nomeação do seu parente Mem de Sá para governador do Estado do Brasil.

Carlos Malheiro Dias

POEIRA DOS TEMPOS

LVII — «Do mesmo autor»

Não é novo o costume de indicar nalguma das páginas preliminares dum livro as obras do autor, publicadas ou a publicar. À página XXVI do livro sebástico do P.e Pereira Baião *Portugal cuidadoso, e lastimado* (Lisboa, 1737), vem os «Livros, que o Author tem escripto», que são 18, enunciados em duas colunas, e dêles 9 *impressos* e outros 9 para *imprimir*.

LVIII — Luxo provinciano

Em pleno setecentos, Penamacor, vilória perdida nos confins da Beira-Baixa, tinha nada menos que... um livreiro! É o que se me depara no volume *Espelho monastico, e catholico*, de Fr. Francisco de Penna-

-macor e Barba-rica (Lisboa, 1751), onde se lê na última página:

«Este livro foy impresso á custa de Vital Martins Soares, Mercador de livros na Villa de Penamacor, aonde se vende.»

¡Livreiro e editor, caramba!

C. M.

APONTAMENTOS DE ETNOGRAFIA

Reconstituïção de um traje alentejano decaído no último quartel do século XIX

A evolução da indumentária popular do Baixo Alentejo deram-se, como não podia deixar de ser, as mutações e transformações ocasionadas pelos factores que, em geral, as determinam. É ela, como, afinal, em tôdas as outras regiões, um precioso índice, um elucidativo espelho onde se reflectem as melhores características da respectiva cultura estética, nas suas múltiplas revelações de beleza e de vida, como na variabilidade conseqüente da sua diferenciação mesológica.

Nem sempre, porém, a evolução dêste ramo especial da etnografia segue o melhor rumo; em alguns casos, transviada da sua melhor orientação por influência de factores múltiplos em que predominam os de natureza económica e industrial.

A necessidade de vida das indústrias atinentes, determina, como é fácil de supor, a variabilidade periódica de modelos; e as dificuldades, sempre crescentes, da vida económica dos povos, impõe restrições que, inquestionàvelmente, hão-de traduzir-se no empobrecimento dos trajes das classes menos abastadas.

E se bem que a periodicidade de duração de cada uma das fases de variação sucessiva da indumentária, seja mais ampla para aquelas do que para as chamadas de *élite*, nem por isso estas deixam de influir nas primeiras, de maneira lenta, mas constante, como não é difícil de verificar.

Só pode atenuar êste efeito, no caso particular da arte do vestuário rural, na sua pureza original, o isolamento do indivíduo ou do agregado social, como afirma o ilustre Prof. Dr. Vergílio Corrêa, sob o aspecto geral da arte popular, no seu erudito estudo sôbre a *Etnografia Artística Portuguesa.*

Circunstância que em nenhuma outra região se poderá observar mais cabalmente do que nesta, de tão fraco coeficiente demográfico e de tão longas distâncias.

Nenhuma explicação, de melhor evidência, se poderia, pois, encontrar para o abastardamento da indumentária rural alentejana do que a falta daquele isolamento do indivíduo ou do agregado social, hoje consideràvelmente diminuído pela facilidade de comunicações motorizadas.

No entretanto, as variações que estes, como outros motivos determinantes lhe imprimem, e que, por vezes, levam à supressão parcial ou integral de alguns dos seus pormenores mais interessantes, fazem-se sempre dentro de limites que, em geral, não excedem as características psicológicas da região a que respeitam e, se as ultrapassam, originam verdadeiros complexos incompreensíveis.

Assim, a variabilidade do traje popular feminino, nas regiões do norte e sul do País, reflecte mais ou menos o contraste diferencial do seu carácter, triste e concentrado no sul, exuberante, comunicativo e buliçoso no norte.

Acrescidos, ainda, cada um dêstes quadros biológicos, de tão sugestiva revelação, dum mixto de pormenores característicos de feição autóctone, especialmente expressos na plangência de cantares e lenta coreografia no Alentejo e na musicalidade animada do lindo folclore das províncias do norte, especialmente do Minho.

Além, como aqui, o traje não se afasta desta diferenciação evidente, contrastando notàvelmente com a severidade de côres e despreocupação de recorte do traje alentejano, especialmente feminino, a garridice fulgurante e esmerada elegância da indumentária minhota.

Brilhante e grácil no seu colorido, de tão vivos e bem matizados tons, ilustra as alegres romarias regionais de encanto inconfundível, que as tanagras esculturais tornam ainda mais belo com a alegria esfusiante do seu modo de ser habitual.

E se a êste traje, em especial, me refiro, não é porque com outros de diferentes regiões do centro e norte o contraste não fôsse fácil de estabelecer-se. Mas porque é êle, sempre ou, pelo menos, na grande maioria dos casos, o escolhido para a representação simbólica da mulher portuguesa, no País, como nas exibições folclóricas, de além fronteiras.

Muito para lamentar é, todavia, que a facilidade de comunicações e a conseqüente e inevitável influência da moda, o não tenham poupado, pois se, de facto, êle não foi alterado, nas suas características essenciais, não deixou contudo, êste lindo traje, de lhe sentir os efeitos, quer no talhe das suas peças mais

características, quer nas dimensões de alguns dos seus pormenores, segundo um interessante estudo, a êsse respeito publicado, pelo ilustre etnógrafo Sr. Dr. Cláudio Basto.

No Baixo Alentejo, foi muito mais além, entretanto, a influência da moda; e se o contágio dos centros urbanizados, próximos, foi, como sempre, elemento de valor para as transformações operadas, elas deveriam, talvez, ter como determinante principal, motivos de natureza económica.

Aqui a indumentária feminina foi muito sacrificada, pois, na imitação despropositada da exigüidade de dimensões, por vezes escandalosa, usada em meios de pretenso requinte mundano, descaracterizou-se lamentàvelmente pela adopção de tão impróprios modelos.

Decaíu quási geralmente a velha e rodada saia de *batido*, azul ou castanho escuro, ampla e decorada com vivos de côres claras e garridas.

Assim desapareceu, em alguns casos, esta peça de vestuário rural, tão característica das mondadeiras e ceifeiras alentejanas, a que outras de tecidos leves sucederam, absolutamente impróprias para tal mister pela insuficiente protecção da sua contextura e pela limitação forçada de movimentos determinada pela sua pretenciosa estreiteza.

Apareceram os decotes de maior ou menor abertura, expondo à crueza das intempéries, nos seus extremos opostos, as epidermes que, em épocas passadas, só em dia de festa notável, castamente se adivinhavam, defendidas por corpetes, justos ou folgados, por diversas formas nomeados, segundo as regiões.

O calçado, que, mais alindado em dias de resguardo, não perdia as suas características de sólida base, foi, naquelas circunstâncias, substituído por sapatinhos de entrada baixa e salto esguio, transfor-

mando a desenvoltura natural, do porte habitual, em marcha hesitante de mal conseguido equilíbrio, forçado e deselegante.

E mais feliz não foi a cobertura da cabeça, antigamente sempre feita por meio de lenços mais ou menos custosos, conforme as circunstâncias, mas sempre de côres vistosas, sobrepujados por amplos chapéus de abas protectoras como outro tanto sucedeu à disposição em rebuço, de tão curiosa ancestralidade árabe, dada ao arranjo do lenço em ocasião de trabalho árduo.

O rebuço, dispensado em compostura de maior gravidade, ainda se mantém, embora menos freqüente, mas o lenço, que tão belamente emquadrava os rostos morenos, na sua policromia berrante, deixou de usar-se em dias festivos, ficando livres os cabelos de afeiçoamento pretencioso a que a tesoura do artífice não é, em alguns casos, inteiramente estranha.

Nunca se recomendou pela sua extrema elegância a indumentária rural da mulher alentejana, embora interessante no seu apetrechamento para o trabalho da sua classe, como felizmente foi fixado por uma inteligente senhora em curiosas e perfeitíssimas figuras que lhe têm grangeado merecidos prémios nas exposições nacionais e estrangeiras em que as tem apresentado.

No vestuário masculino o abastardamento foi ainda mais profundo, chegando à perda total de um dos seus exemplares de mais cuidado arranjo, o único talvez de completa harmonia artística, que as últimas gerações já não conheceram, a, que me conste, apenas o Dr. Brito Camacho, em uma das suas características produções de intenso colorido regionalista, fêz referência.

Aqui, a influência de vizinhança foi ainda mais sensível, pois se não limitou ao influxo dos centros próximos da vida urbana nacional.

Tornou-se, lamentàvelmente, extensiva à desajeitada imitação de modelos do país vizinho, mal copiados na sua reprodução industrial e não melhor apropriados à psicologia dos seus portadores de ocasião.

O característico e decorativo chapéu de borla, de largas abas e rebôrdo virado, já hoje dificilmente se encontra. Substituiram-no outros, de aspecto incaracterístico ou de modêlo sevilhano, em alto tronco de cone e aba direita, que a breve trecho perde a sua horizontalidade, pendendo deselegantemente para os ombros dos seus portadores.

A faixa — cinta — de côr preta ou vermelha, conforme as regiões, que em vestimenta de maior solenidade podia ser azul clara, também pouco se vê, limitado o seu uso aos pontos mais afastados dos agregados de população, nada a tendo substituído na sua dupla função de aconchêgo e protecção.

Melhor sorte não teve também a jaqueta castanha de saragoça, de largo debrum de pano preto, direita no seu limite inferior e de pontas arredondadas, que aguçou as extremidades anteriores, tornando-as pendentes, num afeiçoamento cigano de pouco recomendável aspecto. Pormenor êste, que na sua visão de conjunto com a esdrúxula réplica do chapéu andaluz, desnacionalizou uma figura típica de castiço modêlo português, que o próprio brio nacional deveria procurar reconduzir aos seus moldes antigos.

E se isto sucedeu a grande parte da popula ·ão agrária, sem obediência sensível a qualquer das determinantes supostas, já não pode surpreender que a onda avassaladora da renovação evolutiva subvertesse o antigo traje do pastor alentejano, possìvelmente por motivos de ordem económica, porque não podia deixar de ser de custo relativamente elevado.

*
* *

O pastor alentejano foi sempre uma entidade de *élite*, na organização hierárquica rural desta província de costumes patriarcais e, na expressão do ilustre professor Dr. Vergílio Corrêa, *o sacerdote do culto ingénuo e tradicional da arte popular, sacerdócio que, pelo isolamento em que vive, chega a ser quási uma necessidade.*

De cargo hereditário em muitos casos, radicava-se por vezes o exercício dessas funções em famílias que o iam exercendo em gerações sucessivas.

Transmitiam-se de pais para filhos as características inconfundíveis que davam a estes serventuários um ar superior, natural conseqüência de ser o seu mister, dos mais rendosos da respectiva classe social, dos mais independentes e dos de maior autoridade.

Pelo isolamento em que vive, o pastor é de sua condição pouco comunicativo, lento de movimentos, moroso em seu falar, e toma por vezes atitudes esfíngicas no alto dos comoros donde vigia solerte o pascigo tranqüilo dos gados entregues à sua guarda.

É nessas horas de modorra profissional que, por distracção, se entrega a primores de execução decorativa das mais variadas peças de uso pessoal e familiar, em realização instintiva de uma intuïção de arte, que nos profissionais dêste mister tem os seus melhores e mais elevados cultores.

Não pode, evidentemente, esta circunstância deixar de tomar-se como expressão significativa de um apurado senso estético. Talvez, mesmo, que a sua associação com outras qualidades de relativa superioridade entre os seus pares, lhe sugerisse, em tempos idos, de menor democratização, um presumível hábito de exteriorizar, pelo traje, a sua situação de destaque.

Usavam os pastores, de então, calção de alçapão, feito de uma espécie de veludo azul-brilhante, de procedência espanhola, chamado *tripe*, de bela aparência, mas de contacto desagradável, pela áspera rijeza do seu pêlo.

Abotoado lateralmente, junto ao joelho, com três ou quatro pequenos botões dourados, continuava-se o calção até ao sapato branco, forte e cardado, por polainas de rijo cabedal da mesma côr, afiveladas ao lado e belamente ornamentadas com bonitas aplicações de fino recorte, feitas de carneira branca e polimento preto.

Estas peças da indumentária pastoril chamavam-se *botins* e tão generalizado era o seu uso na classe, que a respectiva manufactura constituía ofício especializado.

Vestiam sôbre camisa forte, presa no colarinho por dois botões de corrente e dupla cabeça, amplo colete de saragoça escura assertoado, até ao alto, por duas filas de pequenos botões de vidro escuro, azul ou verde, cingido à cinta por larga faixa preta ou vermelha, nas condições já descritas.

Como apoio e para *tocar* o gado, serviam-se do clássico cajado, de castanho de Monchique, usando para abrigo da invernia áspera, manta de lã, de fundo branco na côr natural, decoradas de largas e estreitas faixas, castanhas ou azues, de fabrico local, ainda hoje usadas em modelos mais perfeitos.

E com esta descrição sumária, me proponho fixar, para a história da etnografia alentejana, uma interessante e bem característica figura de rural da região, já hoje pouco conhecida.

O harmónico e pouco vulgar cromatismo do modêlo, como o elegante recorte da sua indumentária cuidada, eram, possivelmente, no seu conjunto magnífico, o apanágio exterior do sacerdócio artístico da-

quela figura evocativa da lendária Arcádia, eloqüentemente exaltada pela palavra autorizada do Dr. Vergílio Corrêa, em plena justificação de que:

«A Província do Alentejo é a lareira onde arde mais vivo, mais claro e mais alto o fogo tradicional da arte popular portuguesa».

Castro e Brito

NOVA DEMANDA E SENTENC,A A FAVOR

DOS OFFICIAES. APRENDIZES E DEGREDO DOSERAM

folhetada de cordel ocupa na literatura portuguesa um papel importante, embora mal estudado. Afora uma pequena bibliografia de carácter muito restrito e dizendo respeito tão sòmente a uma colecção particular, nada mais se tem escrito sôbre a existência dêstes curiosíssimos opúsculos que enxamearam as ruas da velha Lisboa, vendidos por cegos papelistas, ou nas lojas de periódicos.

Torna-se hoje difícil reünir número apreciável destas pequenas composições e cada vez vão rareando mais estes produtos da imaginação popular; e quantas notícias e relações interessantes se não encontram nelas; aí perpassa viva e movimentada a vida dos séculos transactos com as suas ingenuïdades, as suas fraquezas e os seus entusiasmos.

Aqui estão diante de nós, sem qualquer finalidade determinada, algumas dezenas dêsses pequeninos bocados da alma do nosso povo sempre pronto à troça, à chocarrice, ao epigrama e tantas vezes até à farçolice baixa e obscena. Sem intuitos metodizantes vamos lendo os títulos dum *Aplauso a Santo António pelo bom sucesso que tem havido na função de Touros do Rossio;* numa série de quatro folhetos vemos uma curiosa biografia em prosa e verso de Fr. João de N. S.ra que vestiu a cógula monacal dos franciscanos e morreu em cheiro de santidade em 1757. ¿¡Pois quem havia de dizer que nestas encomiásticas e sagradas laudas se encontravam notícias interessantes para a arte portuguesa!? E logo nos aparecem umas *décimas a D. Afonso VI, quando mandou alistar por soldado ao glorioso Santo António de Lisboa.* A freirinha Tomásia Caetana de Santa Maria, um dos engenhos poéticos da nossa literatura, lamenta em compactas oitavas heróicas no seu *Despertador Quotidiano,* que não vejo citado em nenhum dos bibliógrafos, os efeitos do terramoto de 55. Nelas há muito exagêro, muita infantilidade, mas muito sentimento patriótico:

A minha amada Patria a mais luzida,
Por unica no mundo celebrada;
Hoje a cinzas se vê já reduzida,
Hoje do fogo está toda abrazada:
Eu a vi de riquezas guarnecida,
Eu a vi de tesouros esmaltada
Hoje he nada; ......

Tétrica é a *Nova Relação do Prodigioso Sucesso... em um Chaveco de Mouros* e duas notícias sôbre o terramoto de 1 de Novembro; mas alegres, cheias daquele bulício das romarias e arraiais são as *Canti-*

gas para a noite do glorioso S. João e um *Divertimento da noite de S. João e S. Pedro* em que a

Sam Joam as moças hoje
vos pedem, que as cazeis,
não ha noivos para todas
vede vós o que fazeis.
Ay lé ventura,
Isto de cazar agora
he uma fina loucura.

e a raparigada, dansando em roda, canta e ameaça:

S. Joam olhay que as moças,
não vos acendem fogueiras,
porque vós as não tirais,
do estado de solteiras.

e terminam o *Divertimento*, onde há muita piedade e muita alegria, pedindo a

S. Pedro descei cá baixo
que ha muito que vos desejo,
nesta noute em que os devotos
vos fazem santo festejo.

E era assim no século XVIII, como tinha sido nos anteriores e como é ainda hoje o nosso povo, uma criança nos seus folguedos e um leão nas suas iras.

E vão passando sermões, e mais notícias e orações gratulatórias e panegíricas, até que em oito es-

cassas páginas dum papel bafiento e amarelado lêmos um título que nos desperta a atenção: *Nova demanda e sentença a favor dos officiaes, aprendizes e degredo do Seram.* O folhetinho, por mais que me digam, saíu clandestino; isto escapou aos cem olhos dos Argos inquisitoriais e certamente foi vendido à sucapa. No final da oitava página lê-se, em grandes versais, o local da impressão: *AMSTERDAM: En la Nueva Imprenta de Belchior Chefele, &c;* é evidente o intuito de burlar os censores; o papel foi cá impresso e ilustrado com uma estampinha aberta tôscamente em madeira, já empregada noutras publicações, em forma de cabeção. Representa ela a Fama atravessando o Oceano, cercada de estrêlas e iluminada pelo Sol que à direita brilha... com uma cara muito aborrecida. ¿E sabem quem está aqui personificando essa insensível e imparcial divindade que apregoava com sua sonora trombeta as façanhas dos heróis? Nada menos do que um barbudo velho vestido e calçado como quem empreende uma viagem sôbre as frias plagas do Oceano e ostentando duas formosas asas que fariam a inveja de qualquer membro da numerosa família das aves.

Mas vamos ao folheto. Diz-nos o autor, que, aqui à puridade, não é nenhum aprendiz de sapateiro: em 1752 houve grande borborinho ali para os lados do Chiado por causa do *serão;* barafustaram os aprendizes de tôdas as oficinas da Lisboa setecentista, saíram revoltados contra os bárbaros tratamentos que lhes infligiam os patrões, obrigando-os com o tirapé ou à cacetada a estarem acordados, e dirigiram-se ao tribunal. Oiçam o autor que bota estilo e tem sua graça:

«Volitavaõ pelo ar os pavidos morcegos, chiavaõ nos ramos os noturnos mochos, e bulcavaõ os campanarios das Igrejas as azeiteiras corujas; huns com

medo que as outras aves lhe chegassem ao pelo; outros receyando que todas para elles fossem picanços; e as ultimas, com menos medo que pouca vergonha, se recolhiaõ a sagrado, proveito mais pelo de lamberem as torcidas, que pelo terror de serem depenadas, quando, depois de ter hum mestre sapateiro a sua candeya acceza, parece já convidando os fabricantes do seu officio para a continuaçaõ de seus tacões, sem que nisto falhasse o aprendiz, em tudo, e por tudo o mais prejudicado. De má vontade se chegaraõ, pois viaõ naõ ser cousa de ensacar pela cara dentro. Começaraõ os officiaes, e só o pobre do aprendiz perdia a paciencia, dizia elle; e dizia bem: Eu de dia burro da caza, e de noute, bugio de tripeça? Naõ aturo a corriola, façome moquenquo e depois: somno no caso, que tanta tolice comigo já naõ cozo.

«Sentouse o coitado, e ensarolando a sua linha comecou a dar os seus pontos, e como naõ estava já para aquelles pontos.... começando a penderlhe a cabeça, sem mais ceremonia entrou a roncar, como quem já dormia a sono solto. Mas apenas o Mestre o pilhou no argumento, dezenrola do tirapé, e cingindolhe o caxaço, tanto lhe puxou pelas corrêas, que logo lhe sacudiu o sono do corpo....»

E o caso é que o aprendiz foi atirado à rua, facto que causou enorme borborinho e uma bernarda tal que despertou as iras represadas dos outros aprendizes que se dirigiram ao Tribunal queixando-se amargamente do miserável *Serão*. Chamado êste a capítulo, resolve o Juiz ouvir o aprendiz de sapateiro que desenvolve o seu depoïmento em duas dúzias de estrofes de redondilha maior de rima assoante, especialidade da poesia na Península, forma tão usada para êste género de poesia satírica:

Eu senhor Doutor Juiz
Do Seraõ hoje me aqueixo;
Pois elle fez que meu Mestre
Me chegasse bem ao pelo.

. . . .

Faz que os Mestres, que de dia
Nos occupaõ como servos,
De noute, como macacos,
Nos tenhaõ prezos ao sepo.
Isto se fosse sòmente
Por hum limitado tempo,
Vaya con Dios que se ature;
Porèm he lá ao seu geito.
Inda que fosse huma noute,
Tamanha como hum inteiro
Anno, se a mais não passara,
Podia ter sofrimento.
Porèm se a caso dormimos,
Que a noute naõ he mysterio,
Truz carolo para logo
Nos massaõ alma, e cagueiro.

. . . .

E ainda por mais ajuda
Tudo isto por seu concelho,
Deu-me o somno, vay o Mestre
E moeu-me a murro seco.
Pucha pelo tirapé
Vay o cachaço co'o demo
E quando Deos he servido
Anda o bucho sobre o pelo.
Mal haja o filho da....,
Que inventou tal instrumento,
Pois com elle a cada passo
Nos empanzinaõ sem medo.

. . . .

Vay o bebado do Mestre
Sacame o somno a passeyo,
Sem alma, nem consciencia
Com hum chimpanasio fero.
No tirapé agarrando,
Me pespegou aqui mesmo,
O somno foy c'os diabos
A pelle ficou-me ardendo.
Aqui bem junto da nuca
Me tosquiou o cabello,
E sem mais dizer affasta
Nas orelhas o som veyo.
Filho da chucha supponho
Que elle he malsim dos dezertos,
Pois na cova do ladraõ
Esperava passageiros.

. . . .

De tudo quem tem a culpa
He esse negro sendeiro
Seraõ, que presente está
Sem já mofa estar fazendo.

. . . .

Para a Ilha dos Macacos,
Que vá degradado peço,
Vá lá pentear bugios,
E deixenos em socego.

. . . .

«Acabou de arrezoar o aprendiz de sapateiro, e fazendo cortezia deu sinal, que se lhe esgotara a medicina, e logo o Juiz mandou ao Réo que dissesse de sua justiça, e elle surumbatico, e casmurro, sem levantar os olhos, mordendo os beiços, naõ disse nada, e de *more solito* ficou lançado, mandou continuar o processo e seguiuse o aprendiz de Alfayate que trovejandolhe as culpas, o accusou por este modo:

Pois ainda o meu aggravo
muito mayor mostra ser
quanta he a força que põe
meu mestre n'um páo que tem.
Inda agora com hum banco
me atirou, permittio Deos,
que naõ me apanhou os cascos,
pois se os pilha a Deos Manel.
A gente cá naõ he santa
dalhe o sono alguma vez,
vay o mestre assizinado,
zabumba, caneca ay lé.
Truz catruz, quem merca os fuzos,
se faltar a agulha vê;
pois super mim a effuzaõ,
me cahe naõ sendo Judêo.
Inda agora neste istante
só porque o sono me dêo
naõ faz nada, c'um arroxo
ver as Estrellas me fez.

. . . .

Que trabalhemos de dia
Eu digo que justo he,
Porèm trabalhar de noute,
isso, nem Mouros de Argel.
Se acaso fica em Lisboa
Os Medicos cedo tem
Que fazer....

. . . .

Isto basta, pois se o vemos
Huma vez, já sem dar fé
Juramos de dizer sempre
Ay nita nanita ay né.
Ao menos vá degradado
Para a America; porque

Na Preguiça do Brasil
Hum grande castigo tem.

. . . .

«Acabou de dizer o mencionado aprendiz, e logo o Juiz levantando os olhos, arqueando as sobrancelhas começou a proferir a sentença, que de verbo ad verbum he a seguinte.»

E o julgador, invocando tôdas as regras gerais do direito e até o bom do Padre Inácio que na sua cartilha diz, o que aliás todos dizem, que

... ser deve castigado
aquêle que comete algum pecado

vai fazendo citações latinas, como era próprio dos jurisconsultos do século XVIII, até que desfecha em pleno peito do *Serão* o seu terrível veredicto:

Isto assim ponderado
Mando que o Seraõ seja degradado
Para o Brasil por tempo de seis mezes,
E no cazo que torne cá mais vezes
Levará c'uma sola decontado
Trinta açoutes no meyo do costado,
E feito o pelosinho em trinta cacos
Logo irá para a Ilha dos Macacos,
E se acaso tornar cá desta ida
Para a India embarcará por toda a vida,
E para em nada o Réo fazer jactancia
Mando que pague as custas desta instancia
Senaõ tiver com que, mando que seja
Prezo no Limoeiro, e que lá esteja,

Té que sem mais demora
Vá navegando pela barra fóra,
Lisboa a tantos dias de tal mez
Anno de cincoenta e dous por esta vez.

«Dada que foy a Sentença, achouse que o tratante naõ teve com que pagar as custas da Sentença, e logo os dous machacazes agarratorios, com unhas e dentes se atracaõ com o miseravel Seraõ, e de repente o pregaraõ no Limoeiro, aonde esteve, até que algemado o passaraõ ao navio para ir cumprir o seu degredo, ficando assim aquella congregaçaõ de levantados aprendizes, livre da sarna, que tanto o fio do lombo lhe comia, e tanto nos seus cachaços os coçava.»

Ernesto Soares

CURIOSIDADES

MA fôlha volante impressa, distribuída no dia 22 de Fevereiro de 1828, data memorável para o coração dos sinceros realistas, pela chegada de D. Miguel a Lisboa, anuncia que Nossa Senhora da Conceição, Apresentação e Cadeia dava aos seus fiéis devotos que concorressem com esmolas para as festividades que em honra do novo rei se fizeram na igreja de Jesus, sede religiosa daquela invocação, os seguintes prémios: um relógio de repetição, ao devoto que tivesse o número da lotaria sorteado com o primeiro prémio, e um cordão de ouro, ao segundo. Havia ainda outros prémios: banca de jôgo, anéis e alfinetes de peito. E para que não houvesse descontentes, dava ao primeiro e último números que tivessem saído brancos duas salvas de prata.

Aqui está uma modalidade no jôgo da lotaria, de que ainda se não lembrou a actual administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que, nestes últimos tempos, de seis em seis meses, varia o sistema da distribuïção dos prémios.

*
* *

Mémoires historiques sur la vie de M. Suard, sur ses écrits et sur le 18.e siècle, par Dominique Joseph Garat. Paris, 1850.

Aparece nesta obra um grande elogio ao Príncipe Real de Portugal, que esteve em Paris em 1774, depois de ter estado em Viena-de-Áustria.

Nesse elogio conta-se que o Príncipe, no dia em que sucedeu o terramoto de 1755, se voltou para os seus amigos e lhes disse: — *Segui-me! Vamos socorrer os que precisarem do nosso auxílio.* E, se bem o disse, melhor o fêz, porque tendo visto em perigo um negro muito velho, pegou nêle ao colo, salvando-o da derrocada da casa que habitava.

Vê-se, portanto, que êste Príncipe Real de Portugal devia ser o filho mais velho de D. José I, visto que assistiu ao terramoto. Ora D. José não teve filho macho, mas sim três fêmeas.

Mais contam as *Memórias,* que o Príncipe travou em Paris conhecimento com o abade Delille, autor do poema *Les Jardins,* a quem contou que fizera uma viagem à Lapónia e que neste país, quando plantam qualquer arbusto e êle viceja, dão-lhe o nome de uma pessoa de sua família e tratam dêle com um cuidado e uma ternura que chegam a comover.

E, como El-Rei D. José não teve filho a quem se pudesse aplicar o título de Príncipe Real de Portugal, resta-nos dizer que o primeiro duque de Lafões, D. Pedro, ou seu irmão D. João, que eram de sangue real, Braganças puros, foram acolhidos em França como se fôssem o verdadeiro Príncipe Real, herdeiro do trono português.

* * *

João Mistler, escritor francês, conferencista no salão de conferências de Yvonne Sarcey, em Paris, dissertou sôbre Portugal e falando sôbre Vasco da Gama chamou-lhe *un homme aventureux*, que pode ser traduzido por um *homem aventureiro*, quando êle, afinal, nunca o fôra, por ser um moço fidalgo da casa do Rei D. Manuel.

E, a propósito da viagem e como consequência dela, dizem que a pimenta, cujo quintal valia em Alexandria 80 ducados, passou a valer três. E o *très insolent Roi de Portugal*, escrevendo à Sereníssima Senhoria de Veneza, diz-lhe que aquela especiaria estava baratíssima *dans notre port chrétien de Lisbonne*.

Vasco da Gama «aventureiro» e D. Manuel «insolentíssimo»...

¡Valha-o Deus, Sr. João Mistler!

* * *

Francisco de Croisset, também noutra conferência e no mesmo salão, fala mal de Macau.

Diz que os habitantes se chamam *da Costa* ou *da Fonseca, parecem portugueses na China e chineses em Portugal*, e que têm a paixão do jôgo e dos combates onde entram cãis, galos, serpentes, lagostas... e baratas!!!

E termina a sua *crítica* dizendo que no fim dos combates os macaenses comem os cadáveres dos animais vencidos.

* * *

Cláudio Farrère, outro escritor francês, em uma conferência no mesmo salão, diz que Cristóvão Colombo descobriu os Açores, antes de descobrir a Espanha. Para os franceses que não sabem geografia esta afirmação devia ter produzido surprêsa, mas é possível que Farrère quisesse falar da *América* em vez de *Espanha*. O certo é que a tolice não foi corrigida.

Diz que a vegetação dos Açores é inferior à de Cabo Verde e que a cidade da Horta é mais lúgubre que uma necrópole. Só encontrou homens e mulheres andrajosos. Que é possível que estas sejam formosas, mas que o capuz, que lhes tapa a cabeça, oculta totalmente as suas feições. *Et, comme dit la chanson, jè me suis sauvé.*

E com esta facecta que excitou a hilariedade da assembleia, Cláudio Farrère terminou a conferência.

* * *

Madame Gabriela Reval, em uma conferência no mesmo salão, fala de Portugal. Tece um hino de louvores ao nosso País. Não se pode ser mais gentil nem mais verdadeiro, àparte uns pequenos senões.

Chama ao Rei D. Manuel I *le Roi Aventureux*. Aqui, a tradução deve ser *venturoso* e está bem, porque é o cognome que a história lhe dá. Mas João Mistler (como acima dissemos) chama a Vasco da Gama *aventureux* e não pode êste ter o mesmo cognome do Rei Manuel.

Todavia, apraz ler esta conferência. Muito bem escrita, com um grau de sabor literário de muita ele-

vação, esmaltada com o concurso da actriz Corina Freire, — mostrou um Portugal muito diferente daquele que os franceses podiam imaginar.

* * *

Em sessão da Câmara dos Deputados de 20 de Dezembro de 1826, o deputado Alexandre Tomaz de Morais Sarmento apresentou um projecto de lei, criando na Universidade de Coimbra um colégio com a denominação de Real Instituto Africano, a-fim-de nêle serem recebidos 15 alunos africanos, que seriam admitidos à custa da Fazenda Pública; e que os estudos cirúrgicos estabelecidos no Hospital de S. José fôssem também freqüentados por seis alunos africanos.

¿Quereria o deputado designar pelo têrmo de «alunos africanos» os indivíduos de côr negra?

* * *

Em sessão da Câmara dos Deputados de 6 de Fevereiro de 1840, entre outros discursos pronunciados pelos ilustres preopinantes (era assim que se tratavam), o Sr. Leonel (que pelo sobrenome não perca) orou assim:

«Sr. Presidente, disse-se que na primeira representação que aqui apareceu da freguezia da Encarnação, havia 7 assinaturas de cruz, ¿e o que é isso? ¿Um homem que por sua desgraça, por culpa de seu pai, ou por qualquer motivo tem a infelicidade de não saber ler nem escrever, é por isso, na balança em que se

devem pesar os cidadãos, menos cidadão que outro que saiba ler e escrever? .... Sr. Presidente, ¿não lembrarei eu à Câmara que Carlos Magno também não sabia escrever? (*Riso.* — O Sr. *Conde da Taipa:* — Isso não é certo). Diz-se que firmava com o punho da espada... Ora pois; houve tempo em que eram tão consideráveis os nomes dos Condes e Marqueses que não sabiam escrever, que a Inglaterra, para fazer com que êles aprendessem, deu-lhes o direito de clérigos... (*Risadas de todos os lados*). Sr. Presidente, eu vi num dos jornais franceses, no tempo da emigração, uma questão sôbre a validade do voto dum eleitor, que pagando trezentos francos de contribuïções directas, não sabia escrever; não sei qual foi a decisão; mas lá houve na Câmara dos Deputados essa questão; eis aqui que em França, a terra da ilustração, um eleitor, que pagava trezentos francos de contribuïções directas, não sabia escrever, e então não admira que na freguezia da Encarnação 7 homens o não saibam também.»

Pois, sôbre esta discussão de um assunto tão fútil, houve mosquitos por cordas, como de resto quási sempre acontecia nas côrtes portuguesas desde 1826 até nossos dias.

João Jardim de Vilhena

EPISTOLÁRIO

XXVI — O cavaleiro de Oliveira e Barbosa Machado

OR favor de um amigo, que teve o descómodo de a copiar para mim na Biblioteca da Ajuda, segue uma carta dirigida pelo famoso cavaleiro de Oliveira, Francisco Xavier de Oliveira, a Diogo Barbosa Machado, abade de Sever-do-Vouga e sempre memorado autor da *Biblioteca Lusitana,* cujos quatro volumes, durante mais de um século, foram a única norma que pautou os consulentes em matéria de bibliografia portuguesa.

Copiada há perto de quinze anos, destinava-se a um estudo que projectei sôbre a curiosa figura literária e social do autor do *Amusement périodique.* Pôsto de parte o intento, designadamente depois que Aquilino Ribeiro nos regalou, há sete ou oito anos, com um apurado estudo sôbre o aventuroso escritor, deliberei trazê-la à estampa na *Feira da Ladra,* onde por certo vai fazer a delícia dos apreciadores de bons bocados literários.

Há nesta preciosa carta uns passos que tentarei

esclarecer, para melhor entendimento dos menos versados na biografia do simpático aventureiro que foi o seu sinatário. Vejamos:

O cavaleiro de Oliveira parece ter vindo ao mundo em 1702, e foi filho do contador dos contos do Reino e Casa, José de Oliveira e Sousa e de sua mulher, D. Isabel da Silva Neves. A sua vida de vagamundo sentimental é um romance de aventuras de tôda a ordem. Cursou sucessivamente a Holanda, a Áustria, onde mais se dilatou, a Inglaterra, outra vez a Áustria, volta a Inglaterra, vai a França e, finalmente, torna a Londres, onde veio a morrer em 1783.

Precursor do materialismo oitocentista, tão ligeiro em crenças como em amores, abandona a Igreja Romana em 1746 para entrar na Luterana, é queimado em estátua pela Inquisição em 1761 (no mesmo auto-de-fé em que assaram o pobre Malagrida) e isto mais o enfrenesia e aguilhoa a atacar o papa e o papismo.

Em 1730, ainda em Lisboa, casa com D. Ana Inês de Almeida. Casamento de pouca dura; três anos depois, morre-lhe a mulher. Recasado em 1738, já em Viena, para onde se expatriara fugido às perseguições do Santo Ofício, com Maria Eufrosina de Puechberg, é a esta segunda cônjuge, então recentemente falecida, que se refere nas primeiras linhas desta carta. Entremeando os casamentos legais com os da mão-esquerda, casou-se pela terceira vez em Londres, em 1744, com Francisca Hamon, uma senhora francesa, que lhe havia de sobreviver... e por aqui ficou em matéria matrimonial.

Afirma o cavaleiro que o português era língua geralmente desconhecida na Europa, mesmo das pessoas sábias. Não era tanto assim. Haja em vista as edições de escritores nossos, que se fizeram nos séculos de seis e setecentos, sobrelevando, como é natural, Luiz de Camões.

A atitude dos bibliófilos, que se encolhiam na compra do primeiro volume da *Biblioteca Lusitana*, com mêdo de que não saíssem os seguintes, persiste ainda hoje e pelos mesmos motivos. É assim por tôda a parte; disse-me há tempo um jornalista espanhol, que a venda do primeiro volume de não sei que edição do *D. Quixote* foi relativamente escassa, e só aumentou com o aparecimento do segundo. O primeiro volume da *Biblioteca*, que pertenceu ao autor das *Reflexões* foi, com o que restava da sua livraria, parar às mãos de Duarte Lessa.

Quanto à décima latina com que Oliveira encomia o livro presenteado, reputo-a inédita: não figura à entrada de nenhum dos outros três volumes da *Biblioteca*.

O conde de Tarouca, de quem se trata, é João Gomes da Silva, nosso embaixador em Viena, junto de quem Oliveira exercitou o cargo de secretário. Parece que as relações dos dois não foram inteiramente desanuviadas; tinham feitios opostos, e desencontrados hábitos. Para mais, Francisco Xavier criara entre o pessoal da embaixada, senão ódios, pelo menos más vontades. As coisas foram-se embrulhando, até que, em Abril de 1737, Tarouca despedia-o bruscamente. O temperamento do cavaleiro, desleixado de hábitos burocráticos, de feição azevieira que lhe levava o melhor do tempo, desatinado de costumes, e até, parece, que embusteiro, falsário e difamador (é Tarouca quem o afirma), defeitos eram a sobrelevar de muito as qualidades e talentos, que se lhe não podem contestar.

Como se vê, à data desta carta, conclusos quatro anos sôbre a morte do plenipotenciário, em 1738, ainda o cavaleiro de Oliveira pensava em redigir um manifesto em francês sôbre os factos ocorridos com o conde e família. Já anteriormente, em 1741, numa carta a Francisco Mendes de Góis, secretário da em-

baixada de Portugal em Paris, êle fala em «escrever e publicar as circunstâncias dêste negócio, que se perdeu por ignorância, malignidade e cegueira dos parentes do senhor conde de Tarouca...» Não tenho notícia de que algum opúsculo neste sentido êle tenha trazido à estampa.

O Marchand, que abaixo se nomeia é, seguramente, o sábio bibliófilo e bibliógrafo Próspero Marchand, que foi livreiro em Paris e em Amsterdão na primeira metade do século XVIII.

Francisco da Silva é um bibliópola cujo nome leio no rôsto de alguns volumes, que imprimiu, também na primeira metade daquela centúria, na qualidade de livreiro da Academia Real de História e do Senado lisbonense.

Quanto às gravuras, que Francisco Xavier se apronta para mandar ao autor da *Biblioteca Lusitana* (se algumas chegou a mandar-lhe), possìvelmente figuram na copiosa colecção que Barbosa Machado ajuntou e hoje dá preço à Biblioteca Nacional do Rio-de-Janeiro, para onde foi levada quando a côrte portuguesa embarcou para o Brasil em 1808.

As Memórias, de que se trata, são as *Memoires de Portugal*, impressas em Amsterdão pela primeira vez em 1741.

Finalmente, o irmão citado nesta carta será, ou Tomaz Xavier de Aquino, monge de S. Bento, ou José de Oliveira e Sousa, «de quem se não descobre pègada», escreve Aquilino Ribeiro.

Côlho as velas, neste já largo comentário. E apraz-me terminar estas linhas sôbre o cavaleiro de Oliveira com as mesmas palavras com que aquêle escritor se lhe refere no remate do seu livro: «uma vida a que não faltou nada, honras, princesas, fome, fel e lágrimas».

C. M.

*
* *

S^nor^ Diogo Barbosa Machado

A Carta que V. m. me escreveo em 15 de Junho, e que me entregou aqui Joaõ da Silva me alegrou por muitos principios que naõ podiaõ deyxar de causar semelhante effeito em hum homem que se presa de saber ser bom amigo ainda no estado mais infeliz, e ainda na situaçaõ mais melancolica. Nesta situaçaõ, e neste estado me achava justamente quando recebi a carta de V. m. pois que por outras que me chegaraõ ao mesmo tempo se me deo a noticia da morte de minha molher, e a certesa de que a nossa corte despresando o zello, o trabalho, e a despesa com que servi até agora me tem absolutamente abandonado. A carta de V. m. acompanhada do seu retrato, e V. m. mesmo representando-se-me ao natural nas suas obras servio de reparo aos furiosos golpes com que a fortuna e o amor me castigavaõ.

O primeyro Tomo da Bibliotheca Lusitana que dá a idea da grande Obra que V. m. emprendeo he sem disputa huma produçaõ das mais nobres, das mais uteis, e das mais scientificas que ateagora se vio no nosso Reyno. Depois do conhecimento que tenho dos outros em que viagei, sou obrigado a crer que naõ ha no mundo cousa taõ facil como fazer livros, pois que naõ ha terra habitada em que os Autores deixem de produzir, ou como formigas, ou como praga. Fazer porem obras da qualidade desta Bibliotheca em que V. m. trabalha he assumpto determinado a poucos pois que saõ raros os Escriptores que semelhantes a V. m. ennobrecem a Patria, illustraõ a Republica Litteraria, e acquirem fama immortal em todo o Orbe com as produçoes do seu spirito. Se da mesma forma

que se inventaraõ as Canonisações dos Bemaventurados se introdusissem as Apotheoses dos Sabios, naõ ha quem possa duvidar que já se teria consagrado huma statua ao merecimento de V. m. com aquella mesma justiça com que vemos levantar todos os dias imagens dedicadas à virtude de outros homens. Na nossa Lisboa só os homens Santos saõ virtuosos: em todo o mais mundo catholico igualmente se dá o nome de virtuoso ao Santo como ao Sabio, e os Italianos por exemplo saõ prodigos deste epitheto a favor de toda a creatura perfeita que até a huma comediante, se he insigne no seu officio, condecoraõ com o titulo de *virtuosa* sendo talvez huma grande peccadora. Como eu me acho em hum Paiz onde o entendimento dos homens he somente subordinado á Divindade do que se communica entendo com approvaçaõ de todos os sabios que aqui conheço que V. m. naõ só he virtuoso mas virtuosissimo em summo gráo, porem como sou obrigado a dize-lo a V. m. em huma carta que vai para terra onde o juizo dos homens que o tem está sogeito ao entendimento de outros homens que nunca o tiveraõ, nem o haõ de ter, naõ podendo por esse principio aclamar a virtude de V. m. contento-me de lhe segurar que a sua memoria será sempre santissima na opiniaõ de todo o homem douto, e no conceyto de todos os seus colegas virtuosos. Quem sabe que V. m. podia offerecer esta obra ao Publico igualmente em Latim como em Portuguez ainda descobre mayor virtude no Autor vendo que para honrar a propria Patria, e o natural idioma preferio a Lingoagem Lusitana á Latina sem ambicionar os aplausos universaes que certamente havia de alcancar se cuidasse em antepor a fama do seu nome, a utilidade dos seus compatriotas. Ninguem sente mais do que eu conhecer que elles saõ ingratos pois que a propria experiencia me tem mostrado a pouca estimaçaõ que daõ

a toda esta qualidade de sacrificios. O que V. m. fez escrevendo-lhe huma tal obra na sua lingoa he digno de hum reconhecimento taõ sincero, como sey que he o sentimento de todos os homens doutos que veem a mesma obra composta em hum idioma que naõ sendo universal lhes he desconhecido. Esta he a razaõ por que dos exemplares que V. m. me remeteo se naõ vendeo hum só até ao presente. Os Judeos que entendem a lingoa naõ a sabem ler por seus peccados, e os sabios que comprehendem muitas lingoas ignoraõ totalmente a nossa, e esta he a primeyra occasiaõ em que se arrependem dessa falta. Se a obra fosse já completa muitos me tem dito que ainda sem a entenderem a comprariaõ para ornamento das suas Bibliothecas, porem em hum só volume sem segurança dos que se devem seguir nenhum lançou ateagora estando aqui costumados ás subscripçoens com que os livreiros em semelhantes casos de obras grandes, e dilatadas seguraõ ao Publico de lhas darem completas dentro de hum termo fixo. A tardança do Segundo Tomo tambem intimida os Curiosos. Eu lhes seguro que V. m. continua incessantemente a sua aplicaçaõ, porem elles querem ver, e naõ duvido que em vendo o dito Segundo Tomo comecem a animar-se collocando em todas as Livrarias hum Padraõ que fará com que as glorias Portuguezas sejaõ taõ duraveis como os seculos. Do Exemplar que V. m. me fez presente lhe dou os devidos agradecimentos, e de outro que tomei para mim mesmo darey conta justa esperando que V. m. tenha a bondade de me remeter o Segundo Tomo logo que sahir da Impressaõ. O Retrato de V. m. está muy natural e bem aberto, e foi muy louvado por estas partes. Se V. m. me poder mandar huma meya dusia delles fora dos livros estimarey poder satisfazer ao desejo de pessoas muito dignas que determinaõ alcançalo para lhe darem culto entre as

mais Imagens, que veneraõ nos preciosos Gabinetes das suas Pinturas, onde cuidaõ sobre tudo em collocar as Effigies dos Varões Insignes e Virtuosos. V. m. foi taõ dignamente louvado pelos compatriotas que todos os que lograõ esta honra se animaõ a fazerem numerosos os aplausos, e esta he a unica disculpa que V. m. pode dar ao que fez a seguinte Decima:

In Laudem Reverendissimi et Illustrissimi Domini Didaci Barbosa Machado, Primi Bibliothecae Eruditissimi Scriptoris

DECIMA

Legens Bibliothecam Lusam,
Quam scripsit Barbosa Insignis,
Meam Apollineus Ignis
Subito inflamavit Musam.
Donare conor profusam
Tibi, oh maxime Virorum!
Laudem nobilium Laborum
Queis Primus inter Majores
Factus, non ut sunt Authores
Alii, sed Author Authorum.

DISTICON

Lusi Scriptores jam surrexere Sepulchris
Judiciique Dies, Bibliotheca fuit.

F. X. D. O.

Começando agora a responder á Carta de V. m. lhe agradeço infinitamente ver que se interessa como amigo em sentir a infelicidade que experimentey com o Conde de Tarouca. He sem duvida que foy grande, porem he incrivel o quanto os seus parentes a tem

augmentado chegando por obstinaçaõ ou por ignorancia a fazerem com que eu publique por força hum caso em que o dito Ministro perde precisamente a reputaçaõ escurecendo a sua memoria, a qual eu cuidey tanto em conservar com perjuiso do meu credito somente em attençaõ da sua Familia, que me tem recompensado com toda a qualidade de injurias, e de inimisades. Espero que huma especie de Manifesto que publicarey em pouco tempo na Lingoa Franceza terá a virtude necessaria para fazer abrir os olhos naõ só a todos estes Senhores, mas a todo o Mundo a respeito do que me tem acontecido em serviço dessa Corte desde que me apartey della.

Tambem agradeço a V. m. a reposta que fez a Mr. Marchand o qual a estimou muito. Do que socedeo a V. m. com Francisco da Silva me admiro. Cuidey que eu somente lograva a dita de ser disgraçado com elle. Os livros que V. m. deixou passar ou que elle passou da sua maõ ao outro Livreyro saõ muy dificeis de encontrar. Se aparecem pagaõ-se bem. Aquelles que eu mandey era ainda hum resto da curiosidade de meu Pay, que pela diligencia de muitos annos os tinha conseguido. Se porem se descobrir algum dos que V. m. me aponta naõ me descuidarey de lançar maõ delle. Quanto á encommenda de estampas que V. m. continua a lembrar-me confesso que tenho medo de fazer emprego algum por que em todas as occasiõens em que descobri alguma cousa que podia servir a V. m. achey que o preço naõ era commodo, ou para melhor dizer duvidey se seria a sua satisfaçaõ. Pelo que respeita aos retratos dos Principes e Varoes Insignes naõ faltarey de lançar em todos os que poder achar desejando que V. m. me diga se a sua curiosidade se limita somente nos Heroes Portuguezes, ou se pertende haver tambem os retratos dos Estrangeyros mais famosos. Quando eu fizer alguma venda da

Bibliotheca me embolçarey dos 11$650 rs. que constaõ da Memoria que V. m. me remeteo. Quanto aos 960 rs. dos dous Tomos das Memorias de Portugal he sem duvida que eu disse a meu Irmaõ que os desse a V. m. muito antes de saber que hia a taõ pouco custo ganhar um taõ estimavel presente como he o que V. m. me fez da sua composiçaõ. Tambem escrevi ao dito meu Irmaõ que desse a V. m. hum exemplar de todas as folhas de Cartas Portuguezas que imprimo, e que lhe remeti. Se elle entre os mais descuidos que me faz ver que pratica a meu respeito commeteo o de faltar a esta diligencia V. m. pode pertender o dito exemplar como cousa propria mandando dizer ao Doutor Felix Joseph da Costa que lho entregue pois que o dito Senhor he quem hoje tem os ditos Livros de Cartas em seu poder. Quando eu comecey a imprimilas estudey muito em suprimir todas as que podiaõ encontrar ahi dificuldades. Nem essa atençaõ, nem a aprovaçaõ que V. m. e outros Amigos deraõ ás primeyras Folhas animando-me a continuar a Obra serviraõ de a fazer passar sem contrariedades achandome ainda sem a certeza de que se lhe deraõ as Licenças necessarias para correr sem ser tachada. Se o embaraço ainda dura peço a V. m. que se empregue em disfaze-lo pois que naõ conheço ahi outra pessoa mais digna de quem possa esperar semelhante graça.

Para tudo o que for do serviço de V. m. fico sempre prompto. G.[de] Deos a V. m. muitos annos. Haya 19 de Outubro de 1742.

Amigo e muito servidor de V. m.

Franc.º X.er de Oliv.ra

NÓTULAS DE VIAGEM

XVII — Vilhancicos

OLHEÁMOS, em tempos, na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, os *Vilhancicos* «que se cantaram na Capela Real de D. Pedro II e de D. João V» entre 1702 e 1715, sendo um dêles em homenagem à santa:

Cecilia soberana
que como Abeja diestra
compones de dolçura
em vez de mel
suavissimas cadencias
. . . .

Num estribilho canta-se-lhe:

és a cithara de Dios.

Êste vilhancico cantou-se nas Matinas e festa a Santa Cecília na igreja de Santa Justa, em Lisboa, no ano de 1708.

Nestas obras, das quais o mestre de capela será obrigado na noite de Natal a ordenar alguns vilhancicos para a festa e assim para a noite como para o dia (Elvas, 1625), entravam figurantes e dois coros a 2, 4, 6, 8 e 12 vozes com vários instrumentos. Dividiam-se em 3 *nocturnos* com *estrofes, coplas, romances, endechas, bailes, xácaras, recitados, árias* e *arietas*.

Segundo D. Carolina Michaëlis, «pastoral de nascença, a *cantiga de vilão* conservou-se nos vilhancicos do Natal, cultivada sobretudo por músicos e poetas ocidentais em forma muitas vezes dialogada».

Pedrell elucida assim: «Denominaram-se vilhancicos, qualificação parecida à Villanella italiana» que Orland de Lassus já tratara.

Mendes dos Remédios (1923) também os estudou sob o seu género literário-musical (séculos XVII e XVIII) citando compositores como: Felipe de Magalhãis, Melgaço, Manuel Cardoso e Rebêlo.

¿ Onde se sumiram as músicas que se cantavam e bailavam nos vilhancicos?

XVIII – Castelos

Depois dos de Belmonte e Sabugal aparecem-nos castelos raianos e talhadas esmaecidas de centeio em declives de montados.

Atalaias estratégicas, estes velhinhos defensores dos povos da raia viram passar as peregrinações, as cruzadas e os guerreiros que tanto versificaram, jogaram o xadrez, caçaram javalis ou defenderam a nossa integridade. O torreão ao centro na atalaia do horizonte e os pagens cantavam ao alaúde ou arrabil às

castelãs que, glorificadas nas estâncias dos poetas, não tinham, afinal, vontade própria.

Depois, ao misticismo e cavalheirismo medieval sucedeu a vida municipal, a política utilitária; e então os castelos ficaram no silêncio do seu abandono, a poetizar a paĩsagem, até que os românticos na sua voluptuosidade sentimental, os ungiram com a piedosa evocação dos seus versos.

¡Que ruínas tão evocadoras, que casamentos reais, que dramas e adultérios onde nem sequer há cinzas dum fogo antigo!

Costumes e trajos evolucionando, festins, cercos, pilhagens, figuras da nossa História, tudo isto passou, se desfez.

Onde a sentinela vigiava, pastam agora os rebanhos; onde os ginetes escarvavam altivos, corta-se a giesta para as lareiras; onde no regresso se aclamavam os cavaleiros vitoriosos, medram figueiras e florescem amendoeiras.

Conheço dois castelos que servem de cemitérios: os de Belver e de Tôrres Novas. Em Redondo, os mesmos utilizaram a cêrca do convento. Já que não são receita de turismo, ao menos os seus esqueletos empedrados ainda são úteis aos seus similares em ossos.

Armando Leça

TRAJO PASTORIL ALENTEJANO

Caído em desuso

Tômo IX, pág. 32

A BAIXELA DE UM CARDIAL

notícia que vamos dar, não é da baixela dum cardial diabo, porque, certamente, o seu maléfico possuïdor teria feito menos mal do que o dono daquela de que vamos tratar, e por isso lhe iria muito bem o nome de cardial verdugo, em virtude da forma como o cardial patriarca de Lisboa D. Francisco de Saldanha se portou na execução das bulas referentes à expulsão dos membros da Sociedade de Jesus.

Mas antes de se ir mais longe, vamos ver quem era o cardial Saldanha.

Francisco de Saldanha era filho de João de Saldanha da Gama e de D. Joana Bernarda de Lencastre, e nasceu em 20 de Maio de 1713 (*História genealógica da Casa Real*, tômo V, página 364). Mas Fortunato de Almeida diz que foi no ano de 1723 (*História da Igreja*, tômo 4.º, parte 4.ª, página 212).

El-Rei D. João V nomeou-o prelado da igreja patriarcal, e foi-lhe dada posse em 15 de Janeiro de 1743.

Em 23 de Agôsto de 1755 passou a principal da

mesma igreja, e elevado a cardial no ano seguinte, pelo papa Bento XIV.

Como figura principal da igreja em Portugal estava destinado a desempenhar papel preponderante na política, e o Marquês de Pombal, adivinhando-lhe os sentimentos, aproveitou-o no ódio contra os jesuítas na perseguição que lhes moveu.

Fortunato de Almeida, na obra atrás referida, diz dêste prelado o seguinte:

«Tornou-se instrumento vil de Pombal na perseguição movida contra os jesuítas para o que nem sequer hesitou em abusar da missão que lhe confiara o Pontífice ao nomeá-lo visitador da Companhia de Jesus. Foi êste tristíssimo papel o único título de celebridade que na história deixou o Cardial Saldanha; e foi êle também que lhe valeu a nomeação de Patriarca de Lisboa em 23 de Julho de 1758. No ano seguinte confirmou-a Clemente XIII, pela bula *Onerosa pastoralis*, de 28 de Maio (1759). Tomou posse em 12 de Julho e recebeu a sagração na sua capela da Junqueira em 5 de Agôsto do mesmo ano.

«Parece que posteriormente o remorso lhe atazanou a alma; e, como conselheiro de Estado, influíu no espírito de D. José para que se evitasse o sacrifício de outras vítimas. Dizem que aos seus conselhos se deve não terem sofrido morte pública e afrontosa alguns padres Jesuítas a pretexto do atentado de 3 de Setembro e bem assim os três meninos de Palhavã, D. Miguel da Anunciação e o confessor Dr. Fr. José Caetano, carmelita.

«Parece que foi por isso que Pombal o chegou a votar ao desprêzo, e até o perseguisse, deixando de satisfazer-lhe os ordenados e suspendendo-lhe as ordinárias.»

O Marquês de Pombal, em virtude do procedimento do cardial, pretendeu afastá-lo da côrte, proïbindo-lhe até a entrada, mas talvez porque o Rei não estivesse de acôrdo, foi revogada aquela ordem, e o prelado continuou a ser recebido, não só na côrte, como até em casa do ditador, onde, um dia, depois de jantar, adoeceu, vindo a falecer poucos dias depois, em 1 de Novembro de 1776.

O cardial Saldanha, pela sua posição, levava uma vida de fausto e era possuïdor duma baixela de prata, de-certo muito valiosa. Mas a representação a que era obrigado manter e em virtude da falta de ordenados e ordinários que lhe foram suspensos pelo Ministro, quando morreu estava cheio de dívidas e até havia empenhado as rendas da mitra, jóias, etc.

Como recordação disto, chegou até nós o inventário da sua baixela, que foi feito para almoeda, como se vê do documento que se reproduz a seguir:

«Rellação da Baixella de prata pertencente ao espolio do Excellentíssimo Cardial Patriarcha Dom Francisco de Saldanha, que se acha descripta no inventario, que se fes por seu falecimento, e se vende por ordem do Dezembargador José Fernandes Nunes corregedor do civel da Corte juiz do mesmo inventario.

Noventa e seis prátos de prata com suas molduras em roda vazadas, e recortadas, e servem para guardanápo pezaõ trezentos, tres marcos sete onças avaliados cada hum marco pela certidaõ do contraste a seis mil reis por ser de onze dinheiros, e com atencaõ a sento e vinte e hum mil e dozentos reis de meyo feitio importa tudo . . . . 1:944$450

Outo pratos mayores pezaõ vinte, e sete marcos sete outavas avaliado a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençaõ a des mil, e outo centos reis de meyo feitio importa tudo em	173$456
	2:117$906
Lauda antecedente	2:117$906
Seis pratos dous mayores que os outros pezaõ trinta e hum marco huma onsa, e sete outavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros com atençaõ a doze mil e quatro centos de meyo feitio importa tudo	199$806
Quatro pratos grandes de cozinha redondos dous mayores que os outros pezaõ quarenta e hum marco duas onsas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençaõ a dezasseis mil e quatro centos reis de meyo feitio importa tudo em.	263$900
Sinco pratos em forma ouvada, e grandes pezam quarenta, e quatro marcos tres onsas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençaõ a dezasete mil e seis centos reis de meyo feitio importa tudo em. . . .	283$850
	2:865$462
Lauda retro	2:865$462

Outo pratos em forma ouvada mais piquenos, quatro mayores, que os outros pezaõ trinta, e quatro marcos tres onsas, e quatro oitavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençaõ a trez mil e seis centos de meyo feitio importa tudo em. . . . . . . 220$225

Duas terrinas em forma ouvadas com quatro pes cada huma, e duas azas e sobre a tampa hum ramo de prata com figuras e todas lavradas lavor moderno, cada huma com seu prato todo lavrado em forma de conxa com seus figurados pés, e suas caldeiras dentro com duas azas peza tudo settenta e dous marcos, tres onsas duas oitavas a seis mil reis o marco por ser de onze dinheiros, e com attençaõ a trezenttos e trinta, e seis mil e seis centos reis de meyo feitio importa tudo . . . . 771$037

Duas terrinas de prata em forma redonda com quatro pés, e duas azas e sua caldeira dentro com duas azas e no remate da tampa huma fingida cove flor tambem de prata, e huma figura de caranguejo e lagosta, e seu prato cada huma tudo lavrado feitio moderno peza tudo oitenta e sete marcos, duas onsas, e sete outavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençaõ a duzentos mil reis de meyo feitio importa tudo em . . . . 724$156

4:580$880

Vem da lauda	4:580$880
Outo pratos quatro em forma quadrada, e os outros em forma triangular pezaõ trinta marcos a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençaõ a doze mil reis do meuo feitio importa tudo cento noventa e dous mil reis	192$000
Quatro colheres de prata para sopas com a copa rredonda, e os cabos com filetes intransados pezaõ sette marcos sete onssas, e huma outava a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com attençaõ a quatro mil e outo centos reis de meyo feitio importa tudo em	52$113
Doze saleiros de prata todos irmaõs e mais dous com diferentes feitios que figuraõ dous cada hum, e com suas tampas gonzadas em forma de conxa pezaõ todos treze marcos huma onsa, huma oitava, a seis mil reis cada marco por ser de onze dinheiros e com attençaõ a nove mil e seiscentos reis de meyo feitio importa tudo em	88$443
	4:913$466
Lauda retro	4:913$466

Quatro moestardeiras em forma de cansas de canoas de feitio moderno pezaõ treze marcos tres onsas, seis outavas

a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros com atençam a nove mil e seis centos reis de meyo feitio importa tudo em noventa mil quatro centos e doze reis. . . . . 90$412

Duas mostardeiras redondas com suas tampas sem gonzos todas folheadas com suas colherinhas pezaõ quatro marcos huma onsa, e sinco oitavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençam a tres mil e dozentos de meyo feitio importa tudo em. . . . . 28$418

Dous pratinhos de prata que servem para galhetas de azeite, e vinagre com seus caixilos pezaõ outo marcos tres onssas e sette outavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com attençam a seis mil e quatro centos de meyo feitio importa tudo em . . . 57$306

Lauda. . . . . 5:089$602

Duas cafeteiras huma mayor que outra em forma liza pezaõ nove marcos trez onsas sete outavas e meya a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros e com atençam a outo mil reis de meyo feitio importa tudo em 61$952

Dous roxos com tres pês cada hum e hum mayor que outro com suas caixas para espirito em forma liza pezaõ sette marcos duas onssas quatro oitavas a

seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com atençaõ a quatro mil e outo centos reis de meyo feitio importa tudo em . . . . 48$675

Quatro serpentinas de feitio moderno de tres luzes cada huma pezam cincoenta e sete marcos quatro onssas e seis outavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros e com attençaõ a cento outtenta, e dous mil e quatro centos reis de meyo feitio importa tudo em . . . . 527$962

5:731$191

Lauda retro . . . . 5:731$191

Vinte e quatro colheres para café com seus filetes nos cabos pezaõ tres marcos tres onsas huma outava a seis mile quatrocentos reis cada hum marco por ser de onze dinheiros e com atençaõ a dous mil e quatrocentos reis de meyo feitio importa tudo . . . . . 22$713

Quarenta e sete garfos, quarenta e sinco colheres com seus filetes nos cabos peza iudo trinta e seis marcos sete onssas duas oitavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros com atençaõ a quatorze mil e quatro centos reis de meyo feitio importa tudo 235$837

Des colheres grandes para sopas com os copos ouvados, e duas espuma-

A CARRINHA ALGARVIA

Fot. de M. L. Franco

Tômo, VIII, pág. 223

POLYPHEMVS:

Ipse ingens & cælum sterno, & genero abile fulmen.

Monstrum horrendum, informe, ingens, cui lumen ademptum,
Solamẽque mali de collo fistula pendet.

VILLEGAIGNON FIGURANDO DE
GIGANTE POLIFEMO

Alegoria calvinista da época

deiras tudo lizo filetes nos cabos pezam onze marcos, sinco onsas, e sinco oitavas a seis mil reis o marco por ser de onze dinheiros com atençaõ a seis mil e cuatro centos reis de meyo feitio importa tudo . . . . 76$618

Quarenta e outo cabos de faqua todos irmaos muntos delgados com seus ferros da móda avaliados em . . . . 14$400

6:080$789

Lauda retro . . . . 6:080$789

Vinte, e quatro colheres, vinte, e quatro garfos, e vinte, e quatro facas tudo de prata dourada peza tudo vinte e sinco marcos sette onssas, duas outavas a seis mil reis cada hum marco com attençaõ a vinte e outo mil e outto centos reis de meyo feitio importa tudo em 181$237

Quatro colheres, quatro espumadeiras, douradas, e de prata muntto mayores pezaõ quatro marcos sinco onssas, e duas oittavas a seis mil reis cada hum marco por ser de onze dinheiros, e com attençaõ a seis mil e quatro centos de meyo feitio importa tudo . . . . . 34$337

Vinte e quatro cabos de facas com seus ferros da moda avaliados todos em 40$000

6:339$363

A baixela que acabámos de ver, tinha o pêso de oitocentos marcos de prata, aproximadamente, e o seu valor, à razão de seis mil réis cada marco, era de quatrocentos e oitenta mil réis. A diferença entre esta importância e a de 6.333$693 réis, que figura no inventário, é atribuída ao meio feitio das peças, o que, diga-se de passagem, a-pesar-de ser uma avaliação judicial, é bastante baixa porque na baixela deveriam existir peças de bastante trabalho, e os lavrantes não as fariam por aquêle preço.

— Como já referi, adivinha-se, nesta simples descrição do inventário, o valor artístico de algumas peças da baixela, e o seu conjunto, não sendo para comparar com a da Coroa portuguesa, visto que a baixela germain representa um monumento único no mundo, saído da mesma casa, era admirável e não envergonhava a mesa de um Príncipe da igreja portuguesa.

O documento encontra-se guardado no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, e dêle se pode verificar que a baixela se compunha de 441 peças, salvo êrro.

Mais uma contribuïção para o inventário da história da arte do século XVIII que aí fica, e um elemento também para a história da vida social portuguesa daquele século, a-fim-de que os estudiosos possam apreciar.

José da Cunha Saraiva

O ROMANCE POPULAR DE «O ANTONINHO»

UMA ESQUECIDA TRAGÊDIA COIMBRÃ

SE não erro, foi o sr. Alberto Braga quem, na *Vida Minhota*, revista que já não existe, editada em Braga, publicou, pela primeira vez, o curioso e interessante romance de *O Antoninho*, por êle colhido na tradição popular de Guimarães.

Promovi, pouco tempo depois, a sua reprodução no jornal *O Despertar*, de Coimbra, porque nenhuma publicação da Lusa-Atenas se referira a êsse elemento do folclore conimbricense; e, mais tarde, incluí-o na colectânea de lendas de Coimbra e contos de estudantes que, sob a designação de *Coimbra, terra de lendas*, publiquei em 1936, em edição de *Manuel Gonçalves, editor, Rua da Voz do Operário*, 36. Êste conceituado editor de obras literárias em fascículos

teve a gentileza de, por excepção, publicar em unicidade a referida colectânea.

Deslocado para Lamego, tomei uma criada de Salzedas, a qual, ao ouvir meus filhos recitarem o romance de *O Antoninho* logo debitou uma composição cantada por ela e outras raparigas da sua terra, e que é uma variante duma parte do romance. Instada por várias vezes, repetiu, sempre, a mesma composição, truncada no seu começo e fim, mas variante curiosa do velho romance.

Seguidamente, expomos o romance de *O Antoninho* na versão vimarenense e na variante incompleta de Salzedas:

Guimarães

Antoninho, como criança
C'uma pedrinha atirou
A brincar c'os estudantes,
Sem q'rer um pavão matou.

—Antoninho, que fizeste?
Que estavas tu a fazer?
Mataste o meu pavão?
Da mesma sorte hás-de morrer!

Antoninho foi p'ra casa
Muito triste e a chorar;
Logo que seu Pai o soube,
Logo lhe foi preguntar.

—Antoninho, porque choras?
Porque estás tu a chorar?
—Matei o pavão do Mestre,
E êle diz que me vai matar!

—Não te aflijas, rapaz,
Não te ponhas a chorar:
Aqui estão dezoito libras
Para lho pavão pagar.

Salzedas

—

—

—

—Bom dia, meu Papá,
Bom dia lhe venho dar;
Trate de pagar o pavão ao Mestre (*sic*)
Que acabei de lho matar.

—

—Boas tardes, sr. Mestre,
Boas tardes venho dar;
Aqui estão dezoito libras
Para lho pavão pagar.

—Vá-se embora, Vitorino;
Para amigos não é nada.
Mande p'ra aula o menino,
Que a morte está perdoada.

—Antoninho, vai p'rá aula,
Já é tempo de aprender.
—Vou p'rá aula, vou, meu Pai,
Adeus, não me torna a ver.

—

—

Saíram os estudantes,
Só ficou o Antoninho;
Ficou na sala dos livros
Morto como um passarinho!

—

Logo que seu pai o soube
Ficou cheio de terror;
Pega num punhal em punho
Foi matar o professor.

A cidade de Coimbra
Chora tôda de paixão;
Duas mortes se fizeram
Só por causa dum pavão!

—Aqui tem dezoito libras
Ou vinte que elas são,
Para pagar a valia
Do estimoso pavão.

—Vá-se embora, meu amigo,
Por amigo (*sic*) não é nada;
Mande Antoninho á aula,
Que tem na mesma entrada.

—Antoninho vai á aula,
Que precisas de aprender.
—Papá, eu não vou lá,
Que já sei que vou morrer.

Antoninho sai de casa
Todo o caminho a chorar;
Chegou á entrada da aula
Ainda ia a soluçar.

—Entra p'ra dentro, Antoninho,
Entra p'ra dentro, vai estudar (*sic*),
No fim da tua lição
Temos muito que falar.

—

—Oh meninos da escola:
Vistes o meu Antoninho?
—Ficou na sala dos livros
Co'o coração aos pulinhos.

Seu Papá, que isto ouviu,
Sobressaltado ficou;
Meteu o *revolver* no bôlso
O professor assassinou.

—

Comparando as duas versões, verifica-se que, além das variantes, e da truncatura (pois lhe faltam a descrição da morte do pavão, os temas da ameaça, da tristeza, da inquirição do pai e da consolação, da saída dos estudantes e da compunção em Coimbra), a versão salzedense tem elementos novos, que integrados na devida altura, completam a versão vimaranense, tais são: a volta do Antoninho para a escola, o novo tema da ameaça, e o do diálogo do pai com os estudantes. Em especial, falta-lhe a quadra final, único elemento de informação topográfica: os cantores salzedenses ignoram onde ocorreu a tragédia descrita no poema.

Enquanto na versão vimaranense o pai, informado da tristeza e chôro do filho, lhe pregunta as causas de tal, na salzedense, o Antoninho, ao saüdar o pai lhe conta o feito; também na versão de Guimarães o pai do Antoninho é mais cortês do que na de Salzedas, ao pretender pagar o custo do pavão morto; na de Salzedas, o pai oferece mais duas libras (dezóito ou vinte). Outra diferença entre as duas versões está na resposta do Mestre que, no tipo minhoto, denomina o pai pelo seu nome—Vitorino, o que não acontece no tipo da Beira-Douro; em ambas há pequenas variantes de forma no diálogo de Vitorino e Antoninho, mas em ambas se nota o tema do pressentimento instintivo da morte. No episódio da morte do professor, na versão de Guimarães, figura um punhal «em punho» enquanto na de Salzedas figura um revólver embolsado; e, enquanto a gente da pátria de Gil Vicente emprega o verbo *matar*, a do vetusto mosteiro utiliza o verbo *assassinar*.

Do confronto das duas versões, concluo que a da Beira-Douro é uma forma importada mais recentemente e, possìvelmente, mais evoluída do que a do Minho, que guardará o seu aspecto formal mais an-

tigo, mais tradicional. Na vinda – sabe-se lá porque caminhos! – para a Beira-Douro, perdeu-se parte do trecho, o que explica a truncatura.

O trágico drama coimbrão, narrado no romance que nos ocupa, não é universitário: dá-nos a impressão de se passar no ensino primário, de primeiras letras, pois o Antoninho – nome popular por todo o País — é criança (*como criança*, que era) e os seus companheiros estudantes são meninos (*Oh meninos das escolas*).

Antoninho, como bom «primário», joga a pedra e mata o pavão, que era pertença do mestre. Os pavões são bichos raros, e a «ave de Juno» nunca foi muito popular em Coimbra; os que por lá se pavoneiam são doutra espécie. O pavão é uma ave selvagem que, em estado de domesticada ou domada, vive em liberdade perto da casa do dono; êste pavão era de estimação (*estimoso pavão*); o mestre irrita-se e ameaça de morte o Antoninho: é a pena de talião. É de crer que nessa ocasião o não conseguisse agarrar, porque então, a cólera que o dominava no momento, ao ver o pavão morto, leva-lo-ia a matar logo a criança. Mas as relações entre o mestre e Antoninho obrigam êste a comparecer perante aquêle. Antoninho conhece bem o mestre e sabe que êle realiza o que diz, por isso, vai para casa triste, a chorar, e na conversa com seu pai, Vitorino, conta a ameaça. O pai não acredita na realização da ameaça: «são coisas de crianças!», mas trata de sanar o êrro, indemnizando o professor do prejuízo da morte do pavão, avaliando-o em 18 ou 20 libras. Dado que a libra estivesse ao par, o pavão valia entre 80 a 90 mil réis: caro bicho! O mestre recusa a paga, em nome da amizade que o liga ao pai do seu aluno, e mostra que perdoa o incidente, pedindo-lhe que mande o Antoninho para a aula. O pai incita o filho a voltar à escola; mas êste,

por observação e instinto, sabe que o mestre não deixa de cumprir a ameaça, feita num momento de cólera, e que as palavras de perdão, ditas a seu pai, são pura hipocrisia e pretexto doloso para ter seguro o pavonicida.

A morte do Antoninho ocorre no fim da aula. Tenho a impressão de que falta no poema uma quadra que a descreve; mas, seja como fôr, o mestre fica e, racionalmente, tiraniza a criança, deixando o assunto para o fim da lição. Antoninho teria sofrido pavores no decorrer do tempo lectivo. À saída dos outros alunos, possìvelmente, ainda Antoninho não tinha sido morto: devia ter ficado na sala dos livros, não *morto como um passarinho*, salvo se fôsse de susto e de pavor, mas *com o coração aos pulinhos*, numa angústia enorme. Todavia, os escolares ficam a espreitar e assistem à morte. Podemos supor que a morte teria sido atroz, com requintes de crueldade: o mestre era mais amigo do seu pavão do que dos seus alunos, cuja natureza ignora. Calmamente, racionalmente, prepara a sua vingança, feia e mesquinha; é um caso patológico, possìvelmente um sádico, e de certeza um esquizofrénico. Mas o Antoninho demora-se a regressar a casa; o pai, inquieto, vai procurá-lo; encontra os companheiros, a quem pregunta pelo filho, e êles informam-no da morte de Antoninho. Parece-me, pois, que houve troca nas quadras respectivas das duas versões do romance: na versão vimaranense o filho de Vitorino fica na sala dos livros *morto como um pàssarinho*, mas, por ordem cronológica das fases do romance, deve ter ficado com *o coração aos pulinhos;* o diálogo do pai com os companheiros de Antoninho, que aparece na versão de Salzedas, deve rematar com a indicação de que o filho, então, fica *morto como um passarinho.*

A não ser que êste diálogo tenha sido introdu-

zido para explicar, na versão de Salzedas, reacção de Vitorino, por se ter perdido a quadra da saída dos estudantes na versão vimaranense; e, assim, o mestre teria obrigado os alunos a assistirem à morte de Antoninho, para seu exemplo e escarmento. Prefiro, todavia, supor que os deixou sair para, depois, matar o Antoninho, embora sabendo que ficavam a espreitar o «educativo espectáculo» por natural curiosidade da infância.

A reaccão de Vitorino foi rápida; vê-se que amava o filho, pois logo fôra entregar ao mestre a importância avultada de dezóito libras. Fiado na palavra traiçoeira do desleal professor, mandara o filho de novo, à aula, não se fiando no seu instinto e no pressentimento da sua morte; por isso vai matar o professor à punhalada. A versão salzedense é muito mais recente: generalizado o uso das armas de fogo de algibeira, já não se explica o uso do punhal; mas a versão mais antiga é que deve ser a verdadeira.

Conhecido o duplo assassínio e sabidas as suas causas, a cidade de Coimbra emociona-se e chora, lastimando a ocorrência, originada por tão fútil coisa: um pavão. É bem a «Cidade Santa», de que fala Sá de Miranda, sempre disposta a vibrar pelo sentimento, pelo coração.

Mas quem devia ter ficado contente foram os discípulos do perverso mestre assassinado: tiveram feriado e viram-se livres dêle. Quem conhece a juventude do ensino primário sabe bem que isto é do seu carácter.

Tal é o romance de *O Antoninho*, poema decerto elaborado por qualquer cantor ambulante, cego rapsodo e poeta popular, descritivo dum facto ocorrido em Coimbra.

A-pesar-das nossas tentativas de identificação histórica do facto, não o conseguimos ainda caracteri-

zar. Em Coimbra e arredores não se encontra o mais leve vestígio da ocorrência, na tradição oral: e, no entanto, foi crime que impressionou. Pode ser que, com o tempo, algo se venha a apurar.

O autor do romance era estranho a Coimbra: ninguém, na Lusa-Atenas, chamaria *estudantes* aos alunos duma escola primária: só do liceu para cima. Também creio que ninguém empregaria a expressão *sala dos livros* numa cidade onde o têrmo *biblioteca* há muito passou da linguagem erudita para a popular. *Sala da aula*, sim, *dos livros*, nunca.

A-par-da morte de Inez de Castro e de D. Maria Teles, da lendária morte-mútua dos estudantes da Conchada, da morte dos lentes, em Condeixa, da dos estudantes Lázaro e Camelo, da do Mano e de outros assassínios ou suicídios, especialmente suicídios de estudantes desesperados com o resultado dos exames, a morte do Antoninho e de seu mestre é mais um motivo trágico, que emocionou a sensível população da cidade de Coimbra e as populações ingénuas, simples e boas das províncias.

Falcão Machado

CURIOSIDADES

Em 1836, a Litografia Ribeiro, no Pôrto, imprimiu uma fôlha do tamanho de 45×33, na qual se vê a figura de um homem, com um copo de vinho na mão direita, parecendo dizer: *Viva a Carta! Viva D. Maria II!*

Sôbre as vestes, o calendário daquele ano, sobressaindo o dia 4 de Abril, aniversário da Raínha. Possuo um exemplar, que reputo raríssimo.

* * *

No mesmo ano de 1836, por ocasião da *Belemzada*, quando *El-Rei Passos* (ou Passos Manuel, para quem ignorar como o Rei D. Fernando o tratava) pretendia a reforma da Carta Constitucional, publicou-se no Pôrto um pasquim impresso contra êle, intitulado *Via Sacra de Guinfões*, que é uma terrível diatribe a todas as suas acções sociais e políticas.

Possuo também um exemplar.

* * *

Quatre mois dans les Pays-Bas, voyage épisodique et critique par M. de... Tome second. Paris, 1829.

O autor, a pág. 313, escreve: — «Savez-vous, répond M. Marans, (qui me paraissait y mettre de la malice) que Don Miguel fait des siennes. C'est le Néron de Portugal. Eh! Je le croyais au Brésil. Qu'il aille au diable».

Creio que El-Rei D. Miguel é, de todos os reis de Portugal, o mais caluniado. É certo que, durante o seu reinado, houve perseguições, vinganças, ódios, como não houve em mais reinado algum. Mas chamarem-lhe *Nero* é desconhecer o que a história conta do verdadeiro e considerar o monarca português igual em tudo ao romano.

Possuo uma gravura feita na Alemanha, que tem êste título: *Don Miguel Tyrann von Portugal.*

¿E sabem quantos anos representa o retrato? Não pode representar mais que 20 anos. E, nesta idade, ainda êle não pensava sequer em ser Rei de Portugal.

* * *

Por ocasião da morte ignominiosa de Gomes Freire e dos seus amigos, tragédia que causou horror na melhor sociedade dêsse tempo, espalhou-se entre gente devota um papelinho que tinha estes dizeres:

Trez Salve-Rainhas pelas almas dos que morrerão justiçados. Tenho um exemplar.

* * *

No tempo de D. João VI as cartas de embarque

de mercadorias traziam em vinheta os retratos, ou daquele Rei, ou dêle e da Raínha Carlota Joaquina. Tenho várias.

* * *

Durante as lutas liberais, a imaginação popular inventou variados meios para afervorar a causa, ou a favor de D. Miguel ou a favor de D. Pedro.

Entre outros, houve as pulseiras de missanga azul e branca com as letras *V. D. M. II.* (Viva D. Maria II). Possuo uma.

* * *

O Marquês de Palmela, Ministro dos Estrangeiros, avisou, em ofício impresso (que eu possuo) o Intendente da Polícia, Manuel Marinho Falcão de Castro, de que no dia 3 de Setembro de 1823 haveria no Paço da Bemposta uma recepção diplomática em que o Barão Hyde de Neuville, embaixador de Sua Magestade Cristianíssima, apresentaria a sua credencial e ofereceria a D. João VI e ao Infante D. Miguel o cordão da ordem do Espírito Santo; e pedia ao Intendente que mandasse para a porta do embaixador, no Largo do Poço Novo, *uma carruagem puchada a 4 bestas com alguns gentis-homens.*

Possuo outro ofício também impresso, e redigido da mesma forma, para outra igual cerimónia: e quero crer que essa redacção viesse de longa data e que nunca tivesse dado lugar a zombarias.

Mas o que nunca foi criticado, alguma vez o será; e assim sucedeu, porque um outro ofício (que eu possuo), também impresso, subscrito por Pal-

meia, do ano de 1823, avisando o Intendente da cerimónia da imposição da Jarreteira a D. João VI, já não emparceira as bêstas com os gentis-homens.

* * *

Quando o féretro de D. Maria II ia a caminho de S. Vicente, uma pomba branca pousou sôbre o tejadilho da carruagem e aí se demorou por longo espaço de tempo. E desde que D. Miguel entrou na agonia, às 11 horas da noite do dia 14 de Novembro de 1866, até que faleceu, à 1 hora da manhã de 15, caíu uma chuva ininterrupta de estrêlas cadentes.

Coincidências, que deram origem a fantasias e a fôlhas avulsas para se manter a fé entre os partidários.

* * *

No teatro das Variedades, no ano de 1864, representou-se uma comédia em um acto, intitulada *Polacos e Russos na Mouraria*, original de José Romano.

Os personagens são só 3 homens, e um dêles, surpreendido num colóquio amoroso, foge para os telhados e refugia-se em uma trapeira, onde é surpreendido pelo dono da casa. Para se salvar, dá-se como chefe da insurreição polaca, fugido de Varsóvia às iras de um general russo, que não é mais que o patrão da criada, com quem êle tivera a entrevista.

Afinal, tudo se descobre e fica tudo em bem, mas pode causar espanto o título que o autor deu à peça, se se souber que, naquele ano de 1864, tinha havido uma insurreição na Polónia contra o domí-

nio russo. O autor aproveitou o acontecimento para fazer uma comédia, que naquele tempo teve sucesso, mas que hoje, em leitura, é de uma sensaboria atroz.

João Jardim de Vilhena

UMA FAMÍLIA DE ARTISTAS PLÁSTICOS DO MINHO

Os Lopes, êsses canteiros e mestres de obras, que por quinhentos e seiscentos trabalharam pelo Minho, esculpindo sugestivos pelourinhos e chafarizes e traçando molduradas fachadas, ora nos motivos do gótico manuelino, ora nos moldes da 1.ª e 2.ª Renascença, devem constituir uma larga família, sucedendo-se uns aos outros como verdadeira dinastia.

A sua história está ainda confusa, mas é provável que amanhã o estudo dos exemplares escultóricos e arquitectónicos da região venha desennovelar o fio da verdade.

Talvez que um Lopo, pedreiro dos Jerónimos dos começos da obra, seja o tronco da família, como também à mesma gente pertençam outros Lopes que lá trabalharam e os que, segundo documentos, andavam então por Lisboa e Pôrto. Um traço de ligação entre estes pedreiros dos Jerónimos e do Norte nos apresentará presumìvelmente o mestre João Lopes,

residente no Pôrto e que, em 1529, testemunha um contrato de emprazamento em S. Vicente de Fora. Viterbo supô-lo, e com razão, o empreiteiro do convento portuense da Avé-Maria, o que vem demonstrar, pela identificação assente, ser o mesmo mestre das obras de Lamego. Pode presumir-se, afoitamente, que se trata do mestre canteiro minhoto João Lopes, o *velho*, autor de diversos trabalhos em Viana do Castelo e do gracioso pelourinho manuelino dos Arcos-de-Val-de-Vez.

¿ Conhecem o pelourinho da velha vila dos Arcos? É um dos mais curiosos exemplares manuelinos dessas colunas da jurisdição local.

Sabe-se que êste artista residia no Pôrto e lá o foi chamar em 1553 o Senado vianês para a obra do curiosíssimo chafariz da velha praça principal de Viana. Dois anos antes, lavrara João Lopes outro exemplar semelhante na próxima e risonha Caminha. Essa «fonte fermosa, em abundancia de agua e feitio de pedraria», como a assinala, no seu estilo plástico e musical, o clássico Frei Luiz de Sousa, é ainda o motivo decorativo principal do rossio da pacata e linda Viana do Castelo.

¿ Quem passou pela ribeirinha cidade do Minho e não retém na visão êste fontenário monumental, onde as esbeltas tricanas de Viana vão buscar água e entreter maviosas conversas mesmo com os que não são da fôrma do seu pé?

Mestre João Lopes, com o seu cinzel, afeiçoou o duro granito da região a delicadezas e finuras de lavrantaria, que competem com os trabalhos feitos no sul do País, onde a pedra é duma macieza propícia às cinzeladuras. Mal ou bem, são-lhe atribuídas diversas construções e trabalhos da quinhentista Viana: a casa de Jácome de Luna, a capela de S. Bernardo e a portada do Sacramento, ambas na Matriz, e a casa

de Rui Sotto-Maior na praça da República, entre outras.

Discípulo do espanhol Fial, um dos mestres da Matriz de Caminha, é bem de aceitar que lhe caibam algumas dessas construções, como também vários pormenores arquitectónicos de marcado valor ornamental, que enlevam a sensibilidade artística do viandante pelas claras e aceadas ruelas da cariciosa Viana. De facto, é de presumir que lhe pertençam o emolduramento de cinzeladas janelas gótico-manuelinas ou simplesmente renascentistas—a da casa dos Costa Barros na transição do ogival para a Renascença, por exemplo—que a miúdo por lá deparamos.

João Lopes, que o erudito Figueiredo Guerra julga falecido em 1560, teve um filho seu homónimo e que é, nem mais nem menos, o que ao depois surge na vetusta Guimarãis, acrescentando ao nome o apelido Amorim, tam vulgar pela Ribeira-Lima.

Outros Lopes e Amorins aparecem por essas épocas como canteiros, pedreiros e mestres, no Alto e Baixo-Minho.

João Lopes de Amorim, escultor imaginário e arquitecto, é o mestre das obras de Guimarãis. O seu nome liga-se a diversas obras erguidas então, na vetusta cidade, como a velha alfândega, o antigo Hospital da Misericórdia e a reconstrução dos Paços do Concelho, que, pela arcaria dos baixos, pela série das janelas, de gôsto seiscentista do andar nobre e ameias do coroamento, sugerem a lembrança do edifício, de mais marcado acento quinhentista, da câmara de Viana, levantado quando a fama dos Lopes corria.

Diz Figueiredo Guerra que foi certamente João Lopes, filho, o arquitecto da aparatosa fachada da Misericórdia de Viana, construída em 1589, tam *sui-gé-*

neris entre nós, rasgada em varandas suspensas por cariátides, bem como o portal do mesmo edifício com figuras semelhantes.

Ainda a êste João Lopes, atribue o erudito escritor o monumental chafariz do largo de S. Domingos, também de Viana, demolido em 1867.

João Lopes de Amorim estabeleceu-se definitivamente em Guimarãis, onde casou, grangeou fama, foi pessoa importante, morreu e deixou fortuna.

Natural de Ponte-de-Lima, recebeu o título de cidadão de Guimarãis e ocupou neste município o cargo de almotacé e várias vezes o de vereador.

Pelo seu casamento com Mónica Barbosa foi genro doutro Lopes — talvez já seu parente — Gonçalo Lopes, arquitecto e escultor imaginário como êle. E teve por cunhado outro artista plástico: Pero Afonso de Amorim.

Faleceu, segundo se crê, por 1644 e deixou uma descendência que ainda hoje perdura pelos barões de Pombeiro de Riba Vizela, directos representantes do pedreiro, homem honrado e da governança da vila de Ponte-de-Lima e de Viana, no dizer dum pleito de então.

A obra dos Lopes de Amorim espera o estudo que a aprecie e destrince devidamente.

Lógico será presumir que a estes pedreiros, canteiros e mestres caibam mais trabalhos, cuja autoria não está identificada.

Se Haupt e outros escritores estudaram já alguns edifícios da época renascentista existentes no Norte do País, no entanto, exigem particular estudo as fachadas da Misericórdia de Viana do Castelo — por certo a mais aparatosa e sugestiva frontaria da arquitectura civil da Renascença em Portugal — o frontes-

pício de S. Domingos, da mesma cidade, cujo templo pertence no risco a Fr. Julião Romero, os chafarizes de Caminha, Braga e de Viana e as casas da Câmara desta última e de Guimarãis. Será um capítulo curioso de história de arte local e nacional a escrever.

Cruz Cerqueira

DOIS TÚMULOS MEDIEVAIS EM SÃO DOMINGOS DE LISBOA

NDE outrora foi uma capela do derruído convento de S. Domingos de Lisboa, conservam-se no indigno abandono de uma arrecadação da igreja actual, dois velhos túmulos medievos, de um dos quais se destaca uma figura jacente de mulher.

É D. Sancha Pires, que foi casada com João Anes Palhavã, «cidadão honrado de Lisboa», e que morreu a 11 de Novembro de 1343, há quinhentos noventa e seis anos, segundo resa a inscrição aberta na face do moimento em cinco linhas de bem legíveis caracteres unciais:

: AQUI : IAZ : DONA : SANCHA : MOLHE' :
QUE : FOY : DE : DON : IOANE : ANES : PA :
: LHA : UAA : QUE : DEUS : PERDOE : HE : P :
: ASOU : XI : DIAS DE : NOUENBRO : DA :
: ERA : DE : MIL : CCC : LXXX : I : ANOS : P : N :

Leitura:

Aqui jaz dona Sancha, mulher que foi de dom João Anes Palhavã, que Deus perdoe. E passou 11 dias de Novembro da era de 1381 anos. Pater noster.

Devia ser pequenina de corpo esta D. Sancha, a crer na exactidão da sua estátua tumular.

Estava ali por seu marido ter herdado, com outros muitos bens, esta capela em S. Domingos, de D. Maria Soares, mulher que fôra de Martim Pires Palhavã, à qual depois vinculou certas propriedades que possuía em Setúbal, em Palmela e na Azambuja, obrigando-se a dar cem libras aos frades para que lhe rezassem missa por alma tôdas as sextas-feiras.

De tudo lavrou escritura em 24 de Agôsto de 1306 o nosso conhecido Vicente Anes, *tabaleon*, que jaz no deambulatório da Sé.

O túmulo dêste João Anes Palhavã, com a sua estátua jacente, dizem que tinha o seguinte letreiro:

Aqui jaz don Joane anes palha uaa, cidadão de lisboa, que pasou feria segunda quatro dias por andar de abril, era mil. ccc. xl. uiii.

Hoje apenas existe o de sua mulher e, a-par-dêle, a grande arca tumular dos fundadores da capela, Martim Pires Palhavã, sua mulher D. Maria Soares, e a filha D. Teresa, como nos refere esta curiosa inscrição:

1) — E : M : CCC : XUII : XUIII : DIAS : ANDADOS : DOYTUBRO : MORREU : MTI : P(IR)IZ : PALHA : UAA

2)—E : M : CCC : XXUIII : UI : DI$^{S}_{A}$: AN$^{A}_{D}$D$^{S}_{O}$: D : MR$^{O}_{C}$: MORR$^{O}_{E}$: TAR$^{Y}_{E}$IA : MTIIZ : FILHA : D : MTI : P(IR) IZ : PAL$^{A}_{H}$: U$^{A}_{A}$: E : MOLH$^{R}_{E}$: D : $^{O}_{D}$: IOH$^{M}_{A}$: DO$^{I}_{M}$NGZ

3)—BAU..... E : M : CCC : XXXIIIII : IX : DI$^{S}_{A}$: AN$^{A}_{D}$D$^{S}_{O}$: D : SE$^{E}_{T}$B$^{O}_{R}$: MORR$^{U}_{E}$: DO$^{A}_{N}$: M : SOARIZ : MOLH$^{R}_{E}$: D' : MTI : P(IR)IZ : E : MAD$^{E}_{R}$: D' : TAR$^{Y}_{E}$IA : MTIIZ

4)—..... : DONA : M : .....EZ : ESTA : CAPE$^{A}_{L}$: ACIM$^{U}_{O}$: ACRASTA : OLACA$^{O}_{T}$RIO : E O CÃPANARIO : DESTE : LOGR : HII : RE$^{I}_{Q}$ESCAT : IN PACE : AMEN :

Leitura:

1)—Era 1317. 18 dias andados de Outubro morreu Martim Pires Palhavã.

2)—Era 1328. 6 dias andados de Março morreu Tareja Martins, filha de Martim Pires Palhavã e mulher de D. João Domingues.

3)—bau..... era 1335. 9 dias andados de Setembro morreu D. Maria Soares, mulher de Martim Pires e mãe de Tareja Martins.

4)—(Esta) D. Maria (f)ez esta capela, acimou a crasta,

o locutório e o campanário dêste logar aqui. Requiescant in pace. Amen.

Além da capela, fêz D. Maria Soares outras obras em S. Domingos que, pela sua importância, mereceram ser referidas na inscrição: *acimou*, isto é: acabou o claustro, o locutório e o campanário do mosteiro (1).

Entre diversos legados, deixou em testamento, feito em Lisboa no ano de 1293, o encargo de duzentas libras que João Domingues, o viúvo de sua filha, deveria entregar ao cabido da Sé, onde jaziam os pais, e «unum bonum calicem» ao mosteiro de S. Vicente de Fora, etc., além de muita fazenda que legou a João Anes Palhavã, mandando-se sepultar em S. Domingos, junto de sua filha.

Por falta de sucessão do primeiro administrador da capela que, conforme a escritura de instituïção, foi o filho mais velho de João Anes, o cónego da Sé Martim Anes Palhavã, suscitou-se larga demanda entre D. Constança Anes Palhavã, mulher de Afonso Martins, e sobrinha do cónego por ser filha de seu irmão João Anes, e um sobrinho desta, Vasco Esteves, filho de D. Maria Anes Palhavã.

Arrastou-se a questão desde 1395 até 1398, ano em que D. Constança alcançou sentença favorável, entrando na posse da capela e do morgado. Mas, falecendo sem descendência, tudo passou para a Coroa.

Depois, os anos foram correndo, veio o terramoto, que tem arcado com quantas culpas a incúria

(1) *Acimar:* concluir, aperfeiçoar uma obra, dar-lhe a última mão, pôr-lhe o ramo, levá-la até ao cabo. O mesmo que *atimar*. Viterbo, *Elucidário*.

dos homens tem querido atribuir-lhe, e os túmulos, que êle poupou, para ali estão esquecidos, entre tapetes velhos e trastes desmantelados, à espera de que alguém atente nêles e os restitua à dignidade a que têm jus com a sua capelinha mais de seis vezes secular.

Lumiar, Quinta de Nossa Senhora do Carmo, Novembro de 1939.

J. M. Cordeiro de Sousa

NÓTULAS DE VIAGEM

XIX—Inscrições populares da Beira-Baixa

A gravura, que ilustra estas linhas, representa uma inscrição seiscentista existente na pesada torça de granito duma casa humilde da rua da Fonte, em Aldeia-do-Bispo, concelho de Penamacor.

Os caracteres empregados pelo canteiro rude, que os gravou, longe da forma erudita, têm um acentuado sabor popular.

O desenho desta inscrição invulgar foi feito cuidadosamente, e não deixará, por certo, de ter interêsse para os cultores de velharias e da etnografia e, só por isso, se publica.

Em caracteres vulgares teremos:

ESTA MAÕ DÕ
FAZER D^{os} DU
ARTE N^{A} ERA D
1755 1 6 2 8 A N O S

devendo a sua leitura ser: *Esta* (casa) *mandou fazer Domingos Duarte na era de 1628 anos.*

A posdata de 1755, em caracteres já de forma

menos popular, situada à esquerda do corpo da inscrição, na quarta linha e junto à primeira data, refere-se, sem dúvida, à posse dum novo proprietário da mesma casa.

Têm interêsse especial as letras:

T T de *esta* e *Duarte,* que se assemelham a cruzes de Cristo;

F de *fazer,* com a forma das letras anteriores, mas com a haste inferior mais prolongada;

Z de *fazer,* que mais parece o algarismo 3;

R R de *fazer, Duarte* e *era,* bastante diferentes uns dos outros — ora parecem T T ora Z Z;

D D de *mandou, D.^os, Duarte* e *D* de forma bastante original.

Os A A, E E, O O, S S, e M, N e U têm a forma usual.

O pequeno círculo gravado sôbre o D de *mandou*, deve considerar-se como um ponto a separar dois tis (~ · ~).

E. de Sales Viana

A MATANÇA DO "PORCO-BISPO"

M Meirinhos (1), no dia de Natal, os rapazes iam matar um *porco-bispo* às eiras ou à roda dos palheiros que ficam logo a seguir às últimas casas do povo, o que dava ensejo a festança rija e animada, em que tomavam parte não só os rapazes, mas gente de certa idade e até de certa categoria.

Vejamos como era organizada essa matança.

Antes de mais nada, necessário é dizer que o *porco-bispo* não é mais que um passarito minúsculo, mais pequeno do que um pardal, com plumagem escura azeito-

---

(1) Meirinhos é freguesia do concelho de Mogadouro, que ao sul faz extrema com o de Moncorvo e, num par de quilómetros, é margem esquerda do rio Sabor.

nada e peito vermelho (1). Esta avezita, que pertence à ordem dos Passariformes e família *Turdidae*, é o *Erithacus rubecula melophilus* Hartert, vulgarmente conhecido pelo nome de *pisco* e, em Meirinhos, pelo de *porco-bispo*.

A matança dêste passarito, como vamos ver, rodeava-se de um simbolismo aparatoso. Nas eiras ou nos palheiros que ficam à roda, os rapazes iam no dia de Natal, como se disse, matar com um tiro de espingarda caçadeira um *porco-bispo*, dos que é freqüente andarem por ali de silvinha para silvinha. Morto o passarinho, transportavam-no em cima de um carro de bois com grandes faixas de palha, como que para amparar a minúscula ave, que mal se via no meio do sobrado do carro.

---

(1) No inverno, vêem-se muitos *porcos-bispos* à roda das casas, fraquitos, esfomeados, sêcos como as palhas. Muitos morrem à míngua. Conta-se que, certo dia, um caçador foi à caça e comeu a merenda numa fraga, onde ficaram umas migalhinhas de pão. Veio um *porco-bispo*, pousou na fraguinha e pôs-se a comê-las. No fim, com o papo cheio, sentindo-se valente, deitou-se de costas na fraga com as pernitas esticadas para o ar e começou a gritar:

—Meu Senhor Jesus Cristo,
Deitai o céu abaixo,
Que eu pego nêle nas minhas pernas!

A melra, quando tal ouviu, aflita, com mêdo que o céu desabasse imediatamente, rogou em contradita:

—Meu Deus, não faças isso,
Que é *porco-bispo*
E não tem pernas p'ra isso!

O *porco-bispo*, arrenegado, ripostou:

—Melra-Cachelra,
Pica na merda.
Quem te mandou a ti responder?

Êste era puxado pelos rapazes. À frente, presa à cavilha do cabeçalho, uma corda comprida, à qual puxavam também 20 ou 30 homens, em *ringoleira*, com alarido atroador e algazarra desconcertante, chiando desabaladamente, como faz o carro quando vai muito carregado. Para que êste, por sua vez, também chiasse um pouco, e fizesse *rugido*, apertavam-lhe as *estrutoiras*. E tudo aquilo se dirigia em grande animação para a praça, no meio da aldeia. Com as faixas da palha que tinham trazido no carro, ali acendiam enorme fogueira para chamuscar o pequenino *porco-bispo*. Depois, vinham homens com cântaros de água para a lavagem, que era simulada, como se se tratasse dum anafado suíno de muitas arrobas. Feito isto, estava o passarito pronto para ser escorchado.

Cabia agora a vez a um dos circunstantes que, de avental branco e armado de grande cutelo, em cima dum enorme cepo, partia a avezita em pedacinhos minúsculos e fazia a distribuïção pela gente grada da terra, tomando ares de magarefe entendido em seu ofício e afadigado na repartição de tanta carne.

—Aí vão sete arrobas do bico
Para o Senhor Padre Francisco!

Numa grande canastra, com alva toalha de linho enfeitada de rendas, um homem, fingindo-se derreado como se transportasse às costas muitas arrobas, levava a encomenda a casa do P.[e] Francisco. Dois rapazes, com capacetes de papel e armados de espingarda, acompanhavam a canastra como soldados vigilantes. No regresso, traziam fumeiro, vinho, pão-trigo, nozes, amêndoas, figos, etc. Em regra, todos primavam em bem sortir a canastra, mandando coisas várias que pudessem servir para a jantarada, em que, no fim da festa, tôda a gente comia e bebia.

Nova cutilada, despedida com fôrça e às mãos ambas, enterrava fundo o cutelo no cepo. A algazarra suspendia-se por uns instantes e o magarefe gritava:

— *Aí vão vinte arrobas da* cachola (1)
Para o Senhor José Maria Roca.

E outro homem, de canastra às costas, levava o pequenino estômago do *porco-bispo* embrulhado em alva toalha de linho, cujas franjas rendadas caíam por fora das abas do grande cesto. E o Sr. Roca metia na canastra uma ou duas alheiras, chouriços, uma cabaça de vinho, um pão, nozes, etc.

E a distribuïção prosseguia:

— *Aí vão quatro arrobas de costelas e o rabo*
Para o Senhor Serafim Salgado.

— *Aí vão sete arrobas de peitaça*
Para a Senhora Maria José da Praça.

— *Aí vão catorze arrobas da perna*
Para a Senhora Maria José Governa.

— *Aí vão dez arrobas da barriga*
Para o Sr. José Joaquim Bernardes Macias.

De cada vez, um homem partia, ajoujado por enorme canastra, que à ida transportava um ou dois gramas da carne do passarinho, mas no regresso vinha cheia de coisas várias para serem comidas na jantarada; era quási certo vir em cada canastra uma cabaça de vinho, e ha-

(1) *Cachola*, ou morla.

via-as que levavam um cântaro (1). Desta forma conseguiam boas alheiras, lingüiças, salsichões, muito pão de trigo e de centeio, nozes, amêndoas, figos, maçãs e vinho em abundância.

Mas a festança ainda não estava acabada. Isto era de manhã. Da parte da tarde, fazia-se o tribunal, no qual haviam de ser julgadas tôdas as pessoas de fora da terra, que passassem em Meirinhos naquele dia. Os soldados, com capacetes de papel e correame também feito de papel, armados de caçadeiras, vigiavam atentamente os caminhos de entrada na povoação.

Nesse dia, os ricaços de Lagoaça costumavam passar para S. Pedro e para além do rio, onde iam fazer a colheita da azeitona e feitoria do azeite nos seus casais, quer da Quinta de S. Pedro, em terreno de Meirinhos, quer dos Cerejais, Sendim-da-Ribeira, Ferradosa, etc., no vizinho concelho de Alfândega-da-Fé, além-Sabor. À entrada do povo, eram presos pelos soldados. Se alguns pretendiam fugir, os soldados disparavam sôbre êles as suas armas carregadas com tiros de pólvora sêca, o que dava ensejo a grande alarido e correrias. As mais das vezes, a voz de prisão era acatada sem discussão nem resistência.

O preso era levado à praça, onde estava armado o tribunal. O juiz de cartola, vestido com uma saia preta a fingir de toga, estava sentado numa grande cadeira de sola e costas altas. Sôbre a mesa, um tinteiro feito da

(1) Um cântaro equivale a meio almude. Como é sabido, o almude não tem o mesmo número de litros em todos os concelhos, e o mesmo sucede com o alqueire. O almude, no concelho de Mogadouro, a que pertence Meirinhos, é de 32 litros. No vizinho concelho de Moncorvo, já o almude é de 25 litros, como sucede, afinal, na maioria do País. A quarta parte de um almude, ou meio cântaro, chamam *romeia* ou *remeia*, a qual tem, em Mogadouro, a capacidade de 8 litros.

metade bojuda duma cabaça cortada pelo colo. As canetas para escrever eram *prumas* de abetarda (1). Ao lado desta mesa do juiz estava um carro de bois com um grande cortiço das barrelas suspenso duma corda, que ía duma *ingarela* (2) à outra. O cortiço tinha como badalo uma maça das de maçar o linho. Abria-se a audiência dando umas tantas badaladas de som cavo e soturno.

Encostado à roda do carro, e presa à *ingarela*, erguia-se uma escada das mais altas que houvesse na aldeia. Preso ao último degrau, um laço de corda. Era a fôrca, onde se simulava supliciar aquêles dos presos que se recusassem a cumprir a sentença ditada pelo tribunal. Chegava o preso no meio dos soldados e com grande acompanhamento de povo, especialmente de rapazio, que naquele dia tinha a sua grande festa.

Aberta a audiência e no meio do silêncio que todos guardavam para não perder pitada do discurso acusatório, o preso era identificado numa inquirição rápida e depois acusado. A acusação terminava sempre por atribuir ao delinquente um crime estapafúrdio, o que provocava gargalhada geral na assistência. Assim, um preso de categoria, proprietário rico, era condenado a pagar dois ou três pintos por ter roubado os sinos da catedral do Medal. A condenação tem graça, se se souber que no Medal, sítio do têrmo de Meirinhos, há uma capelinha minúscula, que nem sequer tem sineta.

---

(1) *Abetarda* é o nome com que designam uma grande ave de rapina da família *Vulturidae*, o *Gyps fulvus* Gray, que noutras regiões é conhecido pelos nomes de *grifo* ou *abutre*.

(2) As *ingarelas*, ou *engarelas*, são uma espécie de cancelas dos carros de bois, formadas por dois estadulhos ou fueiros, denominados *banzos*, ligados por quatro *travessas*, reforçadas por duas outras paralelas aos banzos e postas ao alto, chamadas *travessenhos*.

Outras vezes eram acusados de terem ido aos figos de determinado quintal de Meirinhos, cujo dono fôsse cioso da vigilância aturada com que o guardava. Era uma piada com duplo sentido.

Os presos desmentiam a acusação de que eram alvo, por vezes repontavam; mas quási sempre pagavam prontamente a multa que lhes era arbitrada, mesmo que esta fôsse elevada. Alguns chegaram a pagar, naquele tempo, multas de dois mil réis, o que corresponderia hoje a uns 40 ou 50 escudos, pelo menos.

Mas não eram presos só os ricaços; também prendiam um ou outro dos jornaleiros, que os proprietários quási sempre levavam consigo para a faina da azeitona.

Quando um dêstes azeitoneiros era preso, a audiência era agitada. O desgraçado praguejava, levava-se dos diabos quando lhe diziam ter roubado uns pimentos ou um pepino, em determinada horta do povo. De pouco lhe valiam justificações ponderosas.

—¿Não quere pagar o tostão ou seis vinténs da multa? ¡Pois então, que vá à fôrca!

Arrastavam-no até junto da escada, dirigindo-lhe chufas de tôda a ordem.

Quási sempre isto era remédio seguro. O pobre do azeitoneiro, espoliado do dinheirinho correspondente a um dia de trabalho, pagava à má cara, só para se ver livre daqueles diabos. Alguns presos, mais tímidos, chegavam a assustar-se a valer, tremiam receosos, e então pagavam logo. Mas, no fim de contas, cada um pagava, se queria, e dava aquilo que tinha na vontade. A assistência manifestava-se ruïdosamente, achincalhando os presos, aos quais, porém, não se fazia mal algum.

O dinheiro das multas era para as despesas da festança, com que nesse dia, em jantarada animada, tôda a gente do povo comia e bebia a fartar.

* * *

A *Festa do Porco-Bispo* também se fazia em Valverde, freguesia confinando pelo norte com Meirinhos, e, como esta, fazendo parte do concelho de Mogadouro.

Realizava-se porém, no dia 26 de Dezembro, dia de S.to Estêvão, reünindo-se logo pela manhã cedo um grande número de caçadores, para fazerem a montaria ao *porco-bispo*. Nas suas linhas gerais, a festa tinha a mesma feição e as mesmas fases da de Meirinhos, àparte uma ou outra particularidade.

Assim, por exemplo, na festa de Valverde intervinha sempre o *diabo*, ou *careto*, mascarado que, com fardeta especial e o rosto coberto com feia e cornuda máscara de pau, costumava sair na quadra do Natal em peditório para o Menino Jesus (1).

Para fazer por tôda a gente do povo a distribuïção em arrobas (!) das escassas 20 gramas da carne do passarinho, faziam uma enorme balança cujos pratos eram caniços dos carros de bois.

A carne era distribuída por homens vestidos de mulheres, com *panais*, ou seja com aventais brancos. Para receber o vinho iam mais dois homens com uma padiola que levava em cima um *boto*.

Do mesmo modo que sucedia em Meirinhos, também em Valverde, no dia da festa do *porco-bispo*, pren-

---

(1) Sôbre êste assunto e nesta revista, publiquei em 1936 um pequeno artigo intitulado *O careto de Valverde*. Depois, apresentei uma comunicação ao Congresso das Ciências da População (Pôrto, 1940) que intitulei «O Careto de Valverde e o chocalheiro de Val-de-Porco e as suas máscaras de pau», na qual fiz o estudo comparado dêstes dois arcaicos mascarados de Trás-os-Montes, e das suas máscaras.

diam tôdas as pessoas de fora da terra que por acaso por ali passassem.

A mesa para o julgamento (uma grande mesa), punha-se no adro da igreja. Sôbre a mesa, livros, papel, tinteiro e uma grande *pruma* de abetarda. O juiz, delegado e escrivãis constituíam o tribunal e julgavam os presos, condenando cada um dêles na respectiva multa.

Há cêrca de 30 anos que também em Valverde deixou de se fazer a festa do *porco-bispo*.

* * *

A matança do *porco-bispo* que, como vimos, os rapazes de Meirinhos e os de Valverde costumavam realizar pela quadra do Natal, constitue certamente a degenerescência dalgum velho culto, em que, na sua pureza inicial, fôsse sacrificado um porco.

É também desta opinião o ilustre professor Doutor Leite de Vasconcelos, que gentilmente me comunicou o seu parecer quando o consultei sôbre o assunto.

O sentido mítico dêste velho costume, realizado, como vimos, no solstício do inverno, é manifesto, e faz lembrar a *Montaria do porco preto*, outro costume do mito solar, embora realizado no solstício do verão, que os habitantes de Braga levavam a efeito no dia de S. João. Frei Bernardo de Brito descreve êste costume, e dêle se ocupam também José Gomes (1) e Teófilo Braga (2).

A pág. 11 do livro de José Gomes, se transcreve

(1) José Gomes, *O S. João em Braga*, Braga, 1904.
(2) Teófilo Braga, *O povo portuguez nos seus costumes*, Lisboa, 1885.

parte da acta de 10 de Junho de 1759, da vereação da cidade de Braga, na qual se estipula: «...... que esta (a bandeira da cidade) a levasse o alcaide mor e na sua falta o juiz mais velho, tomando-a á porta do Paço do Concelho e dirigindo-se no dia 23 aonde era costume ir emprazar o *porquo* (sic) e no dia 24, ao logar onde se costumava matá-lo». E na pág. 12 lê-se a continuação do que, sôbre o assunto, dispunha a vereação da cidade: «Que neste ultimo dia cuidassem os mordomos dos *çapateiros* de ter o porco no lugar costumado, alem da ponte de Guimarães e logo pela manhã cedo, para tanto que chegasse a bandeira da cidade com a gente de cavalo, o soltarem e com ele se folgar, incumbindo-lhes mais o cuidado de que não passasse o porco a ponte para a cidade, para não haver diferenças entre os moleiros e os sapateiros, visto que, dado tal facto, alegavam então aqueles, que o porco lhes pertencia e assim era costume». Porém os mordomos «avisadamente impediam que o porco, que era grande e bom, se encaminhasse nas fugas para a cidade».

A despeito da deliberação tomada em 1614 pela vereação de Braga, que considerou esta célebre montaria «indecente e geralmente reprovada por todo o reino», resolveu-se que, se no ano imediato houvesse porco, «se não mostrasse pela cidade nem com a bandeira».

Porém, dez anos mais tarde, em 1624, as festas do S. João, em Braga, voltaram a ter o brilho dos tempos antigos, executando-se à risca todos os números do velho programa: «..... os sapateiros façam as festas que se costumavam fazer nesta cidade, assi do *porquo* (sic) preto como ir a S. Sebastião, ...». Êste velho e movimentado costume da montaria, ou corrida do porco preto, diz José Gomes, prevalecia ainda no meado do século XVIII.

Teófilo Braga, a pág. 75 do vol. I do livro *O povo portuguez nos seus costumes*, considera também a mon-

taria do porco preto como um costume do mito solar representado na forma de caçada, «a qual em alguns povos europeus degenera em uma cavalgada ou *mesnie furieuse*, identificando-se com as lendas guerreiras do rei Artur, do rei Klint, do rei Waldemar, do Barba-Roxa e Dom Sebastião». Segundo o mesmo autor, a forma popular dêste costume chama-se *correr o montujo* e é assim descrita por Z. Pedroso (1): «Correr (escorraçar) o *montujo* é uma caçada fantástica, que se realizava na Vieira pela seguinte forma: Na quinta-feira da Ascenção, depois do sol pôsto, o povo, com grande berraria, tocando buzinas e dando tiros começa a afugentar o *montujo*. Por *montujo* entende-se todo o animal daninho».

Para estudar o simbolismo do velho costume transmontano de que vimos tratando, de forma a poder coligir elementos que possam levar-nos a encontrar-lhe o verdadeiro significado, não podemos abstrair, antes sobressair o facto de o passarito ser ali chamado *porco-bispo*. Quere dizer: o nome de *porco-bispo*, ou de *porco-pisco*, como lhe chamam noutras terras transmontanas, seria resultante de ter sido êste passarinho quem simbòlicamente veio substituir o porco, que, na feição primitiva e remota desta festa, seria o animal sacrificado.

De resto, o porco foi animal a que antigamente se prestou largo culto; haja em vista as célebres estátuas de granito dos berrões e berroas de Trás-os-Montes, da Espanha e ainda de Sabroso. Entre nós, o mais conhecido dêstes monumentos é a *porca de Murça*.

Ora estes monumentos, segundo Teófilo Braga (livro cit., vol. II, pág. 85), «seriam os totens fetichistas de certas tribos, como se vê pelo *genius loci* Obulco, da população modernamente chamada Porcuna, ao qual

(1) Z. Pedroso, *Superstições Populares*, na revista «Positivismo», n.º 702, (*apud* Teófilo Braga, cit).

sacrificavam porcos». Segundo o mesmo autor, que continuamos seguindo, os povos germânicos, no culto à deusa Freya, sacrificavam um porco, numa época correspondente ao Natal.

Em muitas das nossas aldeias a *matança dos porcos* faz-se com um vago intuito cultual, havendo regiões onde todos os vizinhos matam os porcos no mesmo dia, o dia do *matadêlo* (1), prèviamente combinado entre todos.

Vários rifões populares se referem à matança do porco:

> *Dia de S. Martinho* (11 de Novembro),
> *Mata o teu porco,*
> *Barra o teu vinho,*
> *E corta as relações com o vizinho* (2).

E o que é curioso é a sua relação com festas religiosas:

> *Dia de San Tomé*
> *Mata o porco pelo pé;*
> *Se êle disser cué-cué,*
> *Diz-lhe tu que tempo é.*

Gubernatis (3) diz: «Costuma-se, na Alemanha como outrora na Inglaterra, servir no festim do Natal uma ca-

---

(1) Assim sucede, por exemplo, na Quinta de S. Pedro, freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro, onde no mesmo dia morrem cêrca de trinta porcos, pois outros tantos são os vizinhos ou fogos daquela pequenina povoação.

(2) P.e Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal). *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Pôrto, 1938, Vol. X, pág. 42. Ver adiante, no nosso trabalho, uma variante dêste rifão.

(3) Gubernatis, *Mythologie zoologique*, Vol. II, pág. 14. (*apud* Teófilo Braga, ob. cit; Vol. II, pág. 85).

beça de javali cercada de ornatos; é, sem dúvida, um símbolo do monstro obscuro do *inverno lunar*, que é morto no solstício do inverno, depois do que os dias começam a tornar-se maiores e mais brilhantes. Pela mesma razão é uso popular na Alemanha o ir dormir no Natal em um chiqueiro, para ali ter-se sonhos, que são presságios de felicidade».

Por tudo o que acabamos de ver, é lícito admitir que, na matança do *porco-bispo*, esta pequena ave representa simbòlicamente um porco, devendo, na feição primitiva e remota dêste curioso costume, ter sido êste o animal sacrificado e, ainda, que a mesma matança do *porco-bispo* se relacionava com a liturgia mítica da expulsão do inverno.

JOAQUIM R. DOS SANTOS JÚNIOR
PROF. AUX. DA FAC. DE CIÊNCIAS DA UNIV. DO PORTO
BOLSEIRO DO I. A. C.

PARA A HISTÓRIA DE LISBOA NA IDADE-MÉDIA

Ainda o ANDALUZ e o FURADOURO

A era de 1374 (A. D. 1336) data, como é sabido, o formosíssimo padrão epigráfico do chafariz de Andaluz; e a *Memória sôbre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos lugares do têrmo*, que em 1851 José Sérgio Veloso de Andrade, antigo arquivista da Câmara de Lisboa, escreveu, declara ser essa a mais antiga referência conhecida à mencionada «*bica*».

Mercê dalguns documentos do cartório do Cabido da Sé de Coimbra, que em 1934 publicámos no tômo VI desta revista (págs. 161-177), passou a ser de 1309 a mais antiga referência documental ao sítio do Andaluz.

Novo achado nos permite hoje levar um pouco mais longe as referências aos topónimos lisboetas do-

cumentados então: o *Andaluz* e o *Furadouro*. As propriedades neles aludidas são as mesmas que deram lugar à publicação de 1934; e a proveniência do novo documento é também igual: o cartório do Cabido da Sé de Coimbra.

Diz o índice das *Doaçoens compras e escambos dos prazos de fora*, a pág. 221:

«Lisbôa.

O Rmo Conego Francisco Pires Vinagre e seus Irmãos fizerão em 1340 amigavel partilha dos Bens de sua Caza por morte de seus Pais; o que melhor consta dos Pergaminhos sem copia da G.ª 2.ª R.ª 2.ª M.º 1.º N.º 19 e G.ª 9.ª R.ª 2.ª M.º 2.º N.º 1.º, e G.ª 8.ª R.ª 1.ª M.º 2.º N. 28».

Não encontrei já o referido pergaminho, mas existe a certidão autêntica extraída em Coimbra em 10 de Março de 1710 a pedido do Cónego cartorário Rev. Pantaleão Pereira de Sampaio; é o documento que se segue, pelo qual ficamos conhecendo a procuração passada pelo Cónego Francisco Pires Vinagre ao Padre Fernão Martins, também de Coimbra, em 10 de Abril de 1302, para o representar nas partilhas que tinha de fazer, por morte de seus pais Pedro Soares e Maria Afonso, com suas irmãs D. Estevaínha casada com Afonso Martins, Maria Pires, casada com João Rodrigues, saquiteiro-mor del rei, Sancha Pires e D. Margarida; e em conseqüência desta procuração, o instrumento de partilhas, lavrado cinco anos mais tarde, a 5 de Junho de 1307.

Uma e outra data, anteriores às dos documentos trazidos a público em 1934, que já permitiam avançar alguma coisa em relação ao que à data se conhecia.

Fizeram-se lotes de 2000 libras para cada herdeiro; ao Cónego Francisco Pires ficou então pertencendo,

entre outras propriedades, «toda a vinha que he sobre andaluços»; à irmã Maria Pires, casada com João Rodrigues, ficaram, além do mais, dois casais «no Carrascal sobre lo Furadouro»; e a Sancha Pires «todo o Cazal do Furadouro».

O documento interessa muito à topografia medieval de Lisboa e por isso aqui se arquiva na íntegra:

«Sabam quantos Este Estromento virem que eu Fernam Martins clerigo procurador de Francisco Pires Conigo da Sé de Coimbra por poder duma procuraCom feita por mam de João Pires Tabeliom da Cidade de Coimbra da qual procuracom o theor de verbo a verbo tal he

Conhoscam quantos esta prezente procuraCom virem e ler ouvirem que eu Francisco Pires Conigo da Sé de Coimbra estabeleço e faco e ordinho por meu procurador verdadeiro e lidimo procurador assim Como melhor e mais Compridamente pode e deve ser e mais valer Fernam Martins clerigo do Choro de Coimbra portador da prezente procuracom para partir por mim e em meu nome todolos meos bens e herancas moveis e rais que a mim acaeceram e de dereito acaecer deveram da parte de meu Padre Pedro Soares e de minha Madre Maria Fonço em outro tempo vezinhos de Lisboa os quais bens herancas som na ditta Cidade de Lisboa e em seos termos e em todolos lugares hu quer que sejam os quais beñs herancas devem partir Com inhas Irmañs Convem a saber Com Affonso Martiñs e Com sa mulher Donna Estevainha inha Jrmam e com João Rodrigues E com Maria Pires inha Irmam e com inhas Irmañs Sancha Pires e Donna Margarida e Com todalas outras pessoas ou pessoa Com que de direito deva a partir todos esses beñs e herancas ou parte delles que a mim acaeceram e de direito acaecer deviam de parte dos dittos meos Padre Pedro Soares

e inha madre Maria Fonço ou por outra qaulquer razom e para demandar e pedir e receber por mim e em meu nome entregar as dittas inhas Jrmañs por razom dos Casamentos que ellas ouveram Outrosim para demandar receber por mim toda a inha parte e os meos direitos de todolos fruitos e renovos que eu devia a haver de todolos beñs que ficaram depois morte dos dittos meos Padre e inha Madre perdante o Alcaide e Alvazis da Cidade de Lisboa ou perdante nosso Senhor El Rey Ou perdante sa Corte Ou perdante seu sobre Juiz Ou sobre Juizes Ouvidor Ou Ouvidores Ou perdante Outro ou outros Juis ou Juizes de qualquer logo assim eccleziasticos Como Segraes e demandar pedir receber defender responder Contradicer recuzar reconvir Comprometter avir e Compoer exceicom ou exceicoeñs poer appellar suplicar a appellacam Seguir e renunçar se for mester e para jurar em inha alma juramento de qualquer maneira que o direito mandar e a outra parte leixar se for mester e partir demarcar sotarrar almoedar esCambar e particoeñs de todas maneiras pedir e dar receber por mim e em meu nome de todalas couzas que mester for por razom de todolos beñs e herancas que forom dos ditto meu Padre e inha madre ou doutra pessoa qualquer e para entrega ou entregas de dinheiros pedir e receber e dar de todalas Couzas que o direito mandar e para entregar o testamento de inha madre se for mester e para todalas Outras Cousas e cada huma dellas fazer que verdadeiro e lidimo procurador fazer pode e deve fazer e que eu faria e poderia fazer se per inha pessoa prezente fosse e dou todo meu poder Comprido ao ditto meu procurador para sobstabelecer ou estabelecer Outro outros procurador ou procuradores em seu logo E em meu nome quantos quizer e por vezes forem mester e para os arevogar cada que quizer, e vir que he mester e dou lhe ao ditto meu procurador Comprido poder para dar

por quite ou por quites qualquer pessoa Ou pessoas de que os meos dinheiros e todalas particoens de todolos dittos beñs e herancas Ou parte dellas em meu nome receber e para mandar ende fazer Carta ou Cartas de particoens ou de quitacoens Ou doutras quaisquer firmidoeñs que forem mester por razom dos dittos beñs e quais elle vir que som mester por qualquer Tabeliom que esta procuracom vir Ao qual eu peço que as faça quais o ditto meu proCurador outorgar e mandar e eu hei e haverei firme e estavel todalas Couzas e cada huma dellas que pelo ditto meu procurador ou pello sobstabelecido ou sobstabellecidos del for feito procurado em todalas dittas Couzas e em cada huma dellas para todo sempre so obligacom de todos meos beñs feita foi em Coimbra des dias de abril era de mil e trezentos e quarenta e eu Joam Pires publico Tabelliom da Cidade de Coimbra a rogo do ditto Francisco Pires esta procuracam Com inha mão propria escrevi e meu sinal em ella puge em testemunho das dittas Couzas testemunhas João Pires mourisco Martim Fernandes Tabelioeñs Joam Domingues Joam de Santarem racoeiro da Sé de coimbra e Outras testemunhas

e eu sobredito procurador em nome do ditto Francisco Pires por poder da ditta procuracom E eu Donna Margarida mulher que foi de Joam Soares de Panhou E eu Joam Rodrigues Çaquiteiro maior de nosso Senhor El Rey E eu Maria Pires sa mulher E eu Affonso Martins ditto Cabreiro E eu sa mulher Donna Estevainha E eu Sancha Pires mulher que fui de Joam Martiñs ditto mirau todos emsembra fazemos particoeñs dos beñs que ficaram de Maria Fonso mulher que foi de Pero Soares vinagre ja passado Madre de nos sobredittas mulheres Convem a saber

primeiramente ficou o ditto Francisco Pires Com setecentas e sinCoenta libras de portuguezes em di-

nheiro contados e Com a Azenha e o moinho do vento e com o Figueiredo que foi de Martim Payam e com a Seara que se trage com a Azenha e com as outras aSessegas das azenhas assim as de sima Como as do fundo e Com os paredeiros que som em sima a par do Paço e com toda a vinha que he sobre andaluços e isto foi posto os dittos herdamentos por mil e trezentas e cincoenta libras e assim ha em si por todo duas mil e cem libras e deve tornar Cem libras e assim fica Com duas mil libras e com huma Caza que he su a Costa.

Item fica Donna Margarida com mil e SeteCentas libras de portuguezes que havia em cazamento e com todalas Cazas de morada em que morava sa madre que som na Figueirinha do Alcamim e asim a duas mil libras e huma Caza su a Costa.

Item fica Com Joam Rodrigues e sa mulher Maria Pires dous Cazais que som no Carrascal sobre lo Furadouro por mil e Cem libras Com as marinhas que forom de Maria Fonço que som no Tojal por quatrocentas libras e Com quinhentas libras em dinheiro e assim a duas mil libras e fica Com huma Caza so a Costa.

Item ficou Sancha Pires Com todo o Cazal do Furadouro Com o Paço grande Com sa quinta e Com as vinhas que ella ouve em Cazamento que som na charneca e com setecentas libras em dinheiro e assim a duas mil libras e a Cem libras em dinheiro e Com huma Adega Com sa louca e com huã Caza que lhe fica so a Costa e ha de tornar Cem libras e assim fica para ella Com as vinhas duas mil libras e a Caza da Costa.

Item Affonso Martiñs Cabreiro e sa mulher Donna Estevainha ficaram Com as Cazas que som a par da Adega que foi da ditta Maria Fonço e com a vinha e Olival e quinham da Torre de Lobo copo que esta na ditta vinha e com huma Caza que he so a costa

e Com quatro Couvas que som no cham do Alcamim e o al ouve em dinheiro e assim ficam Com duas mil libras;

estas particoens de suzo dittas louvaram e outorgaram perdante mim Tabeliom o ditto procurador Fernam Martiñs pelo ditto Francisco Pires Conigo sobreditto e o ditto João Rodrigues Çaquitoeiro maior del Rey e Sa mulher Maria Pires e Affonso Martiñs ditto Cabreiro e sa mulher Donna Estevainha e Donna Margarida mulher que foi de Joam Soares de Panhã e Sancha Pires mulher que foi de Joam Martiñs mirau e mandarom e outorgarom perdante mim Tabeliom os sobredittos que des aqui adiante Cada hum dos sobredittos hajam e fiquem Cada hum Com sa particam expressamente Como ditto he Com entradas e com sahidas e Com todos seos direitos e pertenças para todo sempre e facam Cada hum do seu assim Como de sa propria possissam e prometteram a boa fee que por sim nem por outrem que no que viessem encontra nem contra as dittas particoeñs como de suzo som divizados e cada hum se teve por bem pagado e por bem entregado quis ende Como ficava Com sa particom. Das quais Couzas sobredittas Fernam Martiñs pedio a mim Tabeliom polo ditto FrancisCo Pires Cujo procurador he este publico instromento. e eu Pero Paes publico Tabelliom da Cidade de lisboa rogado dos sobredittos e especialmente do ditto Fernam Martiñs procurador sobreditto a esto prezente fui e este estromento Com inha mão propria escrevi E este meu sinal hi puge que tal he.

E particom de Sancha Pires ficou em esta maneira Deram lhe o Cazal do Furadouro e o Paço grande e com sa Quinta por mil maravedis e as vinhas da charneCa por quatrocentas libras e a Adega que foi de Maria Fonso por quatrocentas libras e sete libras que havia ja ende e assim som duas mil Cento e Sincoenta

libras e assim ha de tornar Cento e Sincoenta libras em dinheiro

Feito o instromento em Lisboa Cinco dias de Junho Era de mil e trezentos e quarenta e Cinco annos testemunhas Martim Pires Çaquiteiro mor del Rey Lourenço Eanes João Fernandes Vasco Martiñs Andre Pires Vicente Annes Comellinhos douro Pero Peres Ioam da Grada e Miguel Martiñs filho de Martim Martiñs matta Baleas e outros muitos—»

Pelos documentos revelados em 1934 já sabemos que do quinhão pertencente ao Cónego Francisco Pires Vinagre veio o Cabido da Sé de Coimbra a ser herdeiro; por isso terá sido que no seu *livro das Calendas* se lavrou em memória do Cónego o registo seguinte, trocando-lhe, aliás, o patronímico Pires por Domingues, efeito, certamente, duma abreviatura mal interpretada, o que era vulgaríssimo:

«**Calendis Aprilis**—Notandum est, quod à Dominica, quae cantatur quasi modo in antea debet dici per Capitulum missa de Cruce pro anima Francisci Dominici dicti Vinagre in qualibet feria festa continuae et debent dari in qualibet feria Sexta 30. Solidi per reditus haereditatum ipsius Francisci, qui Sunt Collimbriae (*à margem:* In alio libro dicitur Vlyssipone) quos reditus, et haereditates tenet Clara Petri in vita Sua, filia ipsius Francisci, et vxor nunc Bernardi Petri Civis Collimbriensis».

(Pág. 148 da cópia do séc. XVIII pertencente à Biblioteca da Universidade de Coimbra).

Pelo que respeita ao *Andaluz*, talvez não seja descabido associar a estes Pires—que em 1302, e

mesmo antes, já possuíam propriedades importantes no local—o que na *Historia Tripartita*, de Frei Agostinho de Santa Maria se lê, acêrca da 12.ª Comendadeira de Santos, Inês Pires, amante de D. João I, mãi de D. Afonso, conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, e de D. Brites que veio a casar com o conde Tomás, de Arundel; depois de ponderar, benignamente, que afinal aquela boa Inês Pires... «naõ teve outra falta; porque depois procedeo com muyto grande honestidade, & muyta virtude, & assim se fez merecedora de ser Comendadeyra deste Real Convento, em que se mostrou observantissima» — (era sempre assim, ao que parece... *Dá-se a Deus o que o diabo já não quer*... E ontem como hoje) — refere certa ocasião em que se encontrava «esta senhora na quinta de Andaluz, junto a Lisboa, que era do mesmo Conde D. Affonso seu filho» (Pág. 418 e seg.)

Da relação que possa ter havido entre todos estes Pires e a propriedade do Andaluz referida nos documentos do Cabido de Coimbra deixo a averiguação aos genealogistas de profissão, sempre mais bem informados do que eu.

Termino já, trazendo apenas à colação a *História de S. Domingos*, onde se noticia a quinta que D. Álvaro de Castro possuia ao *Chafariz de Andaluz* e que, por falecimento do último de seus herdeiros, caíra na posse do convento de S. Domingos de Bemfica, aí se estabelecendo, por alvará de 20 de Setembro de 1698, um convento de Missionários, 119 anos depois do falecimento daquele heroico soldado português do Ultramar, filho mais velho do grande D. João de Castro, governador da India. Pode a quinta de D. Álvaro de Castro nada ter — e naturalmente não tinha — de comum com a propriedade do Cónego Francisco Pires, do século XIV; não é por qualquer hipotética relação entre elas que se invoca a passagem da *História de S. Do-*

mingos; é por uma razão doutra ordem: pela ingénua etimologia que o bom cronista arranjou para o *chafariz do Andaluz;* diz êle assim: «Descançava D. Álvaro de Castro na Patria, depois de a ter servido nas alheas, em huma Quinta sua, que ao sahir de Lisboa, junto ao Mosteiro de Santa Marta, fica na estrada, que corre da Cidade para o lugar de Nossa Senhora da Luz, que dá nome ao chafariz, que em hum largo, em que se remata a Quinta (de quem tambem he a agua) lhe fica servindo de espelho a huma janella, e fazendo o sitio delicioso á sede, e cançaço dos passageiros, como ao commodo, e divertimento dos visinhos. Assim se ficou chamando o sitio *Chafariz de Andaluz,* nome, que o faz celebre entre os mais circunvisinhos á Cidade» (Vol. 4.° da ed. de 1767, pág. 183).

Chega a gente a ter pena de que, na verdade, tão linda etimologia não tenha, como se costuma dizer... ponta por onde se lhe pegue.

*
* *

Do *Furadouro,* perdido topónimo alfacinha absorvido pela expansão citadina, registe-se a explicação apresentada pelo Dr. Rui de Azevedo ao tratar do povoamento de Lisboa nos princípios do século XIII *(História da Expansão Portuguesa no Mundo,* vol. I, pág. 54*)*:

«A freguesia de S. João, convizinha da Sé e instituida antes de 1178, aparece-nos designada a partir de 1269 por S. João de *Placia* ou *Plaza* e na sua área, junto à muralha, havia um sítio chamado *Furadouro* (1232), aplicado certamente à brecha que em 1147 os cruzados colonenses e flamengos abriram no muro e por onde *furaram* aos magotes para se entregarem à

rapina da cidade, logo a seguir à rendição, como nos relata Osberno».

O *Furadouro* seria então na linha da muralha, a leste da Sé, caminho da Ribeira; aí terá de ser procurado hoje o que porventura recorde ainda êsse remoto e pitoresco topónimo, lembrança dum glorioso feito de armas da Lisboa medieval.

Coimbra, Outubro de 1941.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

UMA DESCONHECIDA MEDALHA MADEIRENSE [1]

ARA comemorar e perpetuar a revolução liberal de 24 de Agôsto de 1820, projectaram-se dois monumentos, cujas primeiras pedras foram, efectivamente, inauguradas nas cidades de Lisboa e Pôrto.

O projecto do primeiro monumento é da autoria do grande artista Domingos António de Sequeira.

Em 15 de Setembro de 1821 foi solenemente inaugurada, na Praça do Rossio, a primeira pedra dêste monumento.

Nos seus alicerces foram lançados exemplares das moedas correntes e uma lâmina de prata, com uma inscrição, que, depois, em 1823, com o advento do regime absoluto, em seguida à *Vilafrancada*, foram dali retira-

---

(1) Comunicação lida em sessão da Comissão de Numismática na Associação dos Arqueólogos Portugueses em 22 de Abril de 1941.

das e enviadas para a Casa da Moeda a-fim-de serem derretidas.

Foi o pintor e escultor portuense Joaquim Rafael o autor do projecto do segundo monumento.

A sua primeira pedra foi lançada no dia 24 de Agosto de 1822 na Praça Nova, que se ficou denominando da Constituïção, com a maior pompa e entusiasmo, segundo um minucioso programa, antecipadamente publicado.

Nos alicerces foram deitadas, segundo a praxe estabelecida para estes casos, além das moedas em uso corrente, duas medalhas, uma de grande formato e outra de menor, ambas já descritas pelos ilustres numismatas Teixeira de Aragão e Artur Lamas. Com êste monumento sucedeu o mesmo que deixamos referido relativamente ao primeiro.

Pela restauração do regime absoluto em 1823, após o acontecimento referido foi, por aviso de 23 de Junho, determinado que se destruísse tudo o que, anteriormente, se fizera.

As medalhas e moedas deram entrada na Casa da Moeda, a-fim-de, também, ali serem fundidas. Da medalha maior existe um exemplar na colecção numismática de El-Rei D. Luiz; da menor não se conhece exemplar algum.

A primeira, segundo conjectura Artur Lamas, comparando-a com outra, comemorativa da revolução de 1820, descrita pelo sr. Afonso de Dornelas na sua *História e Genealogia*, é do artista Manuel Correia Júnior.

Terceiro monumento, constitucional, comemorativo do dia 28 de Janeiro de 1821, em que, no Funchal, se proclamou e jurou a Constituïção que as Côrtes de Lisboa fizessem, teve a sua primeira pedra inaugurada em igual dia do ano de 1822. Foi o pedreiro João de Freitas Ferraz quem ofereceu esta pedra, pelo que recebeu louvores da Câmara.

Nos respectivos alicerces se lançaram algumas raras moedas madeirenses e uma medalha.

As cerimónias e festas, que se realizaram nesta inauguração, constam do raro jornal madeirense *O Patriota Funchalense*, de 2 de Fevereiro.

A minuciosa descrição da medalha vem neste jornal, donde a transcrevemos: «A medalha, que se fechou na caixa de prata, com o Auto da Camara, encerrada dentro na pedra fundamental, foi feita, e offerecida por o nosso Patricio, e habil Artista Severiano Alberto de Freitas Ferraz (1).

«O que nela se acha gravado em um lado é o seguinte: entre dois ramos de Oliveira, os respeitaveis nomes dos 13 Heróis Benemeritos da Patria (2); e por baixo diz: *Foi lançada a pedra Fundamental deste Monumento pelo Governador D. Rodrigo Antonio de Mello em 28 de Janeiro de 1822.* Do outro lado tem a seguinte inscripção: *A Camara do Funchal, annuindo aos votos dos Cidadãos desta Provincia, conveio em que se erigisse esta Memoria allusiva á Regeneração Politica da Monarchia Portugueza, Proclamada nesta Cidade no dia 28 de Janeiro de 1821.* Em roda desta inscripção estão gravados os Memoraveis dias 24 de Agosto, 15 de Setembro e 1 de Outubro de 1820; e

---

(1) Parente, certamente, do referido pedreiro.

(2) No *Diário do Govêrno*, n.º 196, de 20 de Agôsto de 1821, a pág. 255, vêm os nomes dêstes treze heróis beneméritos da Pátria, constantes de uma relação apresentada, em 18 de Agôsto, na sessão das Côrtes Constituintes, pelo deputado Manuel Borges Carneiro. São êles: Manuel Fernandes Tomaz, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, João Ferreira Viana, Duarte Lessa, José Maria Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos e Silva, José Pereira de Menezes, Francisco Gomes da Silva, João da Cunha Sotto-Mayor, José de Melo e Castro de Abreu, José Maria Xavier de Araújo e Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda.

28 de Janeiro, 26 de Fevereiro e 4 de Julho de 1821. Na serrilha da moeda está gravado o seguinte: *Viva a Constituição, Viva a Religião, e Viva a Dynastia da Casa de Bragança*».

A esta pedra fundamental deve ter sucedido o mesmo que às dos outros dois monumentos constitucionais a que nos referimos. Porém ignoramos o que, realmente, se passou.

Quanto à medalha, agora mencionada, pela primeira vez, preguntamos: ¿que seria feito dela?

Apelamos para o nosso ilustre confrade e amigo Dr. Carlos da Silva Carvalho, madeirense e notável numismata.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

UM CASAMENTO EM VILA-NOVA-DE-S. PEDRO [1]

ILA-NOVA-DE-S. PEDRO é um povoado do concelho de Azambuja, última terra a N. E. do distrito de Lisboa, já em plena província do Ribatejo. Um pouco isolado do mundo, conserva usos e costumes bastante curiosos, sendo dignos de especial menção os que se referem ao casamento.

É o rapaz quem se dirige directamente ao pai da sua conversada a fazer o pedido de casamento. Não se usam, portanto, intermediários. Combina-se a data da cerimónia e só depois disto é que entram em jôgo os pais do noivo para tratar de papéis, registo, escrituras, etc.

O cerimonial, algo complicado, dura um, dois, ou três dias, conforme as posses dos nubentes.

---

(1) Excerto do trabalho: *Etnografia Ribatejana—Vila Nova de S. Pedro (Usos, costumes, crenças, medicina, cancioneiro, etc.)*

Neste último caso, isto é, festas de três dias, na véspera do primeiro, andam as mulheres e cozinheiras numa roda viva, fazendo coscorões, arroz doce e pão de ló, arrumando a casa dos noivos, bem como aquelas em que haverá festança. A cama de noivado é, em geral, feita pela madrinha de casamento.

Em Vila-Nova há o costume curioso de cada um que casa ir para habitação própria, sua ou de aluguer.

Aplica-se à risca o ditado: «quem casa quere casa» e, desta maneira, se vive na melhor harmonia.

No primeiro dia, de manhã, as mulheres vão armar a mesa na habitação para onde os noivos vão morar. A cada canto coloca-se um pão de trigo, da fornada que para o novo casal se cozeu dias antes. Aqui e além, pratos de arroz doce, coscorões, pão de ló, vinho, etc. Toalha e guardanapos muito engomados, umas flores de papel. Tudo o que é necessário para o chamado «copo de água», que terá lugar após o casamento.

Vale a pena demorar um pouco no exame da casa. Tôda caiada de fresco, oleogravuras muito novas e muito berrantes pelas paredes, belas mocetonas ou cenas campestres, às vezes uns santos, um Coração de Jesus ou Nossa Senhora de Fátima. Uma cómoda espirrando verniz com um pequeno espelho em cima, uns «bibelots», flores de papel, panos arrendados aqui e além. Umas cadeiras e a clássica arca de avantajadas dimensões com o bragal, cereais e legumes necessários à vida do novo casal. Tudo isto, além da mesa com comezainas acima referida, fica no compartimento de entrada, pequena sala em geral de telha vã e chão de terra encarniçada.

Na divisão imediata está o quarto dos noivos: cama de ferro ou de madeira, linda colcha, almofadões arrendados, um tapete sôbre o chão térreo ou soalho novo. Um Coração de Jesus ou Nossa Senhora de Fá-

tima, à cabeceira, abençôa o novo casal, que por falta de padre nas redondezas e falho de recursos, não pode iniciar a sua vida com um doce «em nome de Deus vos considero unidos pelo Santo Sacramento do Matrimónio», mas apenas pode ouvir um sêco e insípido «em nome da República estão casados», do funcionário do registo civil.

A seguir está a cozinha: panelas e tachos de esmalte ou de barro, novíssimos, fogareiro por estrear, lenha num montinho ordenado, quarta com água fresca, mesa com toalha alvíssima, pratos e talheres dispostos em louceiro novo, petróleo na candeia que ainda não serviu, fósforos, sal, enfim, tudo o que é preciso. Só falta a nova fada entrar, acender o lume, iniciar a vida no novo lar.

Voltemos às cerimónias do primeiro dia de casamento.

Enquanto se prepara a mesa para o copo de água, em casa de cada um dos nubentes junta-se o seu acompanhamento próprio: a noiva com as raparigas suas amigas e convidados da família, o noivo com rapazes da sua privação e parentalha. Estes acompanhamentos, que por enquanto vestem os fatos do trabalho, tomaram já o seu café e conversam um pouco até ao almôço, que as mulheres preparam em grande azáfama na cozinha e em geral é servido a todos em casa da noiva. Findo êste, cada um vai a sua casa envergar farpela domingueira e de novo voltam para casa de um e outro nubente.

A noiva também ficou a vestir-se, sendo ajudada neste trabalho pela madrinha e pelas suas amigas (1).

---

(1) Nos casamentos de Vila-Nova os noivos têm dois padrinhos, que pagam as despesas do registo civil e dão uma quantia em dinheiro para ajuda do novo casal, e uma madrinha que, se é rica, costuma oferecer o vestido nupcial.

O noivo, com os seus padrinhos e respectivo acompanhamento dirige-se para casa da noiva e o padrinho mais velho, ao chegar à porta da casa, pede licença para entrar. Conta-se que certo padrinho com veia poética, disse:

> Venho chegando a esta porta
> com a minha presunção;
> pedir essa rosa que aí tem
> p'ra juntar a êste cravo em botão.

Entrando, o padrinho dirige-se ao quarto da noiva e, batendo ritualmente à porta, pregunta se ela está pronta. Dizem em geral que sim, e saem de dentro, primeiro a madrinha, depois a noiva.

Forma-se então o acompanhamento, a três de frente, a caminho do registo civil. Na primeira fila, a noiva com a madrinha e o pai, na segunda o noivo entre os dois padrinhos, depois os restantes da comitiva.

A cerimónia do registo tem lugar pelas três horas da tarde, sendo oficiante a professora oficial do sexo feminino. Chegados que são todos à casa do registo civil apenas se sentam os noivos e padrinhos, pela seguinte ordem: madrinha, noiva, noivo, padrinhos. Assinados os papéis e pronunciado o «em nome da República estão casados», saem todos para a rua, onde está parte da comitiva e muita gente, que vem dar os parabens aos noivos e deitar rebuçados, amêndoas ou confeitos, que o rapazio apanha do chão no meio de sôcos e encontrões.

Ao mesmo tempo, dois ou três rapazes da comitiva da noiva e outros tantos da do noivo, vão a cor-

rer a casa dêstes buscar as fogaças, fazendo o trajecto de ida e de volta em contínua correria (1).

As fogaças são constituídas por um galho de árvore, de uns 25 a 30 centímetros, que numa extremidade tem quatro ou cinco pequenas hastes. Cobre-se o todo com torcidas de massa de trigo adocicado que por cima se barrou com gema de ôvo, dando-lhe um aspecto amarelado. Uma sapata circular, também de massa, serve de base. Leva-se o todo a cozer ao forno e as hastes são depois ornamentadas com laços de papel de côres berrantes.

Os noivos e comitiva dirigem-se para casa, seguindo em trajecto diferente do da ida, e a cada passo interrompem a marcha para receber uma saraivada de amêndoas e rebuçados. Há mesmo quem saia a felicitá-los deitando ritualmente de dentro de um papelinho meia dúzia de confeitos e desejando-lhes as maiores felicidades. Os padrinhos retribuem estas gentilezas com bolos, de que trazem uma saca razoàvelmente apetrechada.

A certa altura do trajecto, aparecem os rapazes com as fogaças, espetadas no gargalo de uma garrafa de litro, cheia de vinho da região. Do vinho das garrafas bebem os noivos, padrinhos e pessoas presentes. Cada uma, apenas, leva a garrafa à bôca, pois sendo as pessoas muitas e o vinho pouco (quatro ou seis garrafas) apenas chega para uma bebida simbólica.

As fogaças ficam sendo pertença dos rapazes que as foram buscar e que dispõem delas a seu bel-prazer, comendo-as em geral com os amigos.

O cortejo continua a sua marcha para casa dos

---

(1) No Alentejo há costume idêntico, mas a cavalo. (J. A. Pombinho Júnior, *Retalhos de um vocabulário*—«Revista Lusitana», vol. XXXVII. Lisboa, 1939).

noivos. À porta, novos amigos deitam amêndoas e confeitos. Entram todos os da comitiva em casa e, à roda da mesa, comem o que nela está disposto: pão de ló, coscorões, arroz doce, etc., tudo regado com excelente vinho. A esta cerimónia, ou copo de água, chama-se o *tomar a casa*, pois é a primeira vez que os noivos ali entram juntos.

No fim desta refeição, a noiva, com a sua madrinha e acompanhamento todo, vai a casa da sogra, leva-lhe pão de ló, pede-lhe a benção e chama-lhe pela primeira vez *mãi*. Os sogros não assistiram ao *tomar a casa*. Seguidamente todos se dirigem a casa da mãi da noiva, onde o noivo lhe vai levar a que é já sua mulher.

Fica a noiva com todo o seu acompanhamento em casa de seus pais e o noivo segue com os seus convidados para a morada dos seus progenitores, jantando os jóvem-casados e suas comitivas separadamente.

Pouco depois do jantar vão o noivo e seus convivas buscar a noiva e sua companhia para o baile.

Na sala onde êste se realiza há um estrado com cinco cadeiras: para a noiva, noivo, madrinha e dois padrinhos. As pessoas que vão ao baile deitam confeitos e amêndoas, e os rapazes dão ao noivo e padrinhos onças de tabaco, maços de cigarros, mesmo charutos. Outros, ao aproximar-se do estrado, cantam uma cantiga aos noivos, recebendo em agradecimento um bolo. A título de curiosidade, transcrevem-se algumas dessas quadras:

> Senhor noivo, dê-me um bolo
> Nem que seja de rolão;
> A noiva que está a seu lado
> Meta-a no seu coração.

Senhor noivo, dê-me um bôlo
Nem que seja de farelos;
Hei-de ir ao seu casamento
Nem que seja de chinelos.

Senhor noivo, dê-me um bôlo
Nem que seja de rolão;
Quero ir ao seu casamento
Cos meus tairocos na mão.

Senhor noivo, dê-me um bôlo
Nem que seja bolorento;
Eu cá sou como os rapazes,
Com pouca coisa me contento.

Senhor noivo, dê-me um bôlo
Pelo buraco da porta;
Essa noiva que aí tem
Parece uma cabra morta.

A noiva está muito linda
Co seu fato à côr do rosto;
Para ela já não há
Um dia com tanto gôsto.

O noivo está de cadeira,
A noiva de cadeirinha;
Dou os parabens aos noivos,
Viva a senhora madrinha.

A noiva está muito linda
Co seu fato côr de grão,
Co seu raminho ao peito,
Do lado do coração.

A noiva está muito linda
Co seu ramo de laranjeira;
Foi hoje dar a despedida
À mocidade solteira.

Dou os parabens á noiva
Que é uma *félor* honesta;
Viva a senhora madrinha,
Que é a autora da festa.

Dou os parabens aos noivos
E aos pais que os criou (*sic*);
Também os dou à madrinha,
Que ao civil os acompanhou (1).

Dou os parabens aos noivos,
Pai e mãi que os criou;
Aos padrinhos e à madrinha
Que ao civil os acompanhou.

O senhor noivo é um príncipe
E a noiva uma princesa;
Os padrinhos são os duques
E a madrinha a duquesa.

A noiva é minha prima,
O noivo não me é nada;
Eu peço ao senhor noivo
Que a estime bem estimada.

---

(1) **Outrora, quando havia só casamento religioso, dizia-se: «Que à igreja os acompanhou».**

Ó prima, casastes hoje,
Já o laço te apanhou;
Deus queira que sempre digas:
Se bem estava, bem estou.

Ó prima, casastes hoje,
Côr de grão é o teu vestido;
Fostes hoje a receber
O teu futuro marido.

Ó prima, casastes hoje,
Foi hoje o teu lindo dia;
Deus queira que d'hoje a um ano
Tenhas a mesma alegria.

Ó prima, casastes hoje,
Foi hoje o teu lindo dia;
O princípio dos teus trabalhos,
O cabo da tua alegria.

A noiva está muito triste
Co seu lencinho na mão;
Mais triste está o noivo
Que lhe há-de ganhar o pão.

O baile dura tôda a noite.

Acabado êste, manhã clara, em pleno segundo dia de boda, vão os noivos com suas comitivas para casa da madrinha tomar café e comer coscorões. É o chamado *café da madrinha*.

Seguem todos depois para casa do noivo, onde a mãi dêste igualmente oferece café e coscorões e, findo êle, fica em casa o noivo com o seu acompanhamento, preparando-se para em breve almoçarem em conjunto.

A noiva e sua comitiva segue para casa dos pais, onde almoça com os seus convidados.

Findo o copioso e bem regado almôço, vão o noivo e os seus buscar a noiva e convivas, e todos juntos seguem para outro baile que dura até ao anoitecer. Sendo horas de jantar, sai o noivo sòzinho com a noiva e dirigem-se os dois a casa dos pais dela, a tomar aquela refeição. É a primeira vez que dispensam o acompanhamento.

Depois dêste jantar há um terceiro baile oferecido pela mãi da noiva em sua casa e que dura até à meia-noite, no qual os nubentes pouco aparecem.

A esta hora da noite, de novo se reúnem os dois acompanhamentos e, com os noivos à frente, seguem para o novo domicílio dêstes. É o que se chama *entregar os noivos*. É o marido que leva a chave e abre a porta. Há grande despedida com muitos beijos e abraços, desejando ao novo casal as maiores felicidades.

Nessa noite os noivos deitam-se mas não apagam a candeia, pois é crença que morre primeiro o que a apagar.

Em certos casamentos contrata-se um tocador para acompanhar os bailes e andanças de comitivas ao som do harmónium. Se não há tocador, cantam nos bailes as raparigas.

No terceiro dia a noiva levanta-se antes do nascer do sol e vai abrir o postigo da porta do quintal para que por êle lhe entre a fortuna.

Não tarda que os padrinhos lhes venham bater à porta com um mata-bicho de água-ardente e vinho branco. A seguir vem a madrinha com o café e os coscorões para que a noiva não tenha de preparar esta refeição.

No fim de oito dias vão os noivos visitar seus padrinhos e levam-lhes um presente de peixe ou carne e durante um mês os amigos vão vê-los e levar-lhes gali-

nhas, massa, arroz, açúcar, bacalhau, etc. A noiva dá aos visitantes arroz-doce, vinho, pão, coscorões e um bôlo. Também no fim de oito dias as mulheres dos padrinhos vão visitá-los levando-lhes idênticos presentes.

Os recém-casados estão noivos até ao primeiro casamento que se realize na localidade, que pode ser uma hora depois, ou meses.

Lisboa, Junho de 1941.

AFONSO DO PAÇO

O REI NUMISMATA

Por ocasião do centenário do nascimento de El-Rei D. Luís (31 de Outubro de 1838), noticiaram os jornais haver-se constituído uma comissão para organizar uma sessão de homenagem à sua memória, sessão em que a personalidade do monarca seria focada nos seus múltiplos aspectos— político, militar, científico, artístico, etc.

Para essa comissão tive a honra de ser convidado a ocupar-me do Rei como numismata—e assim o fiz. Todavia, por motivos estranhos à minha vontade, não teve seguimento essa louvável iniciativa. Com a publicação destas linhas, aproveito, contudo, o ensejo para recordar essa data —ainda que tardiamente—ao render a minha homenagem ao ilustre monarca, que tão acertadamente soube reconhecer a impor-

tância da Numismática, como valioso subsídio histórico, impulsionando-a notàvelmente:

Ao ter a honra de dizer duas palavras da acção de S. M. El-Rei o Senhor D. Luís I no campo da Numismática, confesso que esta honrosa incumbência me dá viva satisfação, por ter o ensejo de pùblicamente testemunhar o meu elevado respeito e admiração por um Soberano que aliava aos dotes do hábil político, um espírito de grande interêsse intelectual e uma sensibilidade requintadamente artista—sem esquecimento duma bondade perfeita.

Breves serão as minhas palavras, porque para dizer muito não é necessário ser longo. Todavia, antes mesmo de falar do Rei, importa, neste caso, mostrar prèviamente—por ser de alguém menos conhecido—o valor da Numismática como Ciência Histórica, para melhor depois se avaliar da importância cultural da protecção que El-Rei D. Luís lhe dispensou.

E essa noção menos exacta, que o vulgo tem da Ciência das moedas, provém desventuradamente dos seus próprios cultores.

Com efeito, todo o especialista que não tenha uma sólida e vasta cultura intelectual, forçosamente caïrá no êrro de julgar o mundo acanhadamente através da sua especialidade, o que lhe dá uma deformada noção das coisas, além de tomar a parte pelo todo, não sabendo integrar as fontes do seu trabalho no conjunto harmónico da vida em geral.

É o que infelizmente tem sucedido, na maioria dos

casos, aos que se ocupam das moedas antigas; preocupam-se com pormenores de nenhum significado histórico, para se esquecerem da idéia que deve nortear a investigação numismática: qual seja a de colhêr no exame dos velhos numismas tôda a revelação da vida passada, que abundantemente nêles se revela a quem os saiba compreender. E não faltam exemplos eloqüentes do seu valor. Sem êles não se conheceriam inúmeros factos da História Antiga.

Alguns poucos exemplos bastam para o recordar.

¿Não constituem porventura as moedas a mais célebre galeria de retratos que existe, dos Imperadores Romanos? ¿Não foi pelos achados de moedas que se conseguiu determinar a rota dos bárbaros na Gália, pelos tesouros monetários que os povos iam escondendo à medida da aproximação dos invasores? ¿Não é também por elas que melhor se avalia da prosperidade económica dos estados que as emitiram? ¿Não foi por uma moeda que se identificou a célebre escultura da Vitória de Samotrácia ou a Vénus de Cnido do Vaticano?

¿Não foi igualmente pelo estudo das moedas que nós próprio conseguimos demonstrar que errados eram os juízos dos historiadores, ao julgarem a política económica do Rei D. Afonso V?—¿ou pelo exame doutra moeda determinar o nome exacto duma antiga povoação, de há dois mil anos, do território onde hoje é Portugal?—¿ou, ainda pela descoberta dos ***morabitinos*** de D. Sancho II, sermos levado a poder determinar uma classificação geral dos morabitinos portugueses?...

Esta breve enumeração dará idéia—ainda que pálida—da importância da Numismática como Ciência auxiliar da História.

E foi precisamente por reconhecê-lo, que El-Rei D. Luís se dedicou ao estudo das moedas antigas, avivando e enriquecendo o antigo monetário do Paço da

Ajuda—a ponto de fazer dêle a primeira colecção do País.

Isto bastaria para nos tornar credores de reconhecimento; mas a sua benéfica acção foi bem mais longe, por haver chamado alguém para se ocupar do seu pre-

El-Rei D. Luís I

cioso medalheiro: e essa escolha recaíu no conceituado médico militar e ilustre numismólogo Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, a quem êle deu todos os meios de se poder dedicar de corpo e alma ao estudo e organização do numofilácio régio. Por isso que tudo quanto fêz Teixeira de Aragão, se deve primeiramente

ao *Rei Numismata*—e as obras daquele são ainda hoje o melhor e mais seguro guia da nossa História Monetária, não obstante haver decorrido já mais de meio século!... Vivemos pois, ainda hoje, neste campo, à sombra da protecção que El-Rei D. Luís consagrou ao estudo dos velhos numismas!... e assim continuaremos a viver, enquanto novamente à Numismática não fôr dispensada a atenção que tão justamente mereceu àquele esclarecido Monarca.

Já por ocasião da Exposição Universal de Paris de 1867, fôra conferida a El-Rei de Portugal a «Grande Medalha de Oiro», pela sua brilhantíssima acção nesse certame em prol da Numismática. Ali foram expostas as peças mais representativas da colecção real, o que despertou um dos maiores interêsses da representação portuguesa; acêrca da qual nos diz o *Rapport du Jury International:* «De toutes les nations qui ont pris part à l'Exposition Internationale de l'Histoire du Travail, il en est peu dont le succès ait dépassé celui qu'a obtenu la section portugaise; ce succès, dû a la magnificence de quelques-unes des oeuvres exposées et à leur classement, peut être aussi, à juste titre, attribué pour une bonne part aux efforts poursuivis par la commission royale, *encouragée et soutenue par l'initiative personnelle d'un souverain ami des arts, grand collectionneur lui-même, et qui n'a pas hesité, pour les envoyer aux galleries du Champ-de-Mars...*»

Esta representação de Portugal deu o conhecimento, nos círculos científicos da época, de que o Conservador do Gabinete Real em breve empreenderia a publicação da *Descripção Geral e Historica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, o que, por felicidade, a tempo obstou a que um estrangeiro o fizesse, como já estava determinado, e o disse Barthelemy: «.. la Numismatique portugaise est encore à étudier; notre confrére Langlois a entrepris ce

travail...» E assim, mais uma vez se evitou que lá de fora viessem estudar o que é nosso, ¡como se entre nós não existisse quem o soubesse fazer!

Antes mesmo do aparecimento daquela Obra, publicara Teixeira de Aragão a *Descripção historica das Moedas Romanas existentes no Gabinete Numismatico de S. M. El-Rei o senhor D. Luiz I*, trabalho que ainda hoje é a melhor guia que temos em português para o estudo da numária romana.

Não deixaremos porisso de salientar neste passo que estes trabalhos, feitos sob a protecção régia, além de constituirem por si próprios obras de alto valor científico, que desde então têm prestado inestimáveis serviços, foram, como é natural, um incentivo de desenvolvimento pelo gôsto e estudo dos velhos numismas, do que resultou um notável movimento em prol da Numismática, a Ciência que mais continuamente ministra subsídios novos à História.

¿Que melhor título de glória, pois, pode ter um Soberano, ou um Estadista, do que, pelas suas obras, o seu nome lhe sobreviver por longos anos, e sempre pronunciado com respeito e admiração?

É êsse o caso de El-Rei D. Luís; pois é ainda devido ao interêsse que a Numismática lhe mereceu, que hoje temos não só a mais preciosa colecção de moedas portuguesas que existe, mas também um compêndio da classificação do dinheiro, que movimentou a vida de Portugal, desde os velhos tempos de D. Afonso Henriques!

E essa admirável e riquíssima colecção—base dos trabalhos apontados, e que fôra pertença pessoal de El-Rei—encontra-se actualmente incorporada no património histórico da Nação, pela magnânima e generosa doação que dela fizera ao Estado, seu Neto, o saüdoso Rei D. Manuel II.

Êste gesto do último Rei de Portugal — que por des-

ventura só depois de morto nos foi dado conhecer e admirar—completou règiamente o que seu ilustre Avô fizera pela Ciência das Moedas; e que foi tanto... que se outros títulos não tivesse que o recomendassem à veneração da posteridade, o de *Protector da Numismática Portuguesa* lhe bastaria, para glória do espírito e reconhecimento dos Portugueses!

PEDRO BATALHA REIS

RONDA DOS MORTOS

¡Ano fatídico, o de 1941!

Não bastava a luta sanguinária em que andam envolvidas as mais poderosas nações do mundo, luta que ameaça subverter a civilização. Desaparecem também para sempre, alguns dos mais cotados valores da inteligência e da actividade humanas.

Para só falar dos nossos:

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, alto expoente da cultura portuguesa, sapientíssimo a todos os títulos nos mais variados distritos da ciência e das letras: filologia, etnografia, folclore, antropologia, história, preïstória, arqueologia, numismática e até poesia e jornalismo.

Trabalhador infatigável, deixa o seu nome ligado a um museu que fundou e tem hoje reputação mundial; deixa-o a empreendimentos de pesquisa e exploração de dezenas de estações preïstóricas, verdadeira obra de ressurreição dum Passado há muito extinto; deixa-o, enfim, a centenas de livros, folhetos e escritos dispersos na imprensa. Ficam, como trabalhos modelares de estudo e consulta, entre outros as ***Religiões da Lusitânia***, ***Antroponímia***, ***Etnografia Portuguesa***, e publicações periódicas de alta cultura, como *O Arqueólogo Português*, a ***Revista Lusitana*** e o ***Boletim de Etnografia***.

Trabalhou até o seu derradeiro instante o sábio eminente, que morreu com 83 anos, deixando na ciência portuguesa um vazio que só muito tarde será preen-

chido. Dêle poderá o futuro assegurar que viveu bem o seu dia.

«Feira da Ladra», cujas páginas honrou algumas vezes com o regalo primoroso dos seus escritos, lembra com profundo pezar o Amigo e o Mestre, e desfolha sôbre o seu túmulo uma mancheia de saudades.

Também se partiu a melhor vida — ¡e para êste infeliz deve, de facto, ter ela sido melhor do que lhe foi a terrena! — o grande escritor CARLOS MALHEIRO DIAS. Fadava-o o talento, que espalhou pròdigamente em livros e na imprensa, para uma vida feliz e alforriada de preocupações morais e materiais. Não quis o destino que assim fôsse, e a má-sorte se comprouve em persegui-lo despiedadamente, lanceando-o até nas mais íntimas afeições.

Com igual engenho, perícia e encanto literário, cultivou Malheiro Dias o romance, a novela, a crónica da política e das letras e até a história. Fizeram e farão a delícia de muitas gerações livros como *O Filho das Hervas* e a *Paixão de Maria do Céu*. Ardoroso paladino do estreitamento de relações entre Portugal e Brasil, na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, da qual foi o cérebro que pensa e o braço que executa, ficou o mais vivo, valioso e perdurável testemunho da sua notabilíssima acção nesse sentido.

Relembramos com saudade o querido Amigo morto que—infelizmente uma só vez—deu a esta revista algumas páginas de sólida erudição.

LUÍS XAVIER DA COSTA, com cuja amizade igualmente se honrou quem estes apressados períodos alinhava, sôbre ser um clínico competentíssimo na especialidade a que se inclinou — a oftalmologia — foi um no-

tável historiador de arte. A sua casa, cheia de recantos adoráveis, era a *maison d'artiste* dos Goncourt, em que os olhos se recreavam na escolha e compostura do mobiliário, no ornamento das paredes, onde avultavam quadros, desenhos e gravuras de mestres, nalgumas valiosas peças de cerâmica e na preciosa livraria que, com singular discernimento, conseguiu ajuntar à custa, muitas vezes, de sacrifícios.

São guia indispensável a artistas, historiadores e a simples estudiosos os seus escritos de arqueologia artística, onde têm especial relêvo os livros em que tratou de dois clássicos insignes: os pintores Sequeira e Vieira Lusitano.

Não quis uma estrêla contrária que o Dr. Xavier da Costa escrevesse para esta revista. Mas nem por isso alguma vez afrouxou a estima e a admiração que sempre professei pela sua inteligência e pelo seu carácter.

MANUEL TEIXEIRA GOMES, antigo presidente da República Portuguesa, foi também um dos mortos dêsse macabro 1941. Mas não é como chefe de Estado, cargo que aliás serviu com dignidade e patriotismo, que é dado mencioná-lo aqui. Êle foi para nós, os que trabalhemos na seara intelectual, um dos mais operosos semeadores.

A bibliografia do Dr. Teixeira Gomes abrange o romance, a crítica, o ensaio e o teatro (*Inventário de Junho*, *Agôsto Azul*, *Cartas sem moral nenhuma*, *Cartas a Columbano*, *Sabina Freire*, etc.). Em todos estes campos literários o insigne homem de letras deixa páginas notabilíssimas, onde um espírito subtil e cintilante refulge, servido por um estilo, senão perfeito, ao menos vivo e diáfano, enérgico por vezes, aprazível sempre.

Partiram ainda para a viagem de que se não volta:

O romancista MANUEL RIBEIRO, que n'*A Catedral*, o seu mais divulgado romance, e outros como *A Colina Sagrada*, *O Deserto*, *A revoada dos anjos*, *A Planície heróica*, *Ressurreição*, etc., deixou provado o seu talento conceptivo e efabulador; e o pintor BEMVINDO CEIA, de suave inspiração e grande doçura de tintas, que com igual mestria e brilho exercitava o óleo e a aguarela.

Que por largo tempo descanse, fatigada de tamanho extermínio, a foice da trágica Ceifeira.

C. M.

HÁ TREZENTOS E OITENTA E DOIS ANOS

NÃO havia jornais que envenenassem as relações entre os povos, com suas campanhas de intrigas e incitamentos perigosos, e as suas notícias tendenciosas espalhadas pelas Agências. Mas já os Povos se não entendiam, como nunca se entenderam, quando os seus interêsses particulares estão em jôgo.

Quanto a nós...

A história da política externa portuguesa é uma longa jornada em que a lucidez dos nossos Reis e a habilidade dos nossos diplomatas foram incessantemente experimentadas.

Colha o leitor os ensinamentos que contém esta carta do nosso embaixador junto da Côrte de Espanha e extraia-lhe a filosofia oportuna.

Tenho tôdas as razões para a supor inédita; é, pois, com todo o prazer que a deixo aqui arquivada.

É dirigida ao secretário de Estado Pedro de Alcáçova. O seu autor, D. Francisco Pereira, fiando-me eu,

de momento, em D. António Caetano de Sousa (*Hist. Geneal. da Casa Real*, tômo XI, pág. 741), foi comendador do Pinheiro, escrivão da puridade, e vèdor da Fazenda do Infante D. Luís. E digo, que fiando-me de momento, porque estes atributos todos os encabeça o douto académico (tômo IX, pág. 643) em D. João Pereira, pai daquele.

Que foi escrivão da Puridade do Infante D. Luís, não há dúvida, porque lhe encontramos o nome na lista dos moradores da Casa do mesmo Infante, relativa ao ano de 1536 e publicada no tômo IV, pág 511, das *Provas da Hist. Genealógica*. Nosso embaixador creio que foi, pelo menos, duas vezes: em 1556 (Santarém, *Quadro Elementar*, II, n.º 443) e em 1559.

Segue a carta:

«Snor

Porq. com don francisco de farão screuo mays larguo A vossa merçe nõ sera esta Para mays que Para dar cuberta a este maçete Del Rej nosso sõr polo qual vossa merçe vera ho Avizo que me Ruy Guomes deu de Inglaterra Por amor de deus que nõ peçamos sempre esmola Por que des que qua estou nunqua houtra cousa fiz se não Pedir Cartas de fauor Para offensas Reçebidas De quem nolas quer fazer se lhe mostrasemos hos dentes huum Dia a frãçeses e a jngreses Por ventura que seriamos melhor liurados hordene vossa merçe laa ysto como seya serviço del Rey nosso sõr Porque eu estou com tamanha corayem que nõ sey o que Diguo mas sey muito bem qne numqua Ao esforço desajuda Afortuna.

Pero melendez vai pola posta com muita deligencia fazer Aarmada para se el Rej enbarcar no fim de Julho eu o poderey mal fazer se me vossa merçe nõ despacha muito bem em cujas mãos desunt omnia Por

yso valhame Pois me vossa merçe tem tomado de baixo de sua Proteição nõ me falte no tempo de tanta minha homra e despacheme o meu criado com muita presa. beijo as mãos A vossa merçe de brusselas A xxi dabril de 1559 servidor de vossa merçe

Dom Francisco Pereira»

(Tôrre do Tombo, *Corpo Chronologico*, 1.ª parte, m. 103, doc. n.º 61).

Sim: Não faz mal, antes faz bem, mostrar os dentes a uns e outros, de vez em quando. O nosso embaixador tinha razão.

Alfredo Pimenta

A PROVÍNCIA ESTREMENHA APRECIADA ETNOGRÁFICAMENTE

recolha e inventariação de tudo o que nas províncias tem feição popular vincadamente lusitana, é trabalho que merece ser tratado com presteza e carinho. Será como que dinamizar o passado esmaecido. Arrancar ao perigo do esquecimento e das infiltrações estranhas, determinadas usanças do vulgo com características próprias: o gôsto, as falas, as velhas crenças, a maneira de ser íntima e a arte simplista das populações rurais. Determinadas garridices do trajar, com particularidades típicas. As canções soltas de bom recorte popular e anónima expontaneidade. A vivacidade, tornada alvoroçada alegria, de certas folganças, descantes graciosos e expressões musicais. Tudo enfim que a vida dum povo, na sua tradicional pureza, encerra de encantamento, de alma e de originalidade.

Sabido é que o folclore é um clarão de nacionalismo, uma expressão saüdável e pujante do génio estético duma raça. Mais do que pelos domínios territoriais,

os povos definem-se e individualizam-se pelas suas particularidades étnicas, idioma, costumes, provérbios, fórmulas, preconceitos e tradições nativas.

António Ferro afirmou, e muito bem, que «*o ressurgimento do nosso folclore se impõe, visto que uma Pátria é espiritualmente grande não só pela alma dos seus santos e heróis, pelo génio dos seus artistas e poetas, como pela graça do seu povo.*»

* * *

Nesta estreita faixa rectangular que orla o extremo ocidental da Ibéria, é a província estremenha—pelas infiltrações da estonteante e tentacular vibração da capital—precisamente aquela em que o abastardamento do tesouro folclórico corre maiores perigos. Não sendo esta zona a mais opulenta em hábitos graciosos e populares, tem no entanto ainda originalidade, côr e expressão próprias. Senão vejamos:

Como País de marinheiros, dos galeões e caravelas das conquistas, dê-se a primazia à orla marítima, povoada desde Setúbal a Vieira de Leiria por êsses heróis dos naufrágios, simples e laboriosos.

A flotilha empregada na cabotagem e na pesca é cheia de pitoresco, desde os *batéis* da Caparica, de prôas arrogantes e grandes olhos pintados no costado, até às *muletas* do Barreiro e Seixal; às *fragatas* e *canoas da picada*, do Tejo; às *focinheiras de porco* da Ericeira; aos meios barcos da Nazaré e às *lanchas* de Vila Franca, decoradas bizarramente com côres gritantes e desenhos grotescos em que não raro ressaltam as predilecções tauromáquicas dos naturais. De Alhandra para montante do curso do Tejo, aparecem por alturas do estio, as *sa-*

veiras de pontas erguidas das águas e fundo achatado, barcaças essas utilizadas na pesca do sável.

O crítico francês A. t'Serstevens é de opinião que só na Malásia ou nas Indias, será fácil encontrar equivalentes aos nossos barcos de pequeno calado.

¡Cheios de ingenuïdade os registos imagéticos pintalgados pelo povo da Nazaré! Num fundo de papel prateado, surge tôda a extravagância aberrante do seu instinto colorista, nas flores, nos peixes e nos barcos com que é cercada a Virgem.

Curiosas ainda as *palhotas* babujadas pelo mar, dos pescadores da Caparica, construídas de bunho, estormo e caniço, tão ìntimamente entretecidos que por êles se não côa gota de água ou frecha de luz; os *palheiros*, ou barracas de madeira, dos marítimos de Vieira de Leiria, utilizados para habitações, depósito e salga da sardinha.

* * *

No antigo convento de franciscanas de Jesus, em Setúbal, fabricaram-se outrora delicadas rendas de bilros, de alada fantasia. Hoje, são reputadas as *rendas de Peniche*, leves como o espreguiçar duma onda, que os dedos ágeis das raparigas tecem, presas a uma abençoada rotina e inspiradas pelo sentimentalismo português.

Voltando-nos para a indústria do sal, há que notar a vida curiosa dos *marnotos* das marinhas do Tejo e Sado e as alfaias por êles utilizadas, desde os *ugalhos* ou compridos varredoiros, até às fôrmas de madeira com que ornamentam os *pãizinhos de sal*, representando os mais heterogéneos motivos: albarradas, crustáceos, moínhos, flores estilizadas, etc. A vida e dissonante dialéctica local dos salineiros alcochetanos foi já posta em

realce por Vergílio Correia quando, na ***Etnografia Artística***, se refere às descargas do carvão, nas fragatas que acostam os cais lisboetas, em que aquêles infatigáveis trabalhadores, bem musculados e de tez morena, *trocam a alvura das cestas das salinas, pela poeira da hulha*.

* * *

Despertam também interêsse os obscuros loiceiros de Sobreiro de Mafra, romeiros impenitentes de tôdas as feiras estremenhas. Expõem nas mesmas, um vasilhame tôsco, pintalgado a verde e branco melado, desde o pote e a bilha de dois bojos até às grotescas vasilhas de recorte ingénuo. umas de feitios antropomórficos, outras figurando cavalos e suínos inverosímeis.

Êstes oleiros, a-pesar-de possuirem noções grosseiras de manipulação, conseguem conciliar nos seus anacronismos de barro, a parte utilitária com a artística.

* * *

As plangências das guitarras e, sobretudo, a trovoada truculenta dos ***rumbas***, ***sambas*** e outras profanações de sabor negróide—virus perniciosos sincronizados com impertinência—são bem menos harmoniosos que os descantes de músicas fáceis, do nosso povo amorável. Segundo os comentários autorizados do arguto investigador Armando Leça, após as suas vagabundagens espirituais de resgate pelo País, a Estremadura é uma província com expressões musicais pouco típicas. Apenas nas circunvizinhanças das lezírias ribatejanas se obser-

vam *bailaricos* e os remechidos *fandangos*, cheios de dinamismo, que tanto deliciam os campinos e gente de borda de água. O fandango requere muita desenvoltura e agilidade. O tronco, parado, não dança e só as pernas e os pés, ágeis como fusos, não param num bailar e sapatear irrequietos.

Nos arredores de Leiria, recolheu o *musicógrafo caminheiro* Armando Leça, várias melodias populares e cancioneiros, alguns inéditos: *Olha a laranjinha*, *Margarida moleira*, *S. João Alferes mór*, *Verdegaio e Lavrador da Arada*. Em Turquel, registou modinhas de gaita de foles, fandangos com letra, bailaricos, modas de roda e do lar; em Nazaré, os típicos *Viras* daquela praia e em Lourinhã, modas de roda e fandangos.

Quando, no acampamento da *Mocidade Portuguesa*, em Palhavã, foi feito pelos pequenos camisas verdes um recital folclórico, a assistência aplaudiu os cantares *Cavaco do Rio*, *Rema*, *Zinipine*, *Balancé* e outros, apresentados pelo brioso grupo da Estremadura.

* * *

Os pregões cantados dos vendilhões ambulantes são outras tantas notas de poesia do burgo lisboês. A varina—ritmo de onda e de asa—de chapelinho circular para o equilíbrio da canastra, saia listrada arregueifada na cinta, chale cingindo-lhe as ancas e chinelinha ponteaguda brincando no bico do pé, lança o seu pregão estrídulo na faina da venda, correndo desenvolta com a ligeireza quási alada duma ave marinha.

Os cegos músicos, rapsodistas das canções nativas, cantam num trio de melancolia e de miséria, enfim, tôda essa colmeia humana, saída do grande anonimato das multidões, que moureja e labuta para viver.

* * *

As *marchas festivas* que o povo organiza no mês de Junho, nos bairros excêntricos da cidade, fazendo rondas em homenagem aos Santos populares, são expansões sinceras de alegria, pretextos para folgar e pôr à prova os pergaminhos bairristas. Nessas noites de vigília canta-se e baila-se, estoiram bombas, foguetes escarafuncham os ares, berram apitos e cornetas de barro. Há festões e balões coloridos, arcos enfeitados, manjericos, cravos de papel com redondilhas de métrica obscura, bailados, estridulações simplistas clangorejados por fanfarras de *cavatinho*, alvoroços de mocidade e de estúrdia, júbilo nos corações. As *fogueiras*, espalhando clarões rubriloiros e bailantes, são reminiscências de mitos primitivos em que, inconscientemente, se celebra, sob um aspecto nimbado de catolicismo, a luta do verão e do inverno, da luz e das trevas.

* * *

As feiras tradicionais de Santa Brígida, no Lumiar; da Luz, em Carnide; da Senhora da Rocha, em Carnaxide; do Senhor da Serra, em Belas; da Cova da Piedade;de Setúbal; do Espírito Santo, em Sacavém; da Azueira e Venda do Pinheiro, em Mafra; do Sobral de Mont'Agraço; de S. Bartolomeu da Charneca; da A dos Negros, em Óbidos; e quantas e quantas mais, não devendo ficar sem referência a das Mercês, curiosa com o seu *muro do derrete*, onde os namorados, indiferentes ao barborinho da romaria, se detêm em conversas idílicas que, não raro, terminam entre bençãos, numa ermidinha saloia.

* * *

As ingénuas lendas do Salvador de Lisboa, descoberto por um cavaleiro num altar de cera, fabricado miraculosamente pelas abelhas; a Senhora da Atalaia, que apareceu em cima duma aroeira e tantas outras cheias de graça singular, entre as quais avulta a da Senhora da Nazaré, tão conhecida que por demais seria recontá-la aqui. Todos os anos é recordado, com tôda a unção e candura primitivas, o milagre que a Virgem fez a D. Fuas Roupinho.

Entre uma das últimas cerimónias simbólicas de ressaibo pagão, figura o ***entêrro do bacalhau***, que todos os anos leva a Loures grupo numeroso de festeiros entusiastas.

A festa da Senhora dos Remédios, em Peniche, é tradicional e religiosamente conservada, desde tempos imemoráveis. Efectua-se no terceiro domingo de Outubro, dia dos três *círios*: do Moledo, da Serra de El-Rei e de Reguengo Pequeno. Cada círio, composto de grande séquito, marcha processionalmente com o seu estandarte e gaita de foles, vestes próprias e prolongada fila de carros.

Durante a Páscoa, em Lisboa, não cheira a funcho e a espadanas, como nas províncias, mas nas cercânias dos templos vendem-se ramilhetes de rosmaninho e os ritualistas mantém o hábito da visita às sete igrejas.

* * *

A multiplicidade de modelos em que é fértil a imaginativa dos cesteiros da Estremadura — o poceiro das vindimas torrejanas, o cabaz morangueiro de Sintra, o

cesto burriqueiro estrangulado na parte média, em geito de cintura delicada, da região de Colares... No que toca a gastronomia, merecem citação o queijinho saloio, de ovelha, e as goloseimas tradicionais: a marmelada e doçaria conventual de Odivelas, a alféloa, as cavacas das Caldas, os pastéis de nata de Belém, os palitos de Oeiras, os pastéis de feijão de Tôrres Vedras e as queijadinhas de Sintra.

No capítulo da indumentária popular, não podem ficar esquecidos os trajos de servir o mar dos nossos pescadores, tão típicos na sua soturna modéstia, sobretudo os da Nazaré: camisa de castorina enxadrezada, carapuça negra, os pés nús e as pernas defendidas por ceroulas listradas, presas no tornozêlo; os lenços vistosos das mulheres de Alcobaça; os trajos dos Campinos, dêsses alegres *beduínos nómadas*, cheirando a gado e a feno das lezírias e que enterram até às orelhas barretes de felpa, flamantes no garridismo das côres; a louçânia das vestimentas de chitas claras, das saloias de Loures, das lavadeiras de Caneças, que conservam umas e outras, no amorenado da pele, vestígios fortes de alma sarracena.

* * *

Mas não é possível nos limites muralhados de um único artigo evocar todos os usos, tradições e costumes da nossa gente, descriminar tudo o que ela mantém, a embelezar-lhe e a alegrar-lhe a vida. ¡Quantas coisas maravilhosas e dignas de interêsse haveria ainda a referir!

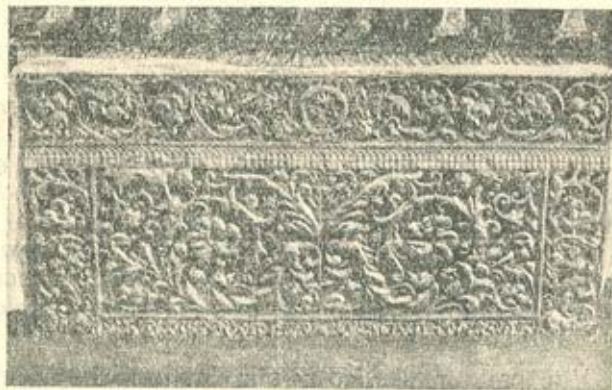
GUILHERME FELGUEIRAS
Do Inst. Português de Arqueologia, História e Etnografia
Da Assoc. dos Arqueólogos Portugueses

O TESOURO EM PRATA DA SÉ DO FUNCHAL NO SÉCULO XVIII

o fazermos a leitura do precioso manuscrito apógrafo de Henrique Henriques de Noronha, guardado na Biblioteca Municipal do Funchal, deparámos com um meticuloso inventário da prata existente, em 1722, na Sé do Funchal, devida à grandeza com que *os Senhores Reys seus Padroeiros ornou o melhor de seu Thiz.ro*

A prata a cargo do tesoureiro-mór, e não catalogada, era muito mais ainda, pois *alem destas peças q. repetimos tem este Thizouro outras muitas cujo pezo chega a importancia de setecentos marcos de prata sendo os quatrocentos data particular de El Rey D. Manuel*, que merecidamente tem jus à gratidão dos madeirenses pela magnanimidade com que enriqueceu o património artístico da Ilha.

Passamos a transcrever das *Memórias* de Noronha aquela fabulosa riqueza (1):

> «...*uma Cruz de prata sobredourada que naõ só se respeita por insignia de Nossa Redenpçaõ. como taõ bem pello pezo porq. exede de sesenta e oitto marcos e meyo, e p.ª se*

Frontal do altar de prata existente na Sé Catedral do Funchal

> *uzar della em alguas solenes provisoens saõ muy particulares os Ministros que a levão*...»

Esta notável jóia de ourivesaria sacra figurou na Exposição da Arte Ornamental de Lisboa, em 1882, onde foi bastante admirada, tendo merecido de Pinheiro Cha-

(1) In *Memorias Seculares e Ecclesiasticas para a Composição da Historia da Diocesi*, fôl. 68 v.º do original, tít. 1.º, Cap. V.

gas, a sua menção na *História de Portugal*, onde lhe tece os mais calorosos elogios. Lá encontramos uma descrição cuidada do que é esta *epopeia em filigrana da arte vicentina, donde evolam cânticos entoados por figuras de anjos* (1).

> *A custodia grande e taõ bem j de prata sobre dourada, tem de juro vinte e dous marcos, e duas onças: he obra da mesma maõ.*
>
> *...seis castiçaes grandes do Altar mayor que pezaõ cento, e oito marcos e meyo alem de dous sobre dourados do mesmo metal, e grandeza...*
>
> *Hu gomil de prata sobre dourado, que chamamos de Bastioens pella singularid.ᵉ dos trez Irmãos artifices deste nome.*
>
> *Hu prato grande da mesma obra com as armas reaes no fundo...* que, juntamente com o gomil, *tudo peza dezasete marcos e meyo.*

Êste prato faz serviço na sala dos irmãos do Santíssimo, onde tivemos ensejo de o apreciar detalhadamente.

> *...Outro prato grande taõ bem sobre dourado de igual obra que peza doze marcos e meyo.*
>
> *...Toribolo e Naavita sobre dourado de excelente fabrica que tudo peza treze marcos.*
>
> *Hu Bago* (2) *Episcopal com sua aste de*

(1) In *As freguesias da Madeira* pelo Coronel A. A. Sarmento, separata do «Diário de Notícias» do Funchal, monografia da Sé.

(2) Báculo.

> *prata, ...que peza v.te e oito marcos e duas onças.*
>
> *Seis massas de obra particular q. pezaõ setenta e sinco marcos.*
>
> *Hu alampadario grande... e ja danificado pello uzo se desfez em galhetas p.a servisso particular dos Capitulares e em seu lugar pos outro o Doutor Manoel Pr.a de Castro Capitular da mesma Sé, o qual tem de pezo setenta, e dous marcos de prata.*

Tôda esta prata podemos ainda observar encorporada no recheio do cabido da Sé Catedral do Funchal, a que pertence.

Mas não é tudo, porque muita é a prata *que orna este Templo particularmente nos seus altares; muitos dos quaes tem frontaes do mesmo: e só na Capella do Santissimo exedem as suas peças o valor de trinta mil cruzados pello pezo...* Infelizmente, dos frontais em prata lavrada só nos resta um, de que damos reprodução, colocado no altar de S. José. Pela gravura podemos apreciar o magnífico trabalho artístico dos restantes frontais desaparecidos e aquilatar do seu valor.

Muito maior seria a riqueza desta catedral a não ter sido saqueada, pelos franceses, em Outubro de 1566, tendo-se salvado o recheio descrito por Noronha devido à feliz ideia do tesoureiro-mór: que o ocultou, envolto em cortinas, *dentro de hua cova que abrio na Capela mor,* junto à sepultura do deão António da Costa, morto havia pouco, dando lugar a que os franceses, ao abrir êste lugar, *achando por esta parte algu mau cheiro,* passassem a outra ilharga, e assim se conservassem estas peças, algumas das quais ainda hoje enriquecem a Sé do Funchal.

FERNANDO AGUIAR

UMA PETIÇÃO INÉDITA DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

documento a que se dá publicidade em seguida a êste breve comentário, e que pertence à colecção do meu prezado confrade e distinto investigador Cardoso Marta, constitue, sem dúvida, mais um precioso subsídio para o estudo da figura tão discutida do Padre José Agostinho de Macedo.

Trata-se de uma petição traçada naqueles termos candentes em que o grande polemista costumava moldar as suas cartas e requerimentos, na qual impetrava a D. Miguel as providências que se lhe afiguravam necessárias e urgentes para obviar à suspensão do seu periódico «A Besta esfolada».

Não está datada essa petição, mas não devemos errar ao colocá-la no ano de 1830. Com efeito, foi em Outubro de 1829 que a Mesa do Desembargo do Paço se recusou a licenciar a publicação do n.º 27 dêsse perió-

dico, o que levou José Agostinho a suspendê-la, por não querer submeter-se às indicações que lhe davam no sentido de modificar a linguagem violenta em que se exprimia. Também, pouco depois, se demitia do cargo de censor do Ordinário, alegando falta de saúde, mas sem ocultar que o fazia movido, principalmente, pelo desgôsto que lhe causara o procedimento da Mesa do Desembargo.

Lembremo-nos de que, dentre os escritos políticos de Macedo, avulta, por certo, «A Besta esfolada» como um daqueles em que mais nitidamente se reflectem o seu temperamento combativo e a sua feição polemística, pelo que não deve surpreender-nos a irreprimível indignação que se apoderou do formidável panfletário ao ver, dessa forma, interrompida uma campanha de que julgava resultarem as maiores vantagens para a causa que servia com tamanha dedicação.

Como é sabido, do periódico «A Besta esfolada» foi editor o cistercience Fr. Joaquim da Cruz, Procurador Geral do Mosteiro de Alcobaça, e dos seus 26 números se extraíram 4.000 exemplares de cada um, segundo refere Inocêncio, o que prova a larga extensão que tinha o fogoso panfleto de José Agostinho de Macedo. A êsses 26 números, saídos entre 1828 e 1829, outro ainda se veio juntar, depois da morte do seu autor, mas sem a numeração ordinal, sendo todos estampados na Imprensa Régia, à excepção da primeira tiragem do n.º 1, que foi feita na Tipografia de Bulhões. Informa também Inocêncio que, segundo lhe constava, alguns números da «Besta» haviam sido reïmpressos no Pôrto. No exemplar que possuo, figura o n.º 1 da segunda tiragem, feita em 1829, na Imprensa Régia, trazendo em apêndice o número póstumo, com êste título: «Numero inedito, que o Auctor não chegou a concluir».

A revisão de «A Besta esfolada» estava entregue a um censor que, no testemunho de Inocêncio, se chamava

Fr. Henrique de Jesus Maria, de quem nos diz que era «religioso capucho, homem de índole pacífica e que gosava de fama (não sabemos até que ponto merecida) de ser afeiçoado aos princípios constitucionais, seguindo à risca as instruções do seu cargo, lhe cortava e emendava muitas vezes períodos e frases, que apenas seriam toleráveis em um país entregue ao predomínio da mais desenfreada oclocracia». E o mesmo biógrafo acrescenta que «tôdas estas mutilações e emendas eram por mais de uma razão desagradáveis e molestas a José Agostinho, que se vingava do censor dando-lhe injuriosos epítetos e alcunhas irrisórias, tanto em suas cartas missivas como nas conversações particulares que tinha com seus afeiçoados e amigos».

Mas, numa carta ao editor, encontra-se êste passo de Macedo, que parece contradizer a informação do autor das *Memorias para a vida intima de José Agostinho de Macedo*»: «O censor nomeado pelo Desembargo é um Mr. Martin, engenheiro, e empregado na bibliotheca, malhado furioso, ignorantissimo e verdadeiro patife, e assim conhecido, e segundo se disse do mesmo Desembargo para fora, escolhido para isto»: para estabelecer o «embaraço maçónico» à publicação da «Besta», conforme José Agostinho alvitrava, ao dirigir-se ao mesmo editor.

Também na referida correspondência com Fr. Joaquim da Cruz, publicada pela Academia das Ciências, com uma «Prefação crítica» de Teófilo Braga, se encontram alusões de Macedo a uma petição, que considerava necessário formular a D. Miguel, para que fôsse licenciada a publicação do seu periódico, o que tudo leva a crer que seja esta de que Cardoso Marta possue o autógrafo.

Assim, numa carta escrita de Pedrouços, em Março de 1830, dizia o Padre Macedo a Fr. Joaquim: «agora resta em requerimento pedir a El-Rei, que me leve o diabo a mim, ou aos patifes desembargadores; isto é

para desesperar d'uma vez; creia V. S.ª, que hão-de resistir às ordens de El-Rei». Noutra, datada do mesmo mês, informava: «Eu devo enviar um requerimento a El-Rei, se a cousa se demorar mais uns dias». E num daqueles seus desabafos tão freqüentes, acrescentava: «Então eu hei-de esperar até ao alto verão para ver manjericões amarelos?...» A «cousa» a que se referia, que tanto o preocupava e prejudicava até, grandemente, nos seus interêsses materiais, era a «Besta embargada na estalagem», como chamava à suspensão do jornal.

Tais eram as intenções confessadas do polemista, que chegou a redigir a petição adiante reproduzida. O que não tenho é elementos para afirmar que ela foi entregue a D. Miguel. Mas, se acaso chegou a sê-lo, não teve despacho favorável, porquanto «A Besta esfolada» não voltou a publicar-se. Talvez que a razão dêsse facto se encontre nesta notícia dada por Macedo ao editor do panfleto, noutra carta com data de 6 de Fevereiro de 1830: «A Besta» não sae, aqui m'o veiu dizer na minha cara Antonio Ribeiro Saraiva, que a elle se devia a supprimissão, pelo que mandara de Inglaterra, pois representara que d'aqui iam retalhos da «Besta,» que falavam nos inglezes, traduzidos em inglez, que retardavam o reconhecimento, como o retardara a prisão dos quatro marinheiros que levavam o dinheiro nas canastras da hortaliça, e como o tiro de balla que o Raimundo deu em Cascaes».

Em substituïção da «Besta Esfolada», saíu Macedo depois a terreiro com o «Desengano» para o qual obteve um censor especial que não lhe coarctava as expansões nem os excessos de linguagem, e que veio a ser, como dizia Inocêncio, o seu «testamento político». Parece que o n.º 27 era fatídico para o grande polemista do miguelismo. Foi o n.º 27 da «Besta», como vimos, que a Mesa do Desembargo do Paço se recusou a licenciar. Pois a 19 de Outubro de 1831, quando es-

tava a redigir o n.º 27 do «Desengano», assaltou-o, repentinamente, um ataque tão violento de sezões que o forçou a largar para sempre a pena, aquela pena que êle próprio comparava a uma «bombarda de Diu».

Não resistiria por muito tempo o seu organismo alquebrado por longas e fadigosas vigílias, ao agravamento, que essas sezões provocaram, da enfermidade que o minava e, logo a 2 de Outubro seguinte, sucumbia o grande escritor, o panfletário aguerrido, que morreu como bom cristão, implorando, na hora extrema, o perdão de quantos se julgassem ofendidos por suas palavras ou escritos. Mas é tempo de passarmos à leitura do curioso documento que provocou estes comentários apressados e sem pretensões de ineditismo, embora muito mais houvesse ainda que dizer a seu respeito.

FERNANDO CAMPOS

* * *

Senhor

Ajoelhado aos pez de V. Magestade o mais fiel dos seus Vassalos, e o mais exposto sempre ao furor dos seus inimigos desde o infausto dia 13 de Maio de 1824 o P.e José Agostinho de Macedo, pede a V. Magestade perdaõ de aparecer deste modo na sua Real Presensa, porq. huma terrivel enfermidade o conserva como entrevado desde o dia 22 de Fevereiro do presente anno. O meu continuado emprego, Senhor, tem sido defender a Religiaõ, e defender a V. Mag.de contra os seus inimigos q. saõ os Pedreiros Livres; a Religiaõ mostrando a sua Devindade, a V. Magestade, provando a justiça, e a ligitimidade com que sobe ao Throno de seus Augustos Predecessores, muito expressamente no papel que se intitula—A Besta esfolada—Papel, que conforme o sentimento de todos os homens de bem, e affectos a V. Magestade, tem servido de unir os Portugueses, conservar

tranquilas as Provincias, e persuadir os Povos ao respeito, e obediencia ás Leis, e Mandamentos de V. Magestade: este papel he o mais aborrecido pelos Pedreiros Livres porque lhes descobre todas as suas taõ funestas maquinaçoens, e que mais claramente lhes tem falado; naõ desistído de procurar meios de o faser acabar e agora o conseguiraõ até com manifetsa afronta do Soberano poder de V. Mag.^de^, porque os Desembargadores do Paço irritados com a graça que V. Mag.^de^ se dignou faserme com a nomeaçaõ de hum Censor privativo, para expediçaõ mais pronta do papel, sendo este mesmo Censor ja excluido por elles porque naõ conrespondia a seus intentos, tivéraõ o arrojo de supprimir o meu papel, naõ só approvado pelo Censor que V. Mag.^de^ nomeára, mas aprovado pela Suprema Auctoridade Ecclesiastica a que unicamente compete decidir sobre materias de Religiaõ, faltando à disposiçaõ da Lei da Censura que me manda ouvir dandose-me vista da Censura que naõ existe porque o papel estava legalmente approvado, nem elles Desembargadores se podiaõ erigir em Censores, sendo obrigados a despachar conforme a decisaõ destes, naõ me restituindo o meu papel para eu sustentar a sua doutrina porque este particularmente tratava da ligitimidade dos sagrados Direitos de V. Magestade ao Throno. Eu senhor só pesso a V. Magestade Justiça até para satisfazer o Povo que brame, e se amotina com semilhante despotismo. Eu falo a V. Magestade com que falaria no momento da minha morte, e pronto a dar contas a Deos, pesso Justiça e supplico a V. Magestade seja servido mandar que o papel n.º 27 da Besta esfolada seja mandado restituir pelo Desembargo de Paço para ser appresentado ao Patriarca de Lisboa por quem foi approvado, mandando V. Magestade a este mesmo Patriarca que forme huma Junta de pessoas doutas, tementes a Deos, zellosas do bom serviço de V. Magestade, que examinem de novo o ja approvado papel, e pelo Desembargo dis-

poticamente supprimido; e achando nelle alguma proposiçaõ que combata manifestamente a santidade da Religiaõ, ou a sagrada Pessoa de V. Magestade, eu seja logo mandado degolar, ou sofrer qualquer genero de morte afrontosa, e tido por hum reo de Lesa Magestade Devina, e humana; e como os Desembargadores para illudirem o Povo escandelisado com semilhante absurdo, citaõ hum § parágrafo da Lei da Censura aqui o transcrevo para q'. V.Magestade conheça a sua maldade—

—§ 25 do alvará de 30 de Junho de 1795—
«Para facilitar, e segurar com mais cautella a revisaó, e «Censura dos Livros *ja impressos*, que houverem de «entrar, e correr em meus Reinos, e Senhorios, e segu-"rar ao mesmo tempo a Consciencia de meus fieis vas-«salos, e precave-los contra todos aquelles Livros, que «por suas perneciosas doutrinas podem empecer os "bons costumes, e faser damno à Igreija, e à Republica; "sou servida mandar ordenar hum Index expurgatorio "Nacional em que se numerem debaixo das suas claces "geraes os Livros contra a Religiaó, e os Livros contra o "Estado, que haõ-de ser defezos, e supprimidos, e tambem "os outros, que haõ-de ser corregidos, e eispurgados.—

Senhor! Como pode ser applicada huma Lei que trata de livros impressos, introdusidos ocultamente nestes Reinos a huma folha de papel manuscripta, approvada e licenceada para se imprimir, e que só trata de defender a Religiaõ, e a Patria? Por isto pode V.Magestade conhecer a revindicta, e a malicia de taes monstros, que temem se descubraõ todas as tenebrosas manobras da Maçonaria contra este Reino.

Este cazo, Senhor, pede Justiça, e unicamente Justiça pede a V. Magestade

o mais fiel, e o mais persiguido dos seus Vassalos
Jose' Agostinho de Macedo

UM PORTUGUÊS EXCÊNTRICO

OSÉ JOAQUIM DA GAMA MACHADO, fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, conselheiro da legação de Portugal em Paris, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e de outras sociedades científicas estrangeiras, filho de Policarpo José Machado e D. Maria Luísa Machado, nasceu em Lisboa a 26 de Maio de 1774, 1775 ou 1776.

Em verdes anos foi para Paris, onde fêz os seus primeiros estudos, mas a Revolução Francesa obrigou-o a regressar, precipitadamente, à sua Pátria. Em 1806, porém, voltou àquela cidade, onde residiu até à morte, ali ocorrida em 9 de Junho de 1861.

A extravagância do seu modo de viver deu nas vistas da cidade *lumière*, tendo dado ocasião a ser incluído no livro *Excentriques*, de Champfleury. A sua casa estava cheia de aves de tôdas as espécies, em número de cem, e tôdas com as suas banheiras, onde faziam as abluções... Possuía um canário, seu parceiro no jôgo do dominó; um periquito com que viajava e um estorninho, que morreu de gôta. Dava comidas especiais

a estes passarinhos e tratava-os, quando doentes, com remédios por êle inventados. Aos seus cavalos dava aveia e torrões de açúcar. Num dos testamentos que fêz, legava todos os seus passarinhos e trinta mil francos, para sua sustentação, a uma das senhoras de sua particular amizade.

Em 1856 visitou-o o então infante D. Luís, acompanhado do Visconde da Carreira. Numa estampa, que vem no seu livro *Traité des ressemblances*, vê-se o sábio (?) mostrando as suas colecções a estas duas personagens, que o observam com certa desconfiança. .

A sua casa era freqüentada por muitas pessoas, atraídas umas pela curiosidade de ouvir as suas prelecções, outras desejosas de provarem o saboroso chá, que êle fazia servir nessas eruditas reüniões, e a maior parte para gozar o fausto com que êle vivia, como ricaço que era. Um dos comensais era o P.e José Inácio Roquette, aquêle do dicionário, onde se lêem definições como esta: *galo*, macho da galinha; *galinha*, fêmea do galo; que, num dos seus setenta e um testamentos era, como acontecia com outros freqüentadores daquelas reüniões, contemplado com um anel do valor de cem francos.

É verdade, ainda que pareça invenção: o comendador Gama Machado fêz de 1823 a 1861, setenta e um testamentos e codicilos, que deram lugar, depois da sua morte, a demoradas demandas, que constituem vários capítulos de um livro de Legrand de Saulle.

São curiosas algumas das suas disposições testamentárias: devia gastar-se no seu funeral o menos possível; o seu túmulo seria idêntico ao do seu célebre estorninho; os seus cavalos acompanhariam o entêrro sem puxar o carro funerário; o seu criado de quarto levaria, numa gaiola, uma das suas aves predilectas; o funeral seria realizado às três horas da tarde, hora a que os corvos do Louvre têm o costume de vir procurar o seu jantar; no seu caixão seriam encerradas as

aves contidas nos quatro pequenos túmulos que tinha em sua casa, etc.

Em vida mandou construir, no cemitério do Père Lachaise, um túmulo extravagante, que consistia numa pirâmide triangular encimada por um ôvo, símbolo da fecundidade, e assente, por meio de quatro tartarugas, sôbre um cubo de pedra. As inscrições e os emblemas, que nêle havia feito insculpir, eram tão ridículos e risíveis, que a municipalidade de Paris as mandou apagar. Na Biblicteca da Ajuda pode ver-se o desenho dêste monumento funerário.

O que lhe deu, porém, maior renome, foi a sua obra *Théorie des ressemblances ou Essai philosophique sur les moyens de determiner les dispositions physiques et morales des animaux, d'après les analogies de formes, de robes et de couleurs*, publicada em Paris de 1831 a 1858, em quatro luxuosos volumes, adornados de magníficas litografias coloridas. Nestes volumes, de indigesta leitura, como afirma o nosso amigo Sr. Dr. Alberto Pessoa no seu livro: *J. J. da Gama Machado. O homem e a obra. O legado à Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1926, separata do volume X da *Revista da* mesma *Universidade*, notável trabalho, que vamos seguindo neste artigo, ventilam-se as mais variadas questões: biológicas, filosóficas, estéticas, religiosas, políticas, sociais, etc.

Esta obra mostra bem que o autor tanto lera... que treslera.

Em resumo, a sua teoria fundava-se no seguinte: a identidade de formas, de *robes* e de côres nos seres organizados, levava ao encontro dos mesmos instintos, hábitos e costumes. Assim, fazia a comparação entre o elefante e a baleia, entre a zêbra e o burro, entre a águia e o leão, entre o avestruz e o cavalo, etc. As suas mais importantes descobertas são: a analogia do cérebro com as ovas do bacalhau; a teoria do livre arbítrio em certos

animais, como as tartarugas; e a existência de um peixe, ao mesmo tempo ovíparo, vivíparo e hermafrodita... Também é interessante a sua Teoria sôbre a semelhança das origens, baseada entre o ôvo humano e os do estorninho, da tremelga, da víbora, da formiga e... do junquilho.

Os autores mais citados por êle são: Gall, Bonnet e Porta.

A-pesar-de a sua obra não ter pés nem cabeça, podendo, sem inconveniente, começar-se a leitura pelo primeiro ou pelo quarto volume, do princípio para o fim, ou do fim para o princípio, mereceu o elogio não só de algumas pessoas cultas (naturalmente as que lhe freqüentavam a casa e esperavam ser contempladas nos testamentos), mas também de corporações de importância e consideradas, como as nossas antigas Câmara dos Pares e Academia Real das Ciências que, em sessão de 4 de Fevereiro de 1835, o elegeu seu sócio correspondente.

Há até uma carta do Patriarca de Lisboa D. Fr. Francisco de S. Luiz, o célebre e erudito Cardial Saraiva, onde se fazem grandes encómios ao autor daquela obra, em que aparecem certas proposições heréticas e anti-religiosas, o que só se explica pelo facto do venerando prelado não ter tido paciência para ler tão volumoso trabalho .. Em todo o caso, a Academia das Ciências de Paris tem concedido, desde 1882 a 1925, um «Prémio Gama Machado», instituído pelo nosso compatriota para ser concedido aos autores das memórias mais notáveis sôbre as partes còrantes do sistema tegumentário dos animais, ou sôbre a matéria fecundante dos seres vivos.

Em conclusão, pode afirmar-se, segundo a autorizada opinião do Dr. Alberto Pessoa, que o comendador Gama Machado era um alienado, com uma idéa fixa, uma monomania científica — e um paranoico.

Fêz-se retratar jogando o xadrez com dois irmãos siameses, seus contemporâneos.

O notável pintor Domingos António de Sequeira fez-lhe, também, o retrato, no qual, ao seu lado, figuram duas das suas amigas, uma das quais segura um periquito; duas ovelhas; um cão e um estorninho.

Entre os legados de Gama Machado, mencionaremos: três quadros à Câmara dos Pares; dois quadros, duas jarras de porcelana, mais de duzentas cabeças para o estudo da frenologia segundo Gall e um busto alegórico em bronze, à Universidade de Coimbra. Neste último, vê-se o nosso sábio saindo duma casca de ôvo de galinha, onde se lê: *Tout ce qui vit sort d'un oeuf*...

Depois de publicado, em 1926, o livro do sr. Dr. Alberto Pessoa, tivemos a sorte de adquirir três folhetos, nêle não citados, em que alguns amigos do célebre excêntrico, certamente recrutados entre os freqüentadores da sua casa, fazem elogios à sua teoria das semelhanças e, desvanecidamente, se declaram seus discípulos.

O primeiro, anónimo, intitula-se: *La/Fiancée/de Messine./Tragédie/en cinq actes et en vers./Paris./1843.* In-12º de 2 - 72 págs.

Dêle copiamos a dedicatória: «Épitre dedicatoire/A Monsieur le chevalier/Da Gama Machado,/auteur de la/«Theórie des ressemblances.»

"Monsieur le Chevalier

"Le devoir le plus cher aux âmes bien nées, c'est la reconnaissance, et je lui obéis en vous dédiant cette esquisse, basée sur le principe des ressemblances héréditaires, principe que vous avez développé dans votre savante Théorie avec tant de profondeur, de clarté et de concision.

J'ai l'honneur d'être,

avec le plus profond respect,

Monsieur le Chevalier,
Votre trés humble et
très obéissant Serviteur,

l'Auteur.„

O segundo, também anónimo, com 19 páginas, intitula-se: *A propos d'une fleur fanée*. Paris, 1846, e ostenta a seguinte dedicatória: "A Monsieur le Commandeur/Da Gama Machado,/conseiller de la légation de S. M. Très-Fidèle prés S. M./Très-Chrétienne, membre de l'Académie des Sciences de Lisbonne,/auteur de la *Theorie des ressemblances*, etc., etc./Hommage du plus devoué Disciple/Au plus auguste Maître,/***/Paris, 26 Mai 1846.„

Finalmente o terceiro, da autoria de N. H. Cellier Dufayel, tem êste título:

Justification/de/la propriété,/par N. H. Cellier Dufayel,/membre de l'Institut Historique de France, etc./Dédié/A M. le Chevalier da Gama Machado,/Auteur de la Théorie des Ressemblances./Paris,1846, in-8.º gr. de 16 págs.

Aqui deixamos a sua preciosa dedicatória:

DÉDICACE.

En faisant hommage de cet écrit à l'auteur de l'ingénieuse *Théorie des Ressemblances*, j'accomplis un devoir de conscience, imposé à la reconnaissance de tous ceux qui sauront apprécier les éminents services que sont appelés à rendre aux futurs législateurs, les précieux travaux de *Monsieur le chevalier Da Gama Machado*. Je m'estimerais heureux d'avoir mis en relief,

d'une manière claire et précise, une des applications les plus utiles de cette science nouvelle. Il me parait démontré par les textes comparés dont j'ai fait le rapprochement, qu'un des principes fondementaux de la législation des Hindous est en tous points conforme au système développé dans la Théorie des ressemblances, relativement aux transmissions héréditaires, qui régissent les successions et confirment le droit de propriété au profit des enfants: Oh! certes, ce n'est pas faire peu pour ses contemporains et pour la postérité, que de contribuer aussi puissament au maintien de la famille et au respect de la propriété, deux éléments de civilisation sans lesquels il n'y a ni stabilité ni progrès possibles. Pour mon compte, tonte mon ambition serait d'avoir été en cette partie, interprète aussi fidèle de l'oeuvre, que je suis dévoué à son auteur.

N. H. Cellier Dufayel.

Aqui ficam, assim, reünidos mais alguns elementos para a biografia do comendador José Joaquim da Gama Machado, um português que, em Paris, deu brado pela sua extravagância.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

da Academia das Ciências de Lisboa

«VENUS ET EROS LUSIS ATHENIS»

EPOIS que, por várias vezes, os monarcas portugueses escolheram a cidade de Coimbra, medieval e renascentista, côrte dos nossos primeiros reis, para sede da sua Universidade, sempre foi *Minerva* — a deusa casta da Sabedoria, das Letras e das Artes — quem marcou olìmpicamente lugar privilegiado na Lusa-Atenas, assim crismada no *breve* de Paulo III em 1537 e honrosamente conservada na tradição:

Antiquas reddit Conimbrica Athenas:
Et docta praestat Pallade, et armigera. (1)

Na realidade, porém, teve que jogar as cristas e bater-se com a outra deusa, igualmente poderosa — *Venus,* a do amor — e até com *Eros,* o sensual e ainda com *Baco,* de cujas façanhas e orgias conimbricenses diremos um dia.

---

(1) *Conimbricae Encomium,* de Inácio de Morais.

Minerva, que nascera armada e equipada da cabeça de *Júpiter*, tinha uma ciúmeira doida da rival, tôda feita da espuma delicada do mar, ambas servidas por numerosa falange de admiradores, essa estudantada irrequieta e bulhenta, mocidade de sangue na guelra, demais-a-mais portuguesa, que o impetuoso *Eros*, de gorra com o cego *Cupido*, espicaçava na sua irresistível potencialidade sub-consciente...

Os nossos reis favoreceram sem rebuços e defenderam com leis e regulamentos o culto da deusa austera; e desde os alvores dos *Estudos Gerais*, exigiram dos rapazes uma vida virtuosa e grave ou, pelo menos, que parecesse tal, como se exigia da mulher de César — que se o não fôsse, o parecesse.

Aqui vos transcrevo a prosa sisuda e coercitiva. Vai em latim medieval para não perder o sabor. É dos Estatutos assinados a 16 de Junho de 1431 por D. João I:

"De honestate studentium"

"Primo quod magistri et Doctores euntes ad legendum vel ad quoscumque allios actus scollasticos vel per modum universsi incedant in apparatu in generali sive doctorali et legentes licenciati et bachalarii in habitu honesto ad minus tallari et Ceteri scollares honesti saltim usque ad mediam tibiam.

"*Item quod nullus scollaris teneat equum jumentum canes aves ve ad venandum nec mulierem suspectam in domo sua continuam et quicumque contra predicta statuta fecerit non gaudeat privilegio studii*„.

Portanto, que mestres e estudantes andassem vestidos com decência e êstes se portassem com honestidade em casa, não tendo "mulierem suspectam in domo

sua continuam„ nem cavalo, jumento, cães e aves, sob pena de perderem os privilégios universitários.

Em 1496 (estava D. Manuel no 2.º ano do seu venturoso reinado) foi necessário chamar a atenção do Reitor, Conservador e Lentes do Estudo, então na capital e em bairro próprio, para as proezas e desmoralização praticadas por malfeitores e mulheres de mau viver, a coberto dos privilégios universitários.

Eis o documento, já meio sumido, que a tal se refere:

"Conservador, Reitor e lentes,

nós ElRey vos mandamos muyto saudar

A nos he dito que em esse bayrro se acolhem muytas pessoas obrigadas à nossa justiça e asy algumas *molheres de maao vyver* o que certo nos parece grande ynconvenyente por a razão que os que amdaprender teram a conversaçam de semelhantes pessoas porque somente pera os escolares e estudantes se deram os privilegios e liberdades a esse bayrro para hy averem destar e aprenderem suas sciencias e nam para pessoas de maao vyver e obrigadas à nossa justiça e porque folgamos de em todo o que bem podermos fazer favor e acrecentar nos privilegios do dito bayrro e que for onesto como ca disemos a vossos procuradores e ainda lhe procurar mais Renda para as necessidades do estudo ouvemos por bem escrevervos esta porque vos encomendamos muyto que as ditas pessoas que asy estam no dito bayrro as lancees fora delle e daquy em diante as não acolhaees nem outros semelhantes que possam dar torvaçam aos estudantes e de asy fazerdes muyto volo agradecemos. E do contrario sera necessario nós mandarmos as nossas justiças entrar no dito bayrro e devasarem seus privilegios o que

nós nam queriamos por a vontade de lhos antes acrecentar no que for bem e delle fazer todo favor que bem podermos. Scripta em montemor o novo ao derradeyro dia de fevereiro pantaliam diaz a fez año de 1496„.

Por onde se depreende quão grande era o carinho que o monarca dedicava à sua Universidade, já velha de dois séculos, desejando-a prestigiosa e sem mácula.

Mas, quando pelo ano de 1537 ela foi fixada em Coimbra, depois de largamente reformada, D. João III mandava que se guardasse o Estatuto manuelino, datado provavelmente de 1504, o qual preceitua, agora em português da época:

"It. mandamos que os scolares nom tenham em sua casa molher sospeita continoadamente sob pena de mil Reaees pera a arqua do studo e ametade pera quem ho acusar nem teera cãees nem aves de caçar„.

O estudante, ao vir para Coimbra, já sabia que a cidade universitária era para o estudo e não para o prazer: não mais cães, nem aves de caça. O culto mais constante devia-o à deusa casta e não à outra, a do pecado, pelo menos... continuadamente, isto é, de casa e pucarinho, sob pena duma pesada multa. Sim, porque mil reis dêsse tempo era grossa quantia, devendo, com a desvalorização da moeda, andar por uns trezentos escudos de 1942.

Era, então, o homem, o sexo forte, quem pagava as diferenças das suas leviandades... Mas, um ano depois da transferência da Universidade para Coimbra, D. João III, tão justo noutras ocasiões, é sôbre o sexo fraco que cai com a violência da lei:

"Eu elRey faço saber a quantos este meu alvara virem que eu ey por bem e me praz por o sentir asy per serviço de Deus e meu e bem da universidade de Coimbra que todo studante da dita Universidade que tiver mançeba ou molher sospeita em sua casa, a tall molher seja presa e da cadea pague mil rs, a metade para quem ha acusar e a outra metade para a arca da universidade. Notefico ho asy ao conservador da universidade e lhe mando que faça dar as ditas penas a execução nas molheres que no tal erro forem comprendidas. Este meu alvara sera noteficado na dita universidade para ser a todos notorio. Amriq' Damota ho fez em lixboa a XIX de set.ro de mil bcxxxbiij anos„ (1538).

Depois dêste alvará, outro ou qualquer artigo do estatuto, talvez o de 1544, talvez o de 1562, deveria ter saído, no qual as penas recaíam de novo sôbre os rapazes, pois assim o deixa entender o conselho da Universidade reünido a 28 de Janeiro de 1564 sob a presidência do austero Reitor, o jesuita Martim Gonçalves da Câmara—nada menos!—no qual os conselheiros conspícuos discutiam sôbre a interpretação a dar à letra da lei, atribuíndo-lhe o seu verdadeiro sentido, largo e humano. Êste curioso documento vem ao mesmo tempo provar que a lei se fizera para ser cumprida:

"E no dito conselho sendo ja ydo o doutor pero de morgovejo ffoy tratado sobre o estatuto que fala das molheres sospeitas e foy asentado que segundo a ynterpretação lyterall que as palavras claras soavam nõ se devya de entender senam provando o meirinho que os estudantes tem mançebas ou molheres sospeitas em sua casa, de morada e vivenda, porque se fose molher

que nõ morase em sua casa ainda que se lhe provasse ter com ella pecado, nõ podese por isto prendello nem lhe levar pena nem per ysso fazer algum conserto nem levar lhe ynteresse e que jsto se digua Ao conservador e ao meyrinho para que desta maneira guardem o estatuto e nom usem os estatutos dando outras interpretações contrairas has palavras presentes do estatuto.

Martim glz de Camara"

Curiosíssima acta, que estabelece doutrina e, ao mesmo tempo, mostra a existência de abusos por parte das autoridades universitárias—conservador e meirinho—encarregadas da polícia de costumes. E não façamos mais comentários, que as palavras do secretário "soam claras" como água.

Porque saíra Pero de Morgovejo do conselho antes dêste acabado? Acaso? Saberia do que se ia tratar? Esperariam os colegas a sua saída para mais à vontade tratarem do assunto?

Os estatutos felipinos de 1591 teem disposições semelhantes, o que mais uma vez vem confirmar o que há muito suspeitámos: que êles foram inspirados nos de D. João III e de D. Sebastião, senão a sua cópia fiel. Por aí vemos que os castigos caíam sôbre êles e elas, muito mais justamente; elas porque não deviam viver na "alta", a cidade universitária, diríamos hoje; êles, por as consentirem em casa. Eis os dois artigos do Estatuto, fielmente reproduzidos no de D. João IV, outro argumento a favor de serem os Estatutos felipinos uma cópia dos de D. João III e de D. Sebastião:

"It. E porque os estudantes pella mayor parte pousam no alto da cidade, pera mais quietação sua, mando

que não vivão da porta da almedina pera cima molheres solteiras escandalosas, ou de mau exemplo, em casa propria ou allugada, sob pena de pagar por cada vez que nisto for comprehendidas quatro cruzados da cadea, a metade pera quem a acusar, e a outra pera a confraria da Universidade e pera isto haver effeito o Conservador em cada hum anno ou quando parecer bem ao Rector, visitará todo o bayrro de cima até almedina, e achando que nelle vive alguã das ditas molheres lhe mandará que dentro em tres dias despeje a casa, e se mude pera baixo da almedina sob a dita pena, e não fazendo a executará, e fará que dentro no dito termo despeje as casas e se mude: e sendo necessario procederá com mayores penas até vinte cruzados e prisão de dous meses, em que poderá condenar cada huã das ditas molheres sem appellação nem agravo, que assi hei por bem que se guarde.

It. O estudante em cuja casa for achada molher de sospeição, ou achando os juntos em outro qualquer lugar sospeito, avendo disso testemunhas, ou se do escrivão, serão levados presos cada hum por si, que não vão ambos juntos, pello meirinho a casa do Conservador: e pagando cada hum quinhentos rs, a metade pera a arca da Universidade, e a outra pera quem os accusar, serão soltos, e achando os da mesma maneira pella segunda vez, pagarão a mesma pena, e serão presos na cadea outo dias, e assi fará com os que se provar terem mancebas em sua casa, ou fora della, e pagará cada hum delles pella primeira vez mil rs, repartidos pella mesma maneira, estarão presos na cadea outo dias, e pella segunda haverão esta pena dobrada, e pella terceira serão riscados da matricula, e não tornarão a ser admitidos senão quando constar ao Rector de suas emendas„.

No célebre conselho presidido por Gonçalves da Câmara, ficou bem assente que só deveria ser considerada delito e, como tal castigada, a estadia continuada de *Venus* em casa do estudante; fora disso não. Tudo para evitar o escândalo, a imoralidade, o mau exemplo e, mais ainda, a negligência no estudo.

Ora, no velho burgo não faltavam as Vestais, que por sinal, desde remoto tempo, não só deviam habitar em bairros ou casas próprias — *a mancebia* — mas até vestir-se de modo diverso do das mulheres honestas, conforme preceituavam antigas legislações de D. Afonso IV, que em parte foram revogadas por seu filho D. Pedro, o *Justiceiro* (para... os outros). Respondendo ao art. 15º das côrtes de 1361, apresentado pelos conimbricenses, decretou:

"Ao que dizem no 15º artigo que nosso padre a quem deus perdoe mandou que todalas molheres pubricas e barregadas trouxessem seus vestidos estremados e desvayrados das molheres casadas: E outrosi molheres pubricas morassem em lugares apartados per razom de grandes escandalos e erros que dello recebiam: E que ora tragiam seus vestires e trages assi como as molheres casadas per tal guisa que se nom conheciam huãs das outras E que fosse nossa Merce que mandassemos que as molheres pubricas morassem em lugar apartado: e ellas e as abarregadas trouxessem vestiduras e trajes per que podessem sseer conheçidas das molheres casadas e das outras que vivem onestamente A este artigo Mandamos que tragam seus vestidos como os poderem haver: porque perderiam muito em os panos que teem feitos e em nos adubos que em elles tragem„ (Pergaminho n.º 19 da Câmara de Coimbra).

Portanto, que continuassem morando em lugares e casas próprias, mas que não usassem roupas nem atavios diferentes dos das outras mulheres, porque os tempos iam... caros e elas com isso perderiam muito dinheiro. Foi um movimento caridoso do seu coração, aliás, tido por duro.

Mais tarde, aí por 1559, os edís coimbrões, preocupando-se com o problema ético-social das Venus fáceis e mercenárias, que já enxameavam pelo burgo, voltaram ao vetusto costume dos distintivos, para se não confundirem com as mulheres honestas, principalmente nas igrejas. O sinal distintivo, aliás, era fácil e consistia em trazer os mantos pelos ombros e não sôbre a cabeça.

Tal o acórdão da Câmara:

"Aos XIX dias do mês de abril de mil quinhentos e cincoenta e nove em esta cidade de Coimbra e Torre da vereação dela onde estavam em vereação Diogo de Castilho e Antonio dAlpoim e o Doutor Pero Barbosa e o Licenciado Pero Vaz Campos, procurador da dita cidade, sendo presentes os procuradores do povo, a saber, Gaspar Fernandes e João Vaz, procuradores dos mesteres, sendo chamados para o caso seguinte os fidalgos cavaleiros cidadãos desta cidade e os 24 dos mesteres todos abaixo assinados e chamados pelo porteiro e sino tangido como é do seu bom costume e sendo assim todos juntos:

. . . .

"E assim praticaram sobre as molheres solteiras que ganham sua vida por seu corpo e que estas tais são deshonestas nos lugares das Igrejas porque se assentavam a par das molheres honradas e as não conheciam e que, pois, era necessario trazerem algum modo de sinal para as conhecerem pelo qual acordavam e

assentavam que as ditas molheres solteiras que tragam os mantos pelos ombros como se antigamente costumava trazer e não pela cabeça; assim na cidade como pelas Igrejas trarão os ditos mantos pelos ombros e isto sob pena de dois mil reis e da cadeia, a metade para esta cidade e a outra para quem as acusar e assinam aqui. Eu Pero Cabral da Costa o escrevi e assinaram aqui„.

(Entre as assinaturas, a de Diogo de Castilho, o arquitecto).

As edilidades da nossa cidade sempre se preocuparam com êstes problemas de moral sexual. Já por 1518, por exemplo, proïbiam as desonestidades com as *mancebas de partido* nas estalagens, onde uma postura de 18 de Agôsto do mesmo ano também proïbia que se entrasse com armas.

"Aos quinze dias do mês de maio de quinhentos e desoito acordaram o juiz, vereadores procurador e procuradores dos mesteres que por serem informados das muitas desonestidades que se faziam nas estalagens com as mancebas de partido que em ellas se agasalhavam e querendo prover sobre semelhante cousa pelo sentirem por serviço de Deus e del Rei nosso Senhor e bom regimento da cidade doje em diante nenhum estalajadeiro desta cidade não agasalhe nem de dia nem de noite em sua estalagem nenhumas mulheres de partido, assim de dia como de noite, sob pena de qualquer que fizer o contrario ser preso e da cadeia pagar quinhentos reis a metade para quem os acusar, as outras para as obras desta camara. Somente as mulheres que novamente vierem à cidade poderão,

tres dias e não mais, agasalharem-se nas ditas estalagens para em ellas se catarem suas camaras e se irem estar e dormir nas casas da mancebia e não em outra parte, não lhe tolhe..do que em qaisquer outras vendas possam ir comer somente, *sem ahi fazer outra nenhuma cousa* e para certeza assinaram aqui. Inofre da Ponte, que isto escrevi„.

Por tôda a parte a preocupação dum bom policiamento de costumes: agremiação em partido—a mancebia—como se dizia então; isolamento num bairro especial e discreto, mas que não fôsse na cidade universitária, sinais distintivos, tais são as bases ético-administrativas duma rudimentar regulamentação, que se não preocupava ainda com o fenómeno sanitário, regulamentação que vinha aliás, de mais longe, pois já o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, autorizava a Câmara a prosseguir na sua obra de organização do meretrício:

"Ao que me escrevestes da hordenação q' ora fezestes sobre as molheres solteyras Eu ha hey por booa e assy me pareçe e he bem de ha fazerdes cõprir, salvo em aquellas q' quiserem estar onde estão as publicas. Spta em a minha villa daav.º xxbj ds dagosto stevõ piz affes 1439„.

Ao mesmo tempo que, bondosamente, atendia ao pedido das desgraçadas hetaîras para que não as mudasse para o sítio designado pela câmara, por ser uma travessa muito odiosa, próxima da Judiaria e da Pedreira, como sabemos doutro documento:

"Vereadores procurador e homens bons da Nobre cidade de Coimbra. O Infante D. Pedro, Duque dessa mesma, vos envio muito saudar, como àqueles que queria ver muito honrados. Faço-vos saber que as mancebas solteiras que estão em essa cidade veem a mim e me deram essa informação, que dentro em esta presente, vos envio sôbre o feito da mudança que lhe fazeis daquele lugar em que estão para outra parte, segundo por ela mais compridamente podereis ver e eu vos tenho ja sobre isto escrito, que a mim praz em elas serem mudadas daquele lugar que vós agora mudais, contanto que lhe fôsse dado outro lugar convinhável a elas. E segundo em a dita informação alegam que vós as mandais ir para um que a elas é impossivel, por ser lugar só onde lhe poderiam fazer nojo e isso mesmo por ser acêrca da Judiaria, que é assás desonesto. Pedindo-me que a êlo lhe ouvesse algum remédio e, porque me parece que pedem justo, mando-vos lhe mandeis dar outro lugar, onde vós entendais que elas possam estar mais seguras e tal, que seja razoado para em êle haverem de estar. E quanto é da defesa que lhe tendes posta, que não comam nas estalagens Eu o hey por bem feito e por nenhuma guisa lhe não consintais que comam nem durmam em elas, salvo se algumas hi vierem e quiserem caminhar para outra parte, lhe não seja consentido mais que até três dias ou algumas que vierem para em essa cidade estarem, poderão em elas dormir e comer outros [três] dias de sua chegada e mais não. Escrita em os meus paços de Tentugal, bj dias de fevereiro. João de Lisboa a fes, ano de 1437.„

Onde ficavam as casas da mancebia ao tempo da Universidade Joanina?

Não são muitos os documentos que nos permitam localizá-los, mas é sabido que na cidade Universitária,

isto é, na "alta", era proïbida a sua existência. Compreende-se. Era, portanto, na cidade baixa. Um documento da câmara mostra ter sido numas casas, junto da Estalagem do Pintor, que pousavam as desgraçadas que *viviam do seu corpo*, casas compradas pela câmara (1550) para serem transformadas em Estalagens, *vysto el-rei não haver concedido se fizesse nelas a mancebia.*

Já no ano anterior tinha a edilidade desejado reünir tôdas as *mancebas de partido* num grande edifício. Mas a rainha opusera-se firmemente e com razão, pois a escolha do local fôra infeliz: nada menos do que junto ao . . Convento de S. Domingos, alegando a rainha não faltarem outros lugares *mais ocultos e onestos onde se possa ffazer a dita obra* (26 de Agôsto de 1549.)

Encontro mais alguns curiosos documentos nos livros das receitas e despesas da Câmara, que nos dizem os preços dos alugueres na *mancebia*, as obras que nela se fizeram, enfim as preocupações dos vereadores com ela no século XVI.

Falámos de vários personagens mitológicos que do Olimpo baixaram ao burgo universitário. E *Mercúrio?* Também não faltou, não como deus do comércio, que aqui assentara tenda desde muito cedo, mas sob a sua transfiguração metálica, agora realizando o vivo azougue... a prata viva, muito utilizada desde que os marujos de Colombo trouxeram para a Europa certo nefasto micróbio da sua primeira gloriosa viagem à América.

Já nos fins do século XV e princípios do XVI as infelizes Vénus conimbricenses começavam a adoecer duma peste contagiosa e misteriosa — a *lues venerea*, que ao problema ético-social do amor venal trouxe a complicação do problema sanitário, a ser resolvido só muito mais tarde. Eros, Vénus, Baco, Mercúrio e, tirâ-

nicamente, governando o tremendo "quatuor„, Cupido, cego de todo, eis os adversários com que sempre teve de lutar, na Coimbra universitária, Minerva ou Atenas, a deusa das Ciências, das Letras e das Artes!

Mas, antes de terminar, pregunta a minha curiosidade: aquêles estatutos régios, tão cheios de boa vontade, tão moralizadores, teriam tido aplicação algum dia? Alguns estudantes teriam sido castigados por infringi-los? Bem se diz que o acaso ajuda a quem procura. Foi o que me aconteceu. Nos livros da Fazenda da Universidade, onde podemos colhêr valiosas informações deparei com três documentos sôbre o assunto.

Pelo menos, três estudantes tinham sido chamados a pagar multa por infracção aos célebres artigos dos estatutos, nos anos da desgraça de 1595 e 1596. Eram êles o estudante Manuel Dias, filho de Domingos Fernandes, o qual pagou a multa de 1.000 réis, sendo 500 rs. para o meirinho e outro tanto para a arca da Universidade, mais os estudantes Diogo de Afonseca e Francisco Mendes, que pagaram ambos 500 rs. de meia pena ao prebendeiro Felipe Lopes de Afonseca, sendo a outra meia pena para o acusador, que o escrivão António da Barreira não diz quem fôra.

Eis os curiosos documentos, que com certeza não são únicos e me parecem inéditos:

Condenação

"Aos xxbj de Dezembro de 95 carreguei em receita aqui sobre o prebendeiro felipe Lopez dAfonseca quinhentos rs q recebeo de Manoel dias estudante e os pagou de meia pena em que foi condenado pelo Conservador por ser achado em sua casa com huã moça

solteira e os outros quinhentos rs recebeo o meirinho.
Antonio de Barreira o escrevi.

felipe lopez dAfonseca„

O pai não concordou, recalcitrou e agravou do conservador, para o que teve de depositar nas mãos do prebendeiro a importância de novecentos réis.

“Aos tres dias de mayo de 96 carreguei aqui sobre o dito prebendeiro felipe Lopez dAfonseca novecentos rs que recebeo em deposito de hu’ agravo que tira Manoel diaz estudante em a causa que tem ante o Conservador comdomingos fernandez pay delle agravante e estes novecentos rs depositou o proprio pay.
Antonio de Barreira o escrevi.

felipe lopez dAfonseca„

Não consegui saber o resultado da questão. O pai bufou, mas creio que pagou.

Eis o outro documento:

“Aos xxbiij de mayo de 96 carreguei mais sobre o prebendeiro quinhentos rs da mea condenação em que o conservador condenou a Diogo dAfonseca e francisco Mendez, estudantes, por lhes acharem em casa huã molher.

> Antonio da Barreira o escrevi e os recebeo o prebendeiro a 2 de mayo do dito ano.
>
> felipe Lopez dAfonseca„

Quis saber quais as faculdades freqüentadas por aquêles rapazes e, com a alegria que dá a descoberta destas... ninharias, encontrei os seus nomes nos livros de matrícula, onde o bedel mal imaginava ter escrito para êste artigo.

Em 1595, Manuel Dias, filho de Domingos Fernandes, estava matriculado em... Cânones e era de Coimbra.

Em 1596, Diogo da Fonseca, filho de Miguel da Fonseca, era legista e estava no seu 2.º ano da Universidade.

Do seu companheiro de casa e... de pândegas, também aluno de Direito, natural de Viseu, como aquêle, resa assim o livro do bedel:

Institutários (1596)

> Francisco Mendez, filho de Francisco Mendez, natural de Viseo, com certidão de exame de latim a XIX doutubro e tem seis meses e vinte dias de artes desse colegio de Jesu de Coimbra.

Êste era caloiro e, como tal, muito atrevido.

Também a Câmara, por causa de quaisquer diabruras de Cupido, se reüniu em vereação e teve uma resolução estupenda, inesperada. Isto foi a 27 de Junho de 1579. A edilidade deliberou que os estudantes não

residissem na Calçada nem na Praça velha. ¿ Julgareis que tão notável acórdão fôsse contra a cabulice, naturalmente mais fácil na baixa do que na alta? ¿ Seria por causa dos preços das casas? Realmente o Reitor tinha uma tabela dos preços e a Câmara também, e era em face destas tabelas que os estudantes escolhiam a futura casa, conforme as suas possibilidades. Mas, não foram estas as razões invocadas. Prepare-se o leitor para uma surprêsa das boas. Pois, não queria a Câmara que os estudantes residissem na Calçada ou na Praça, pela peregrina razão de fazerem correr sério risco aos... homens casados! Aí vai a peça comprovativa:

«... nesta camara se praticou que era grande inconveniente e prejuizo dos moradores desta cidade e devassidão das casas dos homens casados morarem estudantes nas ruas da Calçada e Praça desta cidade, nem haver nelas pupilos e por ser isto tão notoriamente grande inconveniente se guardara esta ordem e assim se uzava e guardava por mandado dos Reitores da Universidade e se diz ser dadas sentenças no caso sobre isso: pelo que acordaram e mandaram que se desse conta do sobredito ao senhor D. Nuno, Reitor da Universidade, para que favorecesse este negocio, para o que enlegeram o doutor Gonçalo Gil, vereador do Corpo da Universidade e mandaram que se notificasse com penas aos moradores das ditas ruas que na agasalhassem em suas casas pupilos nem as alugassem a estudantes com penas; de que se faria auto das tais notificações, de que mandaram fazer este que assinaram».

No auto estava escrito e foi riscado de modo a ler-se perfeitamente «molheres casadas».

Foi um *lapsus calami* do escrivão, que, a darmos crédito às doutrinas *freudianas*, tinha no subconsciente estas «molheres casadas» as quais, aproveitando um *deficit* na censura, escapuliram-se para o papel.

O vereador do Corpo universitário, Doutor Gonçalo Gil Coelho, conimbricense, lente de Direito e autor duma defeza da Rainha D. Catarina à sucessão do Reino, lá foi com o recado ao Reitor D. Nuno de Noronha, ao tempo bacharel em Teologia, na qual mais tarde pomposamente se doutorou. O futuro bispo de Viseu e da Guarda e arcebispo de Évora, não reüniu o Concelho para deliberar, pois não encontro a mínima alusão ao caso. Naturalmente, limitou-se a achar graça e teria dito que os homens casados, maiores e vacinados (é verdade que então não havia vacina) bem podiam por si mesmos defender-se dos académicos conquistadores sem auxílio... da Câmara.

Aqui se acaba esta pequena e insignificante notícia, cujo único merecimento é o sabor, que para certas almas têm um gôsto delicioso: o de tudo quanto o distante passado de Portugal cobriu de encanto e poesia!

A. da Rocha Brito

NÓTULA MEDALHÍSTICA

ÃO quis o Amigo ilustre que é o mimoso poeta e culto folclorista Sr. M. Cardoso Martha, erudito director da «Feira da Ladra», que eu deixasse de vir também à «Feira».

Aqui lho agradeço e cá venho com as minhas velharias para o meu estendal, como bom freqüentador, que fui, desde os meus tempos de rapaz e de escolar, da velha feira lisboeta, onde ia gastar os parcos cobres; economizados, em detrimento das solas gastas, pois calcurriava a pé desde as cercanias da antiga Ribeira das Naus, onde nasci, até, primeiro, ao local do primeiro Estudo Geral e depois, até ao do Colégio dos Nobres; que o velho Pai, graças a Deus ainda vivo, me dava para os transportes.

Tinha que ser sôbre Numismática ou Medalhística a minha estreia nesta «Feira», pois eram essas as minhas pesquisas e aquisições de então, na outra feira.

Já lá vão 32 anos!...

E, como tudo o que na autêntica feira aparece é, pelo menos, em segunda mão, esta agora também o é.

Devo o achado à informação obsequiosa do confrade e amigo Ex.mo Sr. Ernesto Soares, Padre-Mestre da história erudita da gravura em Portugal.

É o caso: Nas pesquisas para o seu notável trabalho *História da Gravura Artística em Portugal*, que o Instituto de Alta Cultura se honrou subsidiando, encontrou E. Soares uma gravura na Biblioteca Nacional, referente a uma medalha e obsequiosamente mo comunicou; e a descrição da mesma, constituíu assunto de uma comunicação minha à Comissão de Numismática e Sigilografia, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a que actualmente presido.

Disse então (sessão de 22-4-941):

«Foram cunhadas e estão descritas por Lopes Fernandes e A. Lamas e as suposições por êste feitas confirmadas posteriormente por Cordeiro de Sousa aqui no seio da nossa Comissão (sessão de 13-11-934) e mais tarde publicadas na sua *Revista de Arqueologia* (vol. 2.º pag. 127), três medalhas a propósito da inauguração do Templo da Memória, em Belém, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento, erecta por promessa do Senhor Rei D. José I, feita em virtude de ter escapado à morte, que se diz, ter-lhe sido preparada no atentado de 1758 e que originou o temeroso processo dos Távoras.

Parece, porém que, além dessas três medalhas descritas com os n.os 42, 43 e 44 por Lopes Fernandes, de prata e cobre, das quais uma assinada A. Mengin, com diâmetros vários e a que correspondem respectivamente as descritas com os n.os 31 e 33 por Lamas, sendo a n.º 32 de Lamas diferente do n.º 31 no diâmetro, que é 45 mm. na n.º 31 e 38 mm. na n.º 32 e ambas de prata; noutras se pensou, pelo menos.

Parece não ter sido Mengin-Pai quem realizou o trabalho, mas sim seu filho Paulo; e, na citada comunicação, Cordeiro de Sousa refere ter encontrado um do-

cumento no Arquivo de Santa Luzia donde consta que na conta do ouro, que existia no Real Tesouro, havia em 10-11-1794: «Quatro medalhas de ouro, das quais uma é mais pequena, com o retrato do Rei dum lado e

do outro um dístico latino, que diz serem da fundação da egreja da Memória;

Uma também de ouro, com as armas reais e o risco da egreja da Memória;

E uma também de ouro, com N. S. do Livramento de uma parte e da outra o prospecto da egreja da Memória».

São também de ouro os exemplares descritos com o n.º 44 por Lopes Fernandes.

Parece haver, pois, pelo menos 3 medalhas diferentes no desenho, cunhadas em 3 metais (ouro, prata e cobre) e com 2 módulos diferentes, as descritas com os n.ºs 31 (Lamas) e 44 (L. Fernandes).

Ora a desenhada e aberta a buril na gravura a que me reporto (Fig. única) não é nenhuma das descritas.

Trata-se de uma gravura aberta a buril, por Artista muito possìvelmente francês, língua em que estão escritas as legendas explicativas e que tem de mancha 157 mm. por 100 mm. com o desenho de um anverso com a efígie real, com o diâmetro de 62 mm. e um reverso com uma alegoria, tendo 40 mm. de diâmetro. Abstenho-me de mais minuciosa descrição da gravura por a estampa ser assaz elucidativa.

Numa colecção particular, sei haver mais três gravuras semelhantes, mas com desenhos diferentes, abordando o mesmo assunto e época, uma das quais, assinada por um desenhador francês e adquiridas tôdas em Paris.

¿Qual foi a génese destas gravuras e o seu fim?

¿Fêz-se algum concurso em face da recusa de Mengin-Pai?

¿Ou devem-se a devaneios, ou destinaram-se a publicações alusivas ao acto que comemoram, ou ainda contra os Jesuítas, visto a fobia contra a Companhia de Jesus andar por então no auge e as legendas serem tôdas pejorativas para ela?

As datas coïncidem tôdas com a do lançamento da primeira pedra do Monumento (1760).

Achado curioso que não quis deixar, conhecendo-o, de trazer ao conhecimento de VV. Ex.as»

Eis a comunicação. A falta de tempo, distribuído em récipes profissionais, perlengas «inter amicos» pela cidade natal e administrações agrárias, não me tem deixado até agora profundar o assunto. Talvez algum dos viandantes, ao deparar com a gravura no estendal da «Feira», não compre... mas dê esclarecimentos ou achegas. Oxalá! Deus o queira!

Todos-os-Santos de 1942.

Dr. Eduardo Neves

AO FECHAR A PORTA

Com êste número, encerra a «Feira da Ladra» o seu ciclo de humilde peregrinação no campo da actividade cultural.

É o sexto e último do nono volume. Para nós, os que trabalhámos por ela, com ela e para ela, isto quere dizer: nove anos de esfôrço, nem sempre aproveitado; de sacrifício, nem sempre compreendido; de cuidados, nem sempre dissipados; de dispêndio material, nem sempre recompensado.

Nove anos de existência, entre nós, para uma publicação dêste género, rumando num meio, senão adverso, pelo menos indiferente, o que é pior, à sua matéria e aos seus desígnios, é qualquer coisa a considerar. Não esquecemos, por isso, os que durante êsse novénio nos ajudaram a levar a cruz ao calvário. Aqui lhes memoramos o nome e para êles vai o melhor do nosso preito e da nossa perene gratidão.

A. d'Atri
A. G.
A. G. da Rocha Madahil
A. J. Flores (Dr.)

A. Pacheco de Carvalho
A. da Rocha Brito (Dr.)
A. Vieira da Silva
Afonso do Paço
Alberto Vieira Braga
Alfredo Cândido
Alfredo Pimenta (Dr.)
**Álvaro Maia (Dr.)* (1)
Amador (Um) de antiguidades
**António Caldeira Pires*
António Machado de Faria
**António Tavares de Carvalho*
Armando Couto
Armando Leça
Armando de Matos
Armando de Sousa Gomes (Dr.)
Artur de Araújo (Dr.)
Assinante (Um) tripeiro
Bejense (Um)
Carlos Abreu
Carlos Coimbra
**Carlos Malheiro Dias*
**Carlos Santos (Dr.)*
Castelo Branco Chaves
Castro e Brito (Dr.)
Cláudio Basto (Dr.)
Conde de São Payo (D. António)
Cruz Cerqueira
Durval Pires de Lima (Dr.)
E. de Sales Viana
Eduardo Neves (Dr.)
Emânuel Ribeiro
Ernesto Soares
Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas (Dr.)
J. Alves de Azevedo (Dr.)
Fernando de Aguiar
Fernando de Campos
Fernando de Castro Pires de Lima (Dr.)
Fidelino de Figueiredo (Dr.)
Frazão de Vasconcelos

---

(1) São falecidos os colaboradores cujo nome vem precedido de um asterisco.

Gastão de Melo e Matos
Gomes Monteiro
Guido Battelli (Dr.)
Guilherme Felgueiras (Dr.)
Henrique de Campos Ferreira Lima
J. Cardoso Gonçalves
J. M. Cordeiro de Sousa
Jaime de Balsemão
João Barreira (Dr.)
João Cabral do Nascimento (Dr.)
João de Castro (D.)
João de Coimbra
João Jardim de Vilhena (Dr.)
**João Pinto de Carvalho (Tinop)*
Joaquim R. dos Santos Júnior (Dr.)
Jorge de Faria (Dr.)
Jorge Larcher
José Augusto de Macedo de Campos
José Brandão Pereira de Melo
**José Leite de Vasconcelos (Dr.)*
José Mendes da Cunha Saraiva
José Paulo Pereira
**José Pessanha (D.)*
**José Queiroz*
Julieta Ferrão (D.)
Júlio Dantas (Dr.)
**Júlio Dias da Costa (Dr.)*
Leitor desde o 1.º número
Luciano Ribeiro (Dr.)
Ludovico de Meneses (Dr.)
Luís Chaves (Dr.)
Luís de Macedo
Luís de Oliveira Guimarães (Dr.)
Luís dos Reis Santos (Dr.)
M. R. Teles
Matos Sequeira
Manuel Ruela (P.e)
Manuel Silva
**Manuel de Sousa Pinto (Dr.)*
Mário Lyster Franco (Dr.)
Mário de Sampayo Ribeiro
**Martinho da Fonseca*
Mendes Madeira
Pedro Batalha Reis (Dr.)
Policarpo (Frei)

R. Salinas Calado (Dr.)
**Rui de Serpa Pinto (Dr.)*
Raúl da Costa Couvreur
Rocha Martins
Sebastião Pessanha (D.)
Tomaz de Almeida (Dr.)
Vasco Valente (Dr.)
Vergílio Correia (Dr.)
Visconde do Pôrto-da-Cruz

Mas para que nem tudo sejam cardos e haja algumas rosas à mistura, não queremos fechar a porta sem arquivar um punhado de opiniões inéditas de figuras categorizadas portuguesas e estrangeiras, sôbre a nossa revistazinha. Ei-las:

Do Dr. MÁRIO BARRETO, insigne filólogo brasileiro, da Academia Brasileira de Letras:

Recebi, com grande atrazo, os primeiros cinco números da revista «Feira da Ladra» com que teve a bondade de me presentear e que eu li com sumo agrado. É pena que não tenhamos aqui uma publicação assim, que seria, estou convencido, bem recebida...

Rio, 30-VI-931

De PHILÉAS LEBESGUE, escritor francês, grande amigo de Portugal:

... le plaisir de feuilleter votre revue, si sympathique, si attirante, si personnelle dans son rôle de vulgarisation des vieux papiers, des vieilles toiles, des vieilles médailles, des vieilles pierres...

De ANTÓNIO PADULA, insigne escritor e lusófilo italiano, fundador da Sociedade «Luis de Camões», de Nápoles:

... i primi due numeri della interessante rivista «Feira da

Ladra». Di questa gradirei moltissimo la continuazione per la biblioteca della *Società Luigi Camoens* per la diffusione in Italia degli studi portoghesi.

Do Prof. F. KRÜGER, lusófilo alemão, director do «Seminar fur Romanische Sprachen und Kultur», de Hamburgo, eminente filólogo e etnógrafo:

... Era nosso desejo receber também com regularidade á «Feira da Ladra», onde se publicam artigos que muito nos interessam...

Do Dr. J. LÚCIO DE AZEVEDO, eminente historiador, da Academia das Ciências de Lisboa:

Ex.mo Sr. - Deixei na livraria Teixeira a quadra autógrafa. Mais uma vez, muito obrigado

Afinal, não posso dizer a V. Ex.a que n.o me falta da sua excelente «Feira da Ladra», porque emprestei a colecção a um amigo que ainda a não devolveu. Logo que me volte à mão o comunicarei.

Quanto à intenção de suspender a publicação da revista, rogo-lhe que não faça tal. Êsses dissabores andam inherentes ao cargo de dirigente duma publicação dessa natureza neste pobre país. Por mim, sentiria muito que ela desaparecesse; não temos outra no género, tão variada, tão atraente e de tanto interêsse. Mais do que de erudição, é uma revista de vulgarização. Tenho aprendido nela muita coisa que ignorava. Tem um papel especial na cultura portuguesa, que pena seria interromper.

Se a V. Ex.a. interessar, com prazer procurarei, entre os meus amigos do Brasil, obter-lhe alguma assinatura.

. . . .

Lisboa, 20 de Abril de 1933.

De CARLOS MALHEIRO DIAS, romancista, historiador, cronista e jornalista notável, da Academia das Ciências de Lisboa e da Brasileira de Letras:

Meu excelente amigo:—Desde Fevereiro que tenho sôbre a

minha mesa de trabalho os n.os da «Feira da Ladra» que a sua mão amiga teve a bondade de endereçar-me. E só hoje venho agradecer-lhos!

Esta indelicada demora explica-se por não ter querido escrever-lhe antes de os ler. Mas agora sim; agora posso dizer-lhe quanto me souberam bem aquelas páginas em que se espelha o nosso querido Portugal de algum dia. . . . .
. . . .

É um encanto espiritual percorrer a sua «Feira», mais animada, mais variada e de melhor ensinamento do que a dos estendais de Santa Clara. . .

Quero muito continuar a recebê-la, meu querido Amigo, mas de nenhum modo ser pezado à administração. Inscreva-me assinante; o pagamento da assinatura fica muito àquem do prazer da leitura. . .

Rio, 4 de Abril 1933.

Do Prof. LEITE DE VASCONCELOS, da Academia das Ciências de Lisboa e da Brasileira de Letras, sábio filólogo, arqueólogo e etnógrafo, fundador e director do Museu que depois teve o seu nome:

. . . Mas logo que encontre uns minutos disponíveis (aliás muito escassos, porque não posso desperdiçar o pouco que me resta de vida) tenha a certeza de que lhe mandarei qualquer coisa para a sua revista que, como já lhe disse, é um gôsto ler.

15-V-936.

De AQUILINO RIBEIRO, notável romancista, da Academia das Ciências de Lisboa:

Querido Cardoso Martha—A «Feira da Ladra», dirigida por ti, não podia deixar de ser uma curiosa, interessante e esplêndida revista, no género do melhor que conheço. Associo-me à vossa festa, certo de que, jovem como é ainda, havemos, daqui a muitos anos, de celebrar a sua forte e jucunda adolescência. Abraça-te e felicita-te o teu «ex-corde». . .

C. Quebrada, 27-5-34.

De JOAQUIM LEITÃO, ilustre escritor, secretário geral da Academia das Ciências de Lisboa e sócio da Academia Brasileira de Letras:

De apresentação pitorescamente arcaica, papel pardo e a fingir muito bem de papel de embrulho, sua ingénua gravura em que se vê o taboleiro do tratante, o inevitável fradinho a mercar livros de tômo e a dona que se aproxima entre dengosa e tímida; a portada, a que não falta a declaração legal—*com tôdas as licenças necessárias*, na obsoleta grafia, é já uma apetitosa inculca da feliz ressurreição da obra de cordel.

. . . .

Poucas vezes, tão escrupulosamente, se cumpre um programa como esta revista vem honrando o seu.

. . . .

Colaboradores eruditos e de nomeada, especializados na História e na Arte, tem-os a «Feira da Ladra» em barda. Não faltam lá artistas, escritores, historiadores, monografistas, poetas, críticos de arte e de letras, arqueólogos e etnógrafos eminentes...

. . . .

Quando me entra pela porta dentro um n.º da «Feira da Ladra», já sei que não posso ter mão na curiosidade.

. . . .

Para descançar, é uma leitura de encomenda. E, no futuro, às suas páginas se irão filiar muitos estudos que ali tiveram começo.

. . . .

Nunca, jamais, me soube tão bem ser assinante-nato duma publicação.

Do Dr. RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA, erudito filólogo, antigo director de *A Língua Portuguesa*:

Poucas são em Portugal as iniciativas, que por si sejam novidades. Não assim a «Feira da Ladra»: título pitoresco; papel de aspecto bafiento; conteúdo que faz lembrar uma loja de ferro-velho, onde há muita coisa preciosa, com aparência vil e sórdida. Eis a «Feira da Ladra»: uma revista que instrue e deleita.

De ALBERTO SOUSA, aguarelista e publicista de antiquária:

A «Feira da Ladra» regista já uma sôma considerável de comunicações interessantíssimas sôbre História e sôbre Arte. Quantos dêsses assuntos necessitariam desenvolver-se, para que se iniciasse, principalmente, o estudo definitivo da Arte Portuguesa! Entretanto, a «Feira da Ladra» vai realizando uma obra indispensável: vai lançando os alicerces para no futuro se construir êsse grande monumento. Os meus aplausos e a minha solidariedade aos seus dirigentes, Cardoso Martha e Gusmão Navarro.

De LUÍS KEIL, arqueólogo, escritor de arte, e director do Museu Nacional dos Côches:

A «Feira da Ladra», minúscula revista pelo formato, mas grande pelas idéias e pelo conteúdo, é uma esplêndida colectânea de coisas velhas e marca no meio que se preocupa com as sugestivas e atraentes velharias...

27-10-1937.

Do Dr. FIDELINO DE FIGUEIREDO, historiógrafo literário, crítico e ensaísta de relêvo, da Academia das Ciências de Lisboa:

O êxito da revista «Feira da Ladra», órgão da curiosidade por erudições amenas, mostra como ela corresponde fielmente a uma tendência do gôsto nacional, que já designei de «memorialismo» na *Menoridade da Inteligência*—e atesta o elevado critério directivo dos seus fundadores e o seu seguro conhecimento das preferências do espírito nacional. Tanto se adapta a êsse espírito a «Feira da Ladra», que até já proliferou...

De ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES, artista, arqueólogo, escritor e professor, restaurador da velha Sé de Coimbra:

Cá me vieram parar ontem os dois 1.os n.os da sua «Feira da Ladra», há tanto prometida. Devo dizer-lhe francamente que me agradou em cheio, tanto no aspecto como nas matérias de que trata. Tem, sôbre as revistas de alta erudição, a vantagem de tratar dos assuntos sem nos cançar com profundas congeminações; antes, duma maneira leve, terra-a-terra, ao alcance, tanto de pes-

soas eruditas como de média cultura, expõe, discute e vulgariza as coisas belas do Passado.

Creia que me deu umas horas de prazer...

. . . .

Com todo o gôsto acedo ao seu pedido Não prometo para já; mas fique certo de que escreverei qualquer coisa para a sua excelente revista.

. . . .

Coimbra, 15-3-930.

Do Dr. A. VASCO VALENTE, escritor, director do Museu Soares dos Reis (Pôrto):

... ela (a «Feira») me tem proporcionado interêsse e prazer idênticos aos que eu sentia quando, há bons 25 anos, rebuscando nos estendais e baiûcas dos feirantes de Santa Clara, lograva deparar com alguma *pechincha*...

Mas, se muitas vezes por lá peregrinei infrutiferamente, o mesmo me não sucede agora, percorrendo os cinco volumes da sua «Feira da Ladra».

De AFONSO DO PAÇO, distinto etnógrafo e paleontólogo:

A «Feira da Ladra», hoje ao sol de Santa Clara, como ontem ao do Campo de Santana.... apresenta aos nossos olhos de amadores de antiguidades uma profusão de objectos de arte que são o nosso deleite.

E a revista, que daquela tomou o nome, sob a direcção de Cardoso Martha e editada por Gusmão Navarro é, como se diz no seu termo de abertura, «um armazém de velharias, um repositório de notícias úteis, um divulgador de inéditos e curiosidades, um orientador do bom gôsto, uma fonte inspiratória de artistas e escritores.... uma leitura sã e instrutiva».

De tudo nela aparece, disposto com arrumação e elegância, como num encantador museu em que se passam horas do mais aprazível deleite espiritual, saboreando os preciosos trabalhos assinados pelos melhores eruditos da nossa época.

Que ela viva por muitos e longos anos — e há-de viver, se Deus quiser, pois contém... tôdas as licenças necessárias.

Fim do IX e último volume

ÍNDICE

Os artigos precedidos de asterisco, são acompanhados de gravura.

PÁG.

Ao fechar a porta 203
**Apontamentos de etnografia—Reconstituïção de um trajo alentejano decaído no último quartel do século XIX*, por Castro e Brito 27
Baixela (A) de um cardial, por José da Cunha Saraiva . 65
Casamento (Um) em Vila-Nova-de-S. Pedro, por Afonso do Paço 129
Curiosidades, por João Jardim de Vilhena . . . 46 e 83
**Curioso (Um) leque... militar*, por Henrique de Campos Ferreira Lima 7
Desconhecida (Uma) medalha madeirense, por Henrique de Campos Ferreira Lima. 125
Dois túmulos medievais em São Domingos de Lisboa, por J. M. Cordeiro de Sousa. 93
Epistolário (XXVI) 52
Família (Uma) de artistas plásticos do Minho, por Cruz Cerqueira. 88
Há trezentos e oitenta e dois anos, por Alfredo Pimenta . 151
Matança (A) do «porco-bispo», por Joaquim R. dos Santos Júnior. 101
**Nótula medalhística*, por Eduardo Neves 198
Nótulas de viagem : XV—*No Castelo de Palmela* e XVI—*Na Peninha*, por C. M.; XVII—*Vilhancicos* e XVIII—*Castelos*, por Armando Leça ; * XIX—*Inscrições populares da Beira-Baixa*, por E. de Sales Viana 14, 62 e 98
**Nova demanda e sentença a favor dos officiais aprendizes e degredo do seram*, por Ernesto Soares . . . 36

PÁG.

Novo ano... Vida nova?, pelos Director e Editor. . . 5
Para a história de Lisboa na Idade-Média--Ainda o Andaluz e o Furadouro, por A. G. da Rocha Madahil . 114
Petição (Uma) inédita de José Agostinho de Macedo, por Fernando de Campos 166
Poeira dos tempos (LVII e LVIII), por C. M. 25
Português (Um) excêntrico, por Henrique de Campos Ferreira Lima 173
Província (A) estremenha apreciada etnogràficamente, por Guilherme Felgueiras. 154
**Rei (O) numismata*, por Pedro Batalha Reis 140
Romance (O) popular de «O Antoninho»—Uma esquecida tragédia coimbrã, por Falcão Machado. 75
Ronda dos mortos, por C. M. 147
**Tesouro (O) em prata da Sé do Funchal*, por Fernando de Aguiar 162
«Venus et Eros Lusis Athenis», por A. da Rocha Brito . 180
**Villegaignon em Rio de Janeiro*, por Carlos Malheiro Dias 16